Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler • Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor • Professor Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Chefe de Gabinete do Reitor • Professor Paulo Roberto de Sousa

Secretário Geral • Professor Ronaldo Rajão Santiago

Pró-reitorias e Secretarias • Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Professor Carlos Barreto Ribas; Graduação - Professora Maria Inês Martins; Pesquisa e Pós-graduação - Professor Sérgio de Morais Hanriot; Extensão - Professor Wanderley Chieppe Felippe; Gestão Financeira - Professor Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Logística e Infraestrutura - Professor Rômulo Albertini Rigueira; Recursos Humanos - Professor Sérgio Silveira Martins; Cultura e Assuntos Comunitários - Professora Maria Beatriz Rocha Cardoso; Comunicação - Professor Mozahir Salomão Bruck.

Pró-reitores adjuntos dos campi e unidades • São Gabriel - Professor Alexandre Rezende Guimarães; Barreiro – Professora Lucila Ishitani; Contagem - Professor Robson dos Santos Marques; Betim - Professor Eugenio Batista Leite; Arcos - Professor Jorge Sundermann; Serro - Professor Ronaldo Rajão Santiago; Poços de Caldas - Professor Iran Calixto Abrão.

Editora PUC Minas

Diretora • Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Coordenação editorial • Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial • Paulo Vitor de Castro Carvalho

Apoio aos periódicos • Alda Verônica G. de Miranda

Conselho editorial • Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Kind do Nascimento, Luciana Lemos de Azevedo, Márcio de Vasconcelos Serelle, Rita de Cássia Fazzi, Rodrigo Baroni de Carvalho, Sérgio de Morais Hanriot, William César Bento Régis.

Contato:
Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • Coração Eucarístico • 30535-630 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil
Tel.: (31) 3319.9904 • e-mail: editora@pucminas.br
Tel.: (31) 3319.9904 • e-mail: editora@pucminas.br

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Chefe • Mário Lúcio Pereira
Colegiado • Jeanne Marie Ferreira Freitas, Diogo Ribeiro Carvalho, Sérgio de Lima Saraiva Júnior

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Editora • Viviane Zerlotini da Silva

Assistente editorial • Samara Macedo Vieira

Conselho Editorial Científico • Jeanne Marie Ferreira Freitas (PUC Minas - Presidente), Aurélio Muzzarelli (Università di Bologna / Itália), Brian Lawson (The University of Sheffield / Inglaterra), Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG), Cláudia Damasceno (Université de Paris / França), Cláudio Listher Marques Bahia (PUC Minas), Fernando Luiz Camargos Lara (University of Michigan / EUA), Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG), Marcio Cotrim Cunha (UFPB), Paulo Ormindo (UFBA), Ricardo Moretti (PUC Campinas), Silke Kapp (UFMG), Sônia Marques (UFRN).

Projeto gráfico • Antonio Carlos Dutra Grillo / Leila Freitas Villela / Yuri Castro Bonanno / Geórgia Côrtes Vieira / Viviane Zerlotini da Silva / Samara Macedo Vieira

Diagramação e capa • Samara Macedo Vieira

Revisão • Vivian Thaisnanda Bertoldo Lopes / Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Contato • E-mail: cadernos.au@pucminas.br – Tel. / Fax: (0xx31) 3319 4264 – Endereço: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas • PUC Minas – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Dom José Gaspar 500 Prédio 47 sala 227 - Bairro Coração Eucarístico – 30535-901 – Belo Horizonte – MG – Minas Gerais – Brasil

Doações e permutas • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi / Setor de Periódicos – Av. Dom José Gaspar, 500 Prédio 26 – Bairro Coração Eucarístico – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – Tel/Fax: (0xx31) 3319 4175 – e-mail: bibpe@pucminas.br

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Versão digital

http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo

Produção

Os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo são produzidos, desde 1993, pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. O periódico semestral possui versão digital na íntegra.

Linha editorial

Os Cadernos dedicam-se à divulgação de trabalhos técnico-científicos relacionados à área de Arquitetura e Urbanismo, especialmente os vinculados às atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

O periódico adota uma política de qualidade e diversidade temática. Publica artigos resultantes de projetos de pesquisa, decorrentes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, relacionados ao ensino da Arquitetura e Urbanismo, artigos de revisão, resenhas de livros e entrevistas.

Esporadicamente, publica números temáticos, organizados com base em eventos, atividades específicas de ensino, extensão e pesquisa, ou temas comuns aos trabalhos aceitos.

Público-alvo

O público caracteriza-se por profissionais e estudantes da área de Arquitetura e Urbanismo e também, dada a característica multidisciplinar desse campo do saber, por aqueles de áreas correlatas, como Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Engenharia Civil, entre outras.

Estrutura editorial

A seleção de trabalhos observa criteriosa tramitação, envolvendo processo contínuo de recebimento de artigos, avaliação às cegas por um corpo de pareceristas altamente qualificado, com submissão a, pelo menos, dois pareceristas, retorno aos autores, revisão de normalização e de linguagem, e verificação final pelos autores. Todo o processo editorial é gerenciado por meio do sistema SEER, no portal dos Cadernos.

Indexadores

O periódico está indexado nas bases: ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php) e Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (http://www.latindex.unam.mx/). Periódico preservado pela Rede Cariniana / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (http://cariniana.ibict.br). Periódico participante da Base Oasis / Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (http://oasisbr.ibict.br).

Periódico cadastrado no CCN (Catálogo Coletivo Nacional), sob o nº 091873-3.

Visibilidade

Os acessos via portal eletrônico são monitorados pelo Google Analytics, que registram milhares de acessos mensais, provenientes de dezenas de países de todos os continentes.

Submissão de trabalhos / normas de apresentação

A submissão de trabalhos é feita por meio do Portal Eletrônico dos Cadernos, em http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo/about/submissions#onlineSubmissions, onde estão disponíveis, também em inglês e espanhol, as normas para a apresentação de trabalhos.

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

volume 26, número 39
2º semestre de 2019

ISSN 2316-1752 (versão eletrônica)
ISSN 1413-2095 (versão impressa)

C122 Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. – v.1, n.1 (abr.. 1993-). –
Belo Horizonte: PUC Minas, 1993- .
v.
Anual até 2007
ISSN 2316-1752 - versão eletrônica em 2003
ISSN 1413-2095 – versão impressa até 2013
1. Arquitetura - Periódicos. 2. Planejamento urbano – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
CDU: 72(05)

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito– CRB 6/2999

SUMÁRIO

Apresentação.....9

MARIA ELISA BAPTISTA

Gênero, cotidiano e direito à cidade: uma reflexão prática 17

DANIELA ABRITTA COTA

Gender, daily life and the right to the city: a practical reflection • Género, cotidianidad y derecho a la ciudad: una reflexión práctica

Contracultura, ecologismo e produção do espaço no bairro Violeira em Viçosa-MG.....69

JOSARLETE MAGALHÃES SOARES

Counterculture, ecologism and space production in the Violeira neighborhood in Viçosa, Minas Gerais, Brazil • Contracultura, ecologismo y producción del espacio en el barrio Violeira en Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Juventude negra periférica e direito à cidade: um estudo de caso.....106

DANIEL VICTOR GOUVEIA LAGE
DANIELA ABRITTA COTA

Black youth on the outskirts and the right to the city: a case study • La juventud negra periférica y el derecho a la ciudad: un estudio de caso

Quem ocupa constrói contracondutas.....141

MARCELA SILVIANO BRANDÃO LOPES
LUCIANA SOUZA BRAGANÇA
MATHEUS SILVA COELHO
LUIZA DA ANUNCIAÇÃO GUINHO

Who occupies construct counter-conduct •
Quien lo ocupa construye contraconductos

Lugares do saber Kaingang: cultura e espaço escolar.....183

FERNANDA MACHADO DILL
AYRTON PORTILHO BUENO

Places of Kaingang knowing: culture and school space •
Lugares de conocimiento de Kaingang: cultura y espacio escolar

Apontamentos sobre o comum em Portugal e no Brasil 221

BEATRIZ NASCIMENTO KO FONTENELE
ISABELLA FLACH GOMES

Notes on the common in Portugal and Brazil •
Notas sobre lo común en Portugal y Brasil

Cartografia social da ilha de Cotijuba – Belém/PA.....255

ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO
LETÍCIA RIBEIRO VICENTE
RAFAELA CAROLINA BULHÕES DE OLIVEIRA

Social Cartography of Cotijuba island – Belém/PA •
Cartografía social de la isla de Cotijuba – Belém/PA

Remoções e reações: ações de exceção e práticas do comum na periferia de Brasília 294

LAILA BEATRIZ DA ROCHA LODDI
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA

Removals and reactions: urbanism of exception and common practices on the periphery of Brasília •
Remociones y reacciones: urbanismo de excepción y prácticas de prócomun en la periferia de Brasilia

Normas para apresentação de trabalhos.....331

Norms for submission of papers • Directrices para presentación de documentos

APRESENTAÇÃO

Maria Elisa Baptista [1]

Esta edição dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, ao dar visibilidade a modos de produção do espaço não patriarcais, alinhada à insurgência necessária em tempos autoritários, revela ainda mais sua atualidade nesses tempos de pandemia, quando o cuidado com as pessoas e os espaços da vida cotidiana ganham centralidade.

Os oito artigos deste volume discutem, de várias formas, as ferramentas conceituais e o arcabouço teórico-prático disponíveis no enfrentamento da realidade urbana brasileira - violenta e insustentável para a vasta maioria da população. A ideia de *comum* subjaz ou norteia claramente as investigações, fornecendo um instrumento potente para a compreensão dos modos de produção do espaço pelos seus moradores, a construírem um mundo possível e visceralmente mais generoso.

No artigo *Gênero, cotidiano e direito à cidade*, Daniela Abritta Cota propõe incorporar a perspectiva de gênero aos planos e projetos urbanos, aplicando, para tanto, a metodo-

1. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

logia desenvolvida pelo coletivo *Col.lectiu Punt 6*, de Barcelona, em um diagnóstico do bairro Solar da Serra, em São João del-Rei, Minas Gerais. A metodologia de diagnóstico e planejamento – multiescalar, interdisciplinar e participativa – considera a transversalidade de gênero nos aspectos físicos, sociais e funcionais do território. A espacialidade do bairro estudado, por meio de um olhar sensível, mostrou o alcance da leitura feminista do espaço, desnudando a inadequação urbana no atendimento às necessidades de cuidado e vida cotidiana e a urgência de ampliar a potência das mulheres na gestão da cidade. O artigo parte do conceito de direito à cidade (mas de quem é esse direito, e que cidade é essa, ou melhor, que cidades são essas?) e, embora ainda incorra na abstração de considerar o urbanismo como uma disciplina que determina a configuração dos espaços, avança na revelação de olhares e valores até então subjugados pela perspectiva capitalista e produtivista, propondo um *urbanismo feminista* fundado no conceito de *cidade cuidadora*. As dificuldades encontradas apontam o próximo passo: pensar em metodologias que compreendam a dura realidade das mulheres na periferia e potencializem a solidariedade.

Os modos de enfrentamento da crise ambiental orientam o artigo *Contracultura, ecologismo e produção do espaço no bairro Violeira em Viçosa-MG*, de Josarlete Magalhães Soares. Reconhecendo o papel do sistema de produção e

consumo capitalista como um dos vilões da preservação ambiental e os esforços da comunidade internacional na busca de um hipotético desenvolvimento sustentável, a pesquisa busca compreender ações efetivas de pequena escala, nas quais sujeitos e grupos têm se movimentado de forma autônoma em direção a outras possibilidades de ser e estar no mundo. Associando os conceitos de contracultura e ecologismo, a autora investiga a *contracultura espacial* – microexperimento de produção socioespacial – no bairro Violeira, em Viçosa, Minas Gerais, onde a comunidade estabeleceu um processo singular de interação com o território, a partir de sujeitos e experiências diversas.

No artigo *Juventude negra periférica e direito à cidade: um estudo de caso,* Daniel Victor Gouveia Lage e Daniela Abritta Cota abordam o racismo estrutural da sociedade brasileira, tema debatido hoje com mais vigor e sob diferentes abordagens – social, psicológica, cultural, econômica, institucional, espacial e simbólica. A história de São João del-Rei, marcada pela exploração do ouro e mão de obra escrava, gerou uma cidade espacialmente segregada, cuja dinâmica não se diferencia da realidade social brasileira que obriga a população negra a enfrentar profunda desvantagem nas condições de trabalho, educação e moradia. Nessa moldura, a pesquisa realizada busca compreender a vivência urbana da juventude negra periférica, por meio de entrevistas, questionários e mapas mentais. O artigo

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

mapeia a sensação de segurança e insegurança dos moradores da periferia e contrapõe a resistência que se realiza por meio de manifestações sociais, culturais e políticas que ocupam a área central da cidade, notadamente território negado, como contraponto político ao estigma periférico.

No artigo *Quem ocupa constrói contracondutas*, Marcela Silviano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança, Matheus Silva Coelho e Luiza da Anunciação Guinho discutem formas de intervenções urbanísticas em territórios socialmente vulneráveis, a partir da leitura das realidades locais e proposições geradas no encontro dos saberes acadêmicos e dos saberes daqueles que produzem no seu cotidiano esses territórios. A pesquisa contrapõe às racionalidades governamental e neoliberal – a que se associa a colonialidade latino-americana- a *contraconduta* como forma de resistência e propõe investigar práticas decoloniais existentes nas ocupações urbanas autoconstruídas, onde é possível identificar essa potência cotidiana. Apresenta, assim, o projeto Parque das Ocupações, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, ali identificando vários níveis de resistência. Para compreender a realidade multifacetada das ocupações, a pesquisa propôs romper com o modo tradicional de abordagem diagnóstica urbana e redesenhar um conhecimento nascido da junção dos saberes acadêmico e o construído na vivência do território. O primeiro nível foram as *contracondutas acadêmicas*, uma exigência

nascida do próprio objeto e da moldura epistemológica decolonial adotada. O segundo nível foi a identificação das pessoas que ocupam, cuidam e compartilham o território, a partir de práticas e condutas que aproximam moradia e meio ambiente, contrariando a ação do capital imobiliário que afirma serem incompatíveis o direito à moradia e o direito à preservação ambiental.]

Os espaços de transmissão cultural do povo Kaingang na aldeia Kondá, em Santa Catarina, são o tema do artigo L*ugares do saber Kaingang: cultura e espaço escolar*, de Fernanda Machado Dill e Ayrton Portilho Bueno. Vista como principal instrumento de afirmação de práticas culturais tradicionais – a língua materna, as relações com a natureza, a fabricação de objetos e adornos – a educação das crianças na cultura Kaingang é o foco da pesquisa, construída no diálogo entre etnografia e história oral. A inserção do ensino escolarizado nas comunidades indígenas foi severamente marcada pela ótica da assimilação cultural, apenas com a Constituição de 1988 pretendeu-se uma educação escolar indígena pensada como comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. No entanto, essa história, com alcances diferentes, é a história de muitas aldeias, o deslocamento de seu habitat tradicional desarticulou a vivência íntima entre a comunidade e o território e a reconstrução de seus significados pressupõe uma nova leitura do lugar. A pesquisa identifica espaços que reconstroem os laços

culturais e espaços que não encontram eco na educação das crianças, na relação com os anciãos, na memória viva, deixando em aberto a questão de como, e se, será possível reviver a estreita ligação entre gente e cosmos em meio a uma natureza destruída, e não em comunhão com ela.

No artigo *Apontamentos sobre o comum em Portugal e no Brasil*, Beatriz Nascimento Ko Fontenele e Isabella Flach Gomes partem da ideia do comum como prática política e princípio político contemporâneo, um terceiro caminho distante tanto do socialismo de Estado quanto do capitalismo de mercado. Elas contemplam a precarização das condições de vida das populações no contexto do recrudescimento neoliberal mundial e apontam a cooptação da noção de comum por práticas capitalistas. Investigam, nesse quadro, as ocupações - modos de luta urbana que reivindicam moradias dignas – e *okupas* – de caráter anárquico. Apontam, ainda, a cooptação da noção de comum por práticas capitalistas. As autoras afirmam que as insurgências urbanas, antes não percebidas, tornam-se – no contexto de crise financeira global, de disseminação do neoliberalismo e das políticas de austeridade – plenos indicadores da recessão econômica ibérica. No Brasil, apenas no ano 2000 a moradia passou a ser um direito constitucional, nunca assumido plenamente pelo Estado e jamais equacionado pela iniciativa privada. A escolha de situações similares em Portugal e no Brasil traz para o debate a perspectiva deco-

lonial e suas trajetórias sociais e políticas opostas podem nos oferecer campo para a compreensão das lutas anticapitalistas.

No artigo *Cartografia social da ilha de Cotijuba em Belém do Pará*, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Letícia Ribeiro Vicente e Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira trazem ao nosso conhecimento as ações de iniciativa popular de fortalecimento do modo comunal de vida local e sua dependência de políticas públicas adequadas em Cotijuba, uma das três ilhas com áreas urbanas incluídas no Plano Diretor da cidade de Belém, cujo território é composto, além de sua porção continental, por outras 39 ilhas. Sua área rural, ainda preservada, suporta as estratégias de sobrevivência do camponês amazônico. O artigo, a partir da construção de cartografia social, identifica e contrapõe as lógicas não violentas de desenvolvimento ensaiadas pela população local e as fragilidades inerentes a elas. Com foco na gestão do espaço construído da ilha e atentos à importância da organização comunitária para a tomada de decisões que protejam o rico ambiente insular, as autoras apresentam uma agenda para políticas públicas e comunitárias.

No artigo *Remoções e reações: ações de exceção e práticas do comum na periferia de Brasília*, Laila Beatriz da Rocha Loddi e Carlos Henrique Magalhães de Lima refletem, sob a ótica do *comum*, sobre a produção do espaço em co-

munidades constantemente sujeitas a processos de remoção, na periferia de Brasília. As violações urbanísticas a que estão sujeitas as populações pobres registram o acordo entre Estado e iniciativa privada na expropriação do direito legítimo de habitar o território. Tal acordo, presente desde o início da cidade, é descrito como dispositivo disciplinador, camuflado sob um discurso civilizatório, compondo a estratégia colonizadora e ideológica, afirmada por meio da linguagem, do planejamento urbano. Em Ceilândia, um dos focos da análise dos autores, ações que reivindicam o direito à cidade revestem-se de práticas comunais e de insurgência configurando um *planejamento insurgente*.

Tece-se, assim, neste volume dos Cadernos, um olhar comprometido com a realidade local, a vida cotidiana e as lutas generosas de enfrentamento do processo capitalista de destruição da nossa casa comum.

GÊNERO, COTIDIANO E DIREITO À CIDADE: UMA REFLEXÃO PRÁTICA[1]

Daniela Abritta Cota [2]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p17

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre a incorporação prática da perspectiva de gênero em planos e projetos urbanos por meio da aplicação de métodos que permitam incluir, de fato, as experiências cotidianas e as demandas das mulheres em relação à cidade. Para isso, utilizamos a metodologia desenvolvida por um coletivo especialista em *Urbanismo feminista* – o *Col.lectiuPunt 6,* de Barcelona. Buscaremos apresentar tal metodologia e apli-

1. A temática deste trabalho se articula ao tema de pós-doutoramento da autora, realizado durante 2018 na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, sob supervisão da professora Silke Kapp. O trabalho contou também com o desenvolvimento de estudos em Barcelona e com a tutoria da profa. Zaida Muxí (ETSAB/UPC -Universitat Politècnica de Catalunya), quando pudemos ter contato com a metodologia abordada ao longo deste trabalho. A aplicação da metodologia referida neste artigo se deu durante a disciplina de Estúdio Intermediário "Cidade para Todxs" (com 72h/a de carga horária) ministrada pela autora deste trabalho no primeiro semestre de 2019 para alunos do 3º ao 6º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ.

2. Arquiteta pela UFMG, mestre e doutora em Geografia pela UFMG, com pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Professora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSJ.
Email: abritta@ufsj.edu.br

cá-la em estudos urbanos no bairro Solar da Serra, em São João del-Rei – MG para, posteriormente, refletir sobre as possíveis contribuições desses métodos para o avanço da incorporação da temática de gênero nos estudos urbanos e, consequentemente, para viabilizar o direito das mulheres à cidade.

Palavras-chave: Gênero. Cotidiano. Direito à cidade. Mulheres. São João del-Rei – MG.

GENDER, DAILY LIFE AND THE RIGHT TO THE CITY: A PRACTICAL REFLECTION

Abstract

This work aims to reflect on the practical incorporation of the gender perspective in Urban Planning and Urban Projects through the application of methods that allow, in fact, to include the daily experiences, as well as the demands of women concerning the city. For that,weused the methodology developed by a collective specialist in feminist Urbanism - Col.lectiu Punt 6, from Barcelona. We will seekto present this methodology and apply it on urban studies in the Solar da Serra neighborhood, in São João del Rei-MG, to later reflect on the possible contributions of these methods to the advance of the incorporation of the theme of gender in urban studies and, consequently, to make women's right to the city viable.

Keywords: Gender. Daily Life. The Right to the City. Women. São João del-Rei – MG.

GÉNERO, COTIDIANIDAD Y DERECHO A LA CIUDAD: UNA REFLEXIÓN PRÁCTICA

Resumen

Este trabajo pretende reflexionar sobre la incorporación práctica de la perspectiva de género en planes y proyectos urbanos a través de la aplicación de métodos que permitan incluir, de hecho, las experiencias cotidianas, así como las demandas de las mujeres en relación a la ciudad. Para esto, utilizamos la metodología desarrollada por un colectivo especialista en Urbanismo feminista – El Col.lectiuPunt 6, de Barcelona. Procuraremos presentar tal metodología y aplicarla en estudios urbanos en el barrio Solar da Serra, en São João del Rei-MG, para, posteriormente, reflexionar sobre las posibles contribuciones de estos métodos en el avance de la incorporación de la temática de género en los estudios urbanos y, consecuentemente, para hacer viable el derecho de las mujeres a la ciudad.

Palabras-claves: Género. Vida Cotidiana. Derecho a la Ciudad. Mujeres. São João del Rei-MG.

Introdução

O "direito à cidade", proposto inicialmente em 1968 por Henri Lefebvre, inaugura conceitualmente o direito de apropriação do espaço urbano – tanto no sentido do direito de uso para as atividades da vida cotidiana como também o direito à participação dos habitantes como gestores do processo de produção das cidades. Essa visão de Lefebvre é importante para a análise da cidade e das políticas públicas que interferem na forma de apropriação dos espaços porque introduz a ideia de subjetividade e da experiência cotidiana na análise da cidade (SANZ, 2013). Entretanto, segundo Fenster (2005, p.220), a perspectiva de Lefebvre sobre o direito à cidade apresenta uma visão homogênea do espaço urbano, restrito a um padrão social baseado na imagem do homem branco, heterossexual, de classe média alta. Portanto, a ausência da diversidade sociocultural no texto de Lefebvre – por exemplo, as relações de gênero, as étnico-raciais e as de classe – acaba por limitar o direito de usar a cidade e o direito de participar da vida urbana. Assim, este trabalho busca re-

fletir como podemos, na prática, incorporar a perspectiva de gênero de modo a incluir a diversidade no trato da cidade e viabilizar o direito das mulheres à cidade. Assim, o que significa, na prática, um urbanismo com perspectiva de gênero? Como fazer planejamento urbano e projetos urbanos que levem em conta a perspectiva de gênero? Essas são questões que buscamos responder neste trabalho por meio da aplicação da metodologia desenvolvida por coletivos especialistas em *Urbanismo feminista* – a exemplo do *Col.lectiuPunt 6*, de Barcelona – em um trabalho de diagnóstico urbano no bairro Solar da Serra em São João del Rei, MG.

Sabemos que o urbanismo tem importância fundamental na vida das pessoas, já que é a disciplina que determina a configuração dos espaços que constituem o suporte físico dos usos/apropriações e das relações sociais, enfim, do "espaço social" (LEFEBVRE, 1974). Uma arquitetura e um urbanismo com perspectiva de gênero podem ser propostos a partir de outros valores – especialmente aqueles atribuídos ao gênero feminino – que têm a ver com as pessoas e os cuidados – valores esses que a sociedade capitalista e produtivista não considera importantes. Trata-se de refletir sobre a possibilidade de uma arqui-

tetura e um urbanismo mais humanos[3], que considerem a diversidade de pessoas e que trabalhe:

> "para que as diferenças não sejam desigualdades, mas outras maneiras de se fazer e de ser que tenham direitos iguais sem precisar ficar submergidos em uma uniformidade alienadora. Trata-se de dar valor ao que até agora estava invisível ao cotidiano. Ao que o patriarcado considerou menor" (MUXÍ, 2011, s/p).

Assim, buscamos refletir sobre a incorporação prática da perspectiva de gênero em ações de intervenção urbana por meio da aplicação de métodos que permitam incluir, de fato, as experiências e demandas das mulheres na cidade. Acredita-se que a compreensão dos conceitos e métodos elaborados pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6* podem

3. Apesar de a temática de gênero articulada ao planejamento urbano ser objeto de estudos mais recentes, não podemosdeixar de mencionar que, desde os anos 1960, alguns autores já se debruçavam sobre a necessidade de se produzir espaços mais humanos e apropriáveis pela população, a exemplo de Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês. Sua metodologia consiste em priorizar pedestres, ciclistas e a ocupação dos espaços públicos (GEHL, 2010). Já Jane Jacobs, apesar de apresentar uma abordagem que não se preocupava explicitamente com a temática de gênero, defendia, também nos anos 1960, a humanização da cidade, o uso misto, a diversidade da cidade, a celebração do caminhar e a participação cidadã como enfrentamento ao urbanismo estatal/autoritário e racionalista, rodoviarista (JACOBS, 1961). Mãe de três filhos, Jane Jacobs vivia e refletia sobre a cidade a partir da realização de certas atividades / tarefas que realizava na reprodução da sua vida cotidiana (alimentação, limpeza, cuidado, etc). A partir disso, pôde trazer à tona uma crítica ao espaço produzido pelo urbanismo até então, feito, sobretudo, por homens brancos de países do norte, que não estavam presentes nos espaços da reprodução cotidiana da vida na cidade, e sim em seus escritórios, vendo e desenhando a cidade "de cima". Por explicitar a importância do território para reprodução cotidiana da vida, seu trabalho é referência fundamental para os estudos recentes sobre *urbanismo feminista*.

trazer, como resultados, contribuições importantes para o avanço das políticas urbanas no que se refere à incorporação da temática de gênero nessas políticas e, consequentemente, para viabilizar o direito das mulheres à cidade.

Os espaços da vida cotidiana desde a perspectiva de gênero

Segundo Ciocoletto (2014, p. 13), os usos dos espaços e as atividades que neles realizamos dependem da experiência da *vida cotidiana* e, por isso, é fundamental analisá-los em função das tarefas que as pessoas realizam no seu dia a dia. A perspectiva de gênero, ao ser incorporada no urbanismo, redefine-o, uma vez que tal disciplina tem se desenvolvido na sociedade capitalista, na qual são privilegiados os espaços e as atividades relacionadas com a produção, em detrimento das tarefas reprodutivas relacionadas com os cuidados (com a habitação, filhas e filhos e demais entes familiares) – tarefas que tem sido realizadas, historicamente, por mulheres. Por isso, o urbanismo com perspectiva de gênero propõe dar ênfase às tarefas cotidianas que as pessoas realizam no seu dia a dia – produtivas e reprodutivas – e às diferenças entre os papéis de gênero que assumem essas tarefas, utilizando um enfoque interseccional, que incorpore a diversidade de experiências – seja de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos – assim como também outras características como a diversidade de classe, de raça, de

origem, etc. Enfim, a perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo significa colocar em condições de igualdade as demandas derivadas do mundo produtivo e daquelas derivadas do mundo reprodutivo, isto é, as necessidades cotidianas das pessoas. Os dois mundos devem ser colocados no mesmo nível de importância nas decisões para evitar o aumento ou a manutenção das diferenças (MUXÍ MARTINEZ *et al*, 2011, p.108).

Sendo um conceito de difícil definição, "vida cotidiana" pode ser definida como o conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades diárias em relação às diferentes "esferas da vida" (CIOCOLETTO, 2014, p.14). Para realizar essas atividades, a "vida cotidiana" engloba os espaços da cidade onde elas se desenvolvem e demanda "tempo" das pessoas. Ou seja, o cotidiano das pessoas como prática social explicita as necessidades dos diferentes sujeitos para desenvolver suas atividades diárias de reprodução da vida social, em certo contexto territorial e temporal (LEVY, 2001).

Segundo Hannah Arendt (2007), a *vida cotidiana* envolve a realização de atividades vinculadas a quatro esferas:

- **Esfera produtiva:** refere-se às atividades relacionadas com a produção de bens e serviços, vinculadas ao mundo do trabalho e remuneradas;

- **Esfera reprodutiva**: refere-se a todas as ativi-

dades não remuneradas que as pessoas realizam para o cuidado (da casa, da alimentação, das roupas, dos entes da família), e que são desenvolvidas para a reprodução da vida como levar filhas e filhos na escola, fazer as compras, cuidar de uma pessoa doente, cozinhar, limpar a casa, lavar roupa, etc.

- **Esfera própria:** refere-se às atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada pessoa, como fazer ginástica ou praticar outro esporte, atividades de lazer, hobbies, etc.

- **Esfera comunitária:** refere-se às atividades que realizamos para a comunidade política – participação social, cultural e política – a exemplo de participar da associação de bairros, ou de movimentos sociais ou de um grupo de orações, etc.

Deve-se ressaltar que uma *esfera* interfere na outra e que sem as atividades da *esfera reprodutiva*, provavelmente as outras tarefas das outras esferas não poderão desenvolver-se. Entretanto, na sociedade capitalista e patriarcal em que vivemos se prioriza a *esfera produtiva* e uma visão androcêntrica de cidade, adaptando os horários e os serviços em função do capital – resultando em espaços monofuncionais, não conectados e que não levam em conta os vínculos entre as diferentes esferas – e, sobretudo, a partir do ponto de vista masculino.

Então por que é importante que o espaço urbano seja adaptado a partir de uma perspectiva de gênero? Porque, sem essa perspectiva, as mulheres continuam fora das decisões urbanas. Além disso, é o caminho para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e condições de acesso aos espaços urbanos, independentemente de seu sexo, idade, origem ou status socioeconômico. Para isso, é necessário dar ênfase à *vida cotidiana* das mulheres nas ações de planejamento urbano bem como atentar-se para as *formas e condições de participação* da mulher permitindo-lhes atuar, de fato, nas decisões sobre sua própria vida e em sua relação com a cidade, o que requer trabalhar ações de empoderamento das mulheres como abordaremos adiante.

Segundo Falú (2017, p. 163), a *vida cotidiana* das mulheres se desenvolve majoritariamente sobre uma base física que é seu bairro, seu entorno próximo. Mesmo no caso de terem de se deslocar para outras áreas para o exercício de outras esferas – como a produtiva, por exemplo –, o bairro e os serviços de suporte à vida que ele apresen-

ta irão facilitar ou dificultar as tarefas do dia a dia [4] . De forma similar, Muxí Martínez *et al* (2011, p.109) afirmam:

> *La perspectiva de género aplicada al urbanismo se entiende desde la experiencia y, por lo tanto, la escala próxima, pero esto no excluye la lectura analítica de la estructura general, que nos permitirá hacer recomendaciones en otros momentos de la planificación, más generales y lejanos, como puede ser un plan general* [5] (MUXÍ MARTÍNEZ *et al*, 2011, p.109).

Assim, para realizar suas tarefas cotidianas, as mulheres precisam de serviços e equipamentos próximos à moradia que facilitem o exercício de todas suas demandas, além de necessitarem de serviços de cuidado infantil com amplitude de horário que lhes permita trabalhar – e possivelmente ter autonomia econômica. Esse é só um exemplo claro de apoio concreto às necessidades das mulheres, enquanto não se modificam questões estruturais vinculadas aos papéis de gênero e à divisão sexual

4. Não podemos esquecer que os cuidados domésticos, do ponto de vista estatístico, permanecem sendo atribuição feminina. Ou porque as mulheres assumem essas tarefas dentro da família – por opção ou obrigação –, ou porque essas responsabilidades, quando terceirizadas, são delegadas a outras mulheres contratadas para isso – o que nos permite dizer que são mulheres que sofrem as limitações no uso de uma cidade monofuncional e projetada sob a ótica patriarcal e masculinizada. Assim, pensar a escala do bairro e o que ele oferece para o exercício da vida cotidiana – e das esferas produtiva, reprodutiva, própria e comunitária – é essencial para se pensar no direito à cidade.

5. Tradução: "A perspectiva de gênero aplicada ao planejamento urbano é entendida a partir da experiência e, portanto, da escala mais próxima, mas isso não exclui a leitura analítica da estrutura geral, o que nos permitirá fazer recomendações, em outros momentos do planejamento, mais gerais e abrangentes, como ocorre em um plano geral (ou plano diretor)".

do trabalho.

Nesse sentido, Falú questiona:

> *¿quiénes son los sujetos del derecho a la ciudad y de sus políticas?; ¿quiénes y para quienes son éstas planificadas?; ¿cómo son construidas material y simbólicamente?; ¿de qué manera incide la división sexual del trabajo en la planificación y el uso de las ciudades?* (FALÚ, 2017, p. 166) [6.]

Segundo a autora, apesar dos avanços e conquistas, a incorporação das mulheres no planejamento urbano ainda se dá de forma frágil e débil, sendo necessário distinguir os reconhecimentos formais, a retórica política e a realidade em que vivem as mulheres em suas cidades e, em particular, aquelas que vivem em situação de pobreza. Pobreza essa que, segundo Falú, *"no es solo económica: es pobreza de derechos, de servicios, de educación, de ingreso formal seguro, de movilidad segura, de seguridad y no temor a la violencia por el solo hecho de ser mujeres"* (FALÚ, 2017, p. 167).

As mulheres são, desde sempre, as cuidadoras da humanidade. Como tal, se organizam para o cuidado de si próprias, das crianças, do abastecimento do lar, dos idosos

6. Tradução: "Quem são os sujeitos do direito à cidade e às suas políticas? Quem planeja e para quem são planejadas as cidades? Como são construídas material e simbolicamente? De que maneira a divisão sexual do trabalho afeta o planejamento e o uso das cidades?"

da família, além de muitas ainda tentarem trabalhar e participar dos movimentos sociais que envolvem a comunidade e a cidade. Isso gera um sistema de desigualdades e particularidades no uso da cidade em suas diferentes escalas – casa, bairro, cidade, região – e, para desenvolver todas as tarefas em tempos cada vez mais escassos, a proximidade e a acessibilidade acabam sendo requisitos fundamentais nas cidades. Além disso, devemos reconhecer que se uma pessoa se encarrega do cuidado de outras pessoas – seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva –, ela realiza mais tarefas cotidianas e, consequentemente, seu movimento pela cidade será mais complexo e poligonal que o de uma pessoa que se encarrega só de si mesma. A literatura sobre mobilidade e gênero salienta que além das mulheres se deslocarem mais no território e de forma menos linear e mais poligonal – especialmente por causa do mundo reprodutivo –, elas usam mais os meios de transporte e se deslocam mais a pé que os homens. As mulheres tendem a se deslocar mais, com viagens mais curtas e em horários mais variados, o que resulta em maior gasto de tempo e de dinheiro. Outra questão a se considerar é que, como as mulheres estão mais inseridas no mercado informal de trabalho, os seus deslocamentos tendem a ocorrer muito mais cedo ou mais tarde do que os horários padrões para os quais o sistema de transporte é planejado (cf. GAUTHIER, KUNIEDA, 2007, p. 6 *apud* SARAIVA, 2017, p.48). Segundo Falú (2017, p. 167), seus trajetos são

mais curtos, interconectados, o que supõe uma utilização fragmentada de tempo e do espaço, diferentemente dos homens que transitam pela cidade com percursos mais lineares e pontuais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a relação tempo-espaço é "genderizada" (ROSA, 2014, p.2) na cidade, ou seja, marcada pela questão de gênero, constituindo-se como uma dimensão chave para a compreensão da diversidade e das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, e mesmo entre mulheres e mulheres, ao experimentarem diferentes situações socioeconômicas. De acordo com Rosa (2014), as desigualdades de classe econômica, quando articuladas às desigualdades de gênero, impactam diretamente nos modos de uso dos espaços urbanos nas cidades. Para ela, gênero e classe social são dois princípios básicos da estratificação social. Se a condição de vida é ruim, se a mobilidade é deficiente, se o bairro não oferece suporte para a vida cotidiana, essa situação é pior para as mulheres pobres. Assim, ao não considerar as necessidades cotidianas dos diferentes sujeitos no planejamento das cidades, o processo de produção capitalista "domina até mesmo o tempo e limita o acesso, o direito de ir e vir e por extensão o direito à cidade à parcela significativa da população", como no caso particular aqui abordado, às mulheres (COTA, 2019, p.07).

Assim, o *urbanismo feminista* propõe trabalhar no senti-

do da "cidade cuidadora", que é aquela que cuida do entorno (escala próxima), cuida das pessoas, nos permite cuidarmos de nós mesmos e cuidar das outras pessoas. Assumir a perspectiva de gênero significa reconhecer as desigualdades vividas pelas diferentes mulheres em relação ao uso da cidade e estabelecer que a orientação para a redução dessas desigualdades deve ser prioridade (SARAIVA, 2017) nos planos e projetos urbanos.

Sobre os conceitos e métodos

> *La planificación urbana tendría que enfocarse de forma que nos permita hacer un constante trabajo transversal, transescalar e interdisciplinario. Transversal entre las personas profesionales que trabajan y entre las áreas del mismo ayuntamiento, otras instituciones y también poblaciones implicadas, es decir, transversalidad vertical y horizontal*[7] (MUXÍ MARTÍNEZ *et al*, 2011, p. 110).

Seguindo as palavras acima referidas de Muxí Martinez *et al* (2011), Ciocolleto (2014), integrante do coletivo de mulheres de Barcelona – *Col.lectiuPunt 6* – sugere que devemos trabalhar o planejamento de forma integral integral – considerar a transversalidade de gênero nos aspectos físicos, sociais e funcionais – e que, portanto, ele deve

7. Tradução: "O planejamento urbano teria que ser abordado de forma a permitir a realização de um trabalho transversal constante, transescalar e interdisciplinar. Transversal entre os profissionais que trabalham e entre as áreas (ou setores) da mesma prefeitura, outras instituições e também populações envolvidas, ou seja, transversalidade vertical e horizontal".

ser *multiescalar* (desde o detalhe dos espaços públicos até a leitura compreensiva do território e nas diferentes etapas do planejamento urbano, evitando a setorização do planejamento geral), *interdisciplinar* (abordado entre as diferentes profissões e áreas da Administração Municipal que incorporem o conhecimento urbano diversificado e não apenas da arquitetura e do urbanismo); e *participativo* (contando com as pessoas vizinhas, da comunidade, e garantindo que a informação flua de forma compreensível e bidirecional, em ambos os sentidos, entre as pessoas vizinhas e a administração municipal, independentemente de a ação ser conduzida pela comunidade ou pela Prefeitura).

Segundo ela, as leis de uso e ocupação do solo devem ser pensadas incorporando qualidades ou critérios urbanos compatíveis com a perspectiva de gênero, quais sejam:

- **Proximidade:** distância espaço-temporal dos caminhos/ das rotas e do acesso aos serviços.

- **Diversidade:** consiste na mistura física e social que permite a variedade de pessoas, atividades e usos.

- **Autonomia [8] :** qualidade que deriva dos espaços seguros e acessíveis.

- **Vitalidade:** presença simultânea e contínua de pessoas; densidade de atividades na rua que favorece o encontro e a sociabilidade.

- **Representatividade:** reconhecimento das pessoas da comunidade e valorização da memória social e cultural da igualdade, especialmente tornando visíveis as contribuições das mulheres para a sociedade (contribuições que foram historicamente escondidas) (cf. CIOCOLETTO, 2014, p.41-47).

Essas qualidades são aplicáveis no nível da cidade, mas o trabalho normalmente é feito na escala do bairro e dos espaços públicos, já que são considerados os ambientes imediatos das pessoas, onde é possível verificar se as necessidades reprodutivas são atendidas (cuidado, compras, etc.). Deve-se ressaltar que focalizar a escala do bairro no estudo da *vida cotidiana* não significa deixar de

8. Segundo Kapp (2004, p. 98) "autonomia é o 'direito' de se autogovernar. *Auto-nomos*, normas ou leis próprias; (...). (...) autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas". Segundo ela, a autonomia só existe quando há algo de heterônomo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Ao utilizarmos o termo "autonomia" referindo-se ao uso da cidade, significa que as pessoas gozam de autonomia quando os espaços que ocupam são percebidos como seguros, geram confiança para serem utilizados sem restrições de qualquer natureza (física, econômica, etc.) e quando as condições de acessibilidade são universais para os espaços da vizinhança e para a rede diária, observando as particularidades físicas dos grupos.

lado a análise da cidade e do território de forma geral. Entretanto, é na escala de bairro, que contém a escala da vizinhança, que evidenciamos se a perspectiva de gênero vem sendo aplicada ou não, sendo por isso a escala mais importante para o planejamento que leve em conta as necessidades cotidianas de todos os sujeitos. Segundo Ciocolleto (2014, p.17):

> *Aplicar los criterios de género en el planeamiento urbanístico contribuye al desarrollo de una* ***sociedad más justa y equitativa*** *porque influye en la localización de las actividades, en la interrelación entre estas y en las cualidades de los espacios. Asimismo, contribuye al desarrollo sostenible ya que el modelo de ciudad óptimo para el desarrollo de la vida cotidiana se basa en la* ***proximidad*** *espacio temporal, facilitadora de la movilidad que prioriza los desplazamientos peatonales y accesibles para conectar las actividades y de los usos mixtos con* ***diversidad*** *de equipamientos, comercios y transporte cerca de las viviendas. Además, responde a la* **autonomía** *de las personas para el uso de los diferentes espacios; a la* ***vitalidad*** *en las calles para que las personas las utilicen e interactúen entre sí y a la* **representatividad**, *para el reconocimiento y la participación en igualdad de oportunidades* (CIOCOLLETO, 2014, p.17).

Para aplicar o método de avaliação dos espaços para a *vida cotidiana*, foram definidas, por Ciocoletto (2014), *três tipologias de espaço* (que também trabalham a ideia das múltiplas escalas): *Bairro e rede cotidiana, espaço de relação/ socialização e equipamento cotidiano.* Ou seja, a metodologia de avaliação urbana com perspectiva de gênero

pode ser aplicada nas três *tipologias de espaços*: 1) para avaliar um bairro, 2) para avaliar em espaço público de encontro e lazer a exemplo de uma praça, um parque ou outro espaço que exerça essa função, 3) para a avaliação de um equipamento de uso cotidiano.

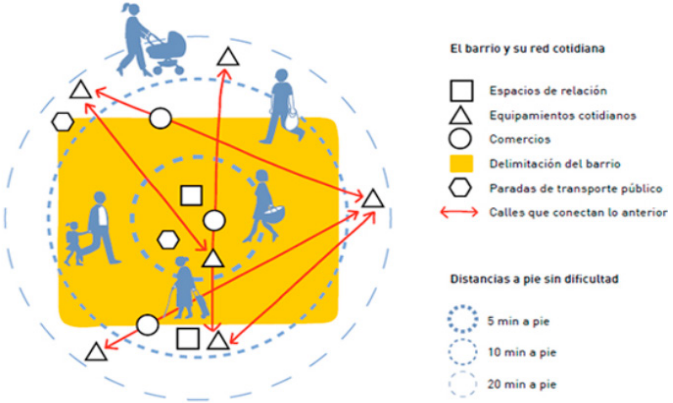


Figura 1 | Espaços da vida cotidiana desde a perspectiva de gênero
Fonte: Ciocoletto (2014, p.18)

Essa metodologia qualitativa de análise do espaço não elimina a coleta de informações sobre o bairro ou área a ser trabalhada, sendo imprescindível dispor de informações tais como evolução urbana, aspectos físico-ambientais, dados de população e perfil socioeconômico, informações urbanísticas, mobilidade e acessibilidade,

distribuição residencial e características das moradias, existência de associações de bairro, de projetos previstos para a área, etc. Sempre que possível, é necessário apresentar dados separados por sexo. Sugere-se utilizar métodos diferentes na análise urbana com perspectiva de gênero e, nesse ponto, Ciocoletto (2014) sugere: 1) percursos prévios de reconhecimento da área – aplicação do Diagnóstico de Avaliação Urbana com Perspectiva de Gênero (*Diagnosis i evaluación urbana con perspectiva de gênero* – DUG, desenvolvido pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6*); 2) observação participante [9] ; 3) dinâmicas participativas – que variam dependendo do objetivo e do público alvo; 4) entrevistas semiestruturadas. Devemos também entender que a utilização diversificada de métodos e dinâmicas permite recolher informações mais precisas sobre a realidade sobre a qual queremos atuar e, por isso, elas são complementares entre si.

Aplicando as qualidades ou critérios urbanos às três ti-

9. Enquanto técnica de pesquisa, a observação participante remonta suas origens à Antropologia Cultural, sendo efetuada em contextos e grupos distintos e, progressivamente extrapolada para as Ciências Sociais e Humanas. É realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. Esta metodologia proporciona uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural, dos seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo cotidiano e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades (MARTINS, 1996).

pologias de espaços, Ciocoletto (2014, p.49) definiu uma *tabela com um sistema de indicadores* que nos permite *avaliar a qualidade de vida urbana sob perspectiva de gênero*. Vale destacar que os indicadores de qualidades urbanas podem ser utilizados para analisar e avaliar qualquer lugar, ou seja, são adaptáveis a qualquer realidade e contexto urbano. Além disso, é uma ferramenta não somente de análise e avaliação, mas tem caráter informativo e pedagógico. Tanto o DUG quanto a *tabela de indicadores* podem ser utilizados para avaliar diferentes contextos e lugares, verificando como o espaço urbano vem respondendo à perspectiva de gênero.

Ainda com relação à metodologia, é necessário que o urbanismo com perspectiva de gênero incorpore métodos participativos e estudos qualitativos que trabalhem o empoderamento das mulheres bem como deem voz a esse segmento da população invisibilizado nas políticas. Também é necessário envolver as mulheres em todas as etapas do planejamento e instituir metodologias para que elas construam coletivamente as soluções para seus problemas, atentando para viabilizar discussões coletivas em horários e com condições materiais que permitam a ela participar.

O guia *"MujeresTrabajando"* (*COL.LECTIU PUNT6,* 2014), sugerido por Ciocoletto (2014) e pelo coletivo de mulheres *Col.lectiuPunt 6* é uma ferramenta para dar visibilidade às

experiências e conhecimentos das mulheres no campo do planejamento urbano, mas também para questionar essa divisão de trabalho e reivindicar espaços onde as tarefas domésticas e de cuidado possam ser socialmente compartilhadas e que não continuem sendo responsabilidade exclusiva das mulheres. O guia foi criado para as associações e grupos de mulheres que queiram participar da transformação urbana e melhoria física do ambiente. É uma ferramenta para garantir que os processos participativos na esfera urbana se tornem processos participativos transformadores, nos quais as mulheres são agentes ativos de análise e melhoria do ambiente em que vivem. Portanto, o guia permite reforçar o empoderamento das mulheres para que participem ativamente das transformações urbanas, como motores de mudança. Apesar de nos referirmos às mulheres – pois é o foco desse trabalho – esse guia pode ser utilizado por qualquer grupo de pessoas que demandem novos olhares e que queiram intervir na transformação da cidade. As ferramentas servem para capacitar os sujeitos ativos – no caso, as mulheres – permitindo a elas conhecer e tomar consciência sobre o entorno em que vivem, além de realizar um diagnóstico urbano com perspectiva de gênero. São explicitadas as diferentes atividades que podem ser propostas em um diagnóstico com essa ênfase e também experiências nas quais o guia foi aplicado.

Outro guia desenvolvido pelo grupo *Col.lectiuPunt 6* –

"Entornos Habitables" (*COL.LECTIU PUNT 6*, 2017) nos apresenta uma ferramenta de diagnóstico urbano para uma análise integral dos aspectos sociais, físicos e funcionais que influenciam a percepção de segurança no espaço, utilizando uma perspectiva de gênero interseccional. Esse guia, entretanto, não foi aplicado em nosso trabalho por não ter expresso, em nossos objetivos, tal olhar específico. Ainda assim, ele será objeto de análise e aplicação em trabalhos futuros.

Aplicação da metodologia no "bairro" Solar da Serra [10] em São João del-Rei, MG e reflexões práticas

Este trabalho foi desenvolvido entre os meses de abril e julho de 2019 durante a disciplina Estúdio Intermediário

10. O "bairro" Solar da Serra constitui-se de um loteamento aprovado e executado na década de 1980 em área de uma antiga colônia agrícola (em parte do atual bairro oficial Colônia do Marçal) e atualmente é foco da ação de promotores e especuladores imobiliários. Localizado a 8 km do centro, é o último bairro da cidade, próximo à BR 383 – saída para Belo Horizonte - MG – e concentra, em sua maioria, uma população de classe média (com ocupações pontuais de baixa renda). Ele foi escolhido para o desenvolvimento da atividade de estúdio por ser um típico bairro residencial e por apresentar significativa expansão da ocupação nos últimos dez anos. Buscou-se verificar se a expansão imobiliária vinha ocorrendo acompanhada do aumento de equipamentos de suporte da vida cotidiana de modo a atender as demandas das mulheres residentes na área. Além disso, no início de 2019 o bairro foi escolhido para sediar o "Solar na Praça – Feira Livre", um projeto idealizado por mulheres artesãs do município que acreditam no protagonismo feminino e no trabalho coletivo, como forma de alcançar transformações sociais – algo que reforçou a opção pela área de estudo. Por se constituir em parte de um bairro oficial (Colônia do Marçal) não há dados específicos disponíveis sobre o perfil dos moradores e moradoras do Solar da Serra.

"Cidade para Todxs" da UFSJ, com 72h/a de carga horária, contando com a participação de alunxs do 3º ao 6º períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo[11] . O objetivo foi aplicar a metodologia do urbanismo com perspectiva de gênero (conforme proposta do coletivo catalão *Col.lectiuPunt 6)* como categoria de análise do território e base para a atividade planejadora nas etapas de diagnóstico, avaliação urbana e levantamento de demandas a serem trabalhadas posteriormente em projetos de intervenção espacial.

Para a realização desse trabalho contamos com a participação de mulheres usuárias da área objeto de estudo – o Bairro Solar da Serra, em São João del Rei, MG – previamente convidadas a participar das dinâmicas e consultadas sobre suas disponibilidades no grupo de *Whatsapp* do bairro, no qual estão registrados cerca de 250 pessoas. As mulheres que se interessaram foram reunidas

11. Participaram de todas as etapas do desenvolvimento desse trabalho (problematização, conhecimento da metodologia, trabalho de campo para análise prévia da área objeto de estudo, aproximação da metodologia por meio da aplicação da observação participante, preparação de material para as dinâmicas com as mulheres – mapas, roteiro de entrevistas, etc. –, divulgação das dinâmicas por meio de cartazes colados em equipamentos de uso coletivo (públicos e privados) no bairro e em grupo de Whatsapp do bairro, preparação de suporte para as dinâmicas (lanche e atividades para as crianças), participação nas dinâmicas – 3 encontros e mutirão – com as mulheres do bairro) e análise crítica do processo xs seguintes alunxs: Arthur Fittipaldi, Ana Luísa Magalhães, Bárbara Pereira, Bianca Assunção, Bianca Calsavara, Clarissa Arruda, Dafne Castro, Fabianna Vieira, Gabrielle Fernandes, Guilherme Peixoto, Lara Menezes, Lívia Faria, Mariana Oliveira, Otávio Moreira e Thiago Guimarães. A todxs meu agradecimento por tornarem esse trabalho possível.

em um grupo de *Whatsapp* específico para facilitar a comunicação e a realização dos trabalhos propostos. Inicialmente doze (12) mulheres se dispuseram a participar e indicaram suas disponibilidades. Nesse grupo de doze havia uma diversidade de raça e classe. Entretanto, apesar de todos os esforços, apenas 5 mulheres participaram de todas as etapas do trabalho [12] que associou a *Leitura Técnica* (análise urbana e observação participante) e *Leitura Comunitária das Mulheres do bairro* (dinâmicas participativas para aplicação do Diagnóstico com Perspectiva de Gênero - DUG -aplicação de entrevista individual, elaboração de mapas de vida cotidiana, elaboração de mapas perceptivos, levantamento de demandas e propostas e mutirão de intervenção na praça do bairro). As dinâmicas com as usuárias do espaço foram realizadas nas manhãs dos dias 18 e 25/ 05 e 15/06 de 2019, conforme dia (sábado) e horário (período da manhã) por elas definidos. Para os objetivos desse trabalho, abordaremos apenas os métodos aplicados durante a *Leitura Comunitária*, realizada com as mulheres do bairro. A seguir, apresentaremos apontamentos acerca da metodologia aplicada.

12. Acreditamos em algumas hipóteses para a baixa adesão das mulheres ao nosso trabalho: a questão do empoderamento das mulheres, em especial em uma cidade de pequeno porte, é algo recente e está sendo construído; a dificuldade de compatibilizar tarefas domésticas, trabalho e vida comunitária; a descrença em trabalhos acadêmicos que, em geral, enfatizam diagnósticos, mas não apresentam resultados práticos e efetivos para as participantes das dinâmicas.

1 DUG

A primeira parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia a aplicação do *Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero* (DUG), que consiste em um questionário que tem como intuito descrever e analisar o entorno cotidiano da área analisada sob o viés da experiência/ vivência das mulheres nesse espaço. As perguntas do questionário DUG são divididas em seis âmbitos: *participação, espaços de relação/ convivência, equipamentos e serviços, mobilidade, segurança, moradia.* Observa-se que quatro âmbitos de análise – os espaços de relação, os equipamentos e serviços, a mobilidade e a moradia – são variáveis que definem o apoio físico em que se desdobra a rede cotidiana. Por outro lado, *participação* e *segurança* são conceitos transversais que alcançam todo o apoio físico.

1.1 Participação

A participação implica na corresponsabilidade para com o futuro do entorno que habitamos, contribuindo também com o aumento do sentimento de pertencimento ao lugar. No caso do Solar da Serra as mulheres ressaltaram a limitação quanto à disponibilidade de tempo para participarem de eventos de interesse comum ao bairro e também da ausência de lugares e atividades que discutam as demandas com relação à cidade. Quando ocorrem, não

são oferecidos serviços de apoio (para as crianças) que viabilizem a sua participação e tampouco dinâmicas separadas segundo as especificidades das pessoas do bairro (grupos separados por gênero, faixa etária, raça, origem) a fim de se conhecer suas demandas e facilitar a participação das pessoas de acordo com suas especificidades.

1.2 Espaço Público: espaços de relação e socialização

Esses espaços devem favorecer a autonomia e a socialização dos(as) usuários(as). Entretanto, os espaços de relação do bairro Solar da Serra não suprem as necessidades das usuárias do espaço. Não há espaços que atendam a necessidade de equidade de gênero e de idade e que sejam munidos de equipamentos, como caminhos escolares com faixas de pedestre e esquinas com visibilidade melhorada, por exemplo. Existem espaços para reunir, brincar, conversar – uma praça e as algumas ruas –, porém sua distribuição pelo bairro é inadequada e as linhas de transporte não cobrem de maneira eficiente essas distâncias. Apesar da existência dos espaços de brincar (praça), não há nenhum equipamento ou mobiliário infantil específico para brincadeiras. Somente bancos (de péssima ergonomia) e mesas de concreto e uma extensa área gramada não aproveitada. Além disso, o espaço não é apropriado para diferentes faixas etárias, pois não possui equipamentos direcionados a nenhuma delas. Existe

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

uma rua sem saída utilizada pelas crianças para brincar, onde há também uma gruta (religiosa) construída pelos moradores. Entretanto, não há mobiliário para as pessoas cuidadoras nas proximidades e nem para a conversa de fim de tarde, considerando que os moradores possuem o costume de interagirem durantes suas atividades cotidianas, especialmente nas proximidades dos equipamentos comerciais. O Solar na Praça – Feira Livre, ou "Feira do Solar" como é conhecida, protagonizada por mulheres, é um exemplo de espaço de relação intergeracional e intercultural, porém a feira não é capaz de suprir as necessidades diárias da comunidade, já que é feita apenas uma vez por mês.

Os percursos no bairro Solar da Serra são comprometidos pela falta de manutenção, pela má escolha de materiais de revestimento das calçadas e pelos desníveis. Estes dificultam o andar pela calçada, forçando os pedestres a caminharem pela rua.

O bairro não é munido de itens como mobiliários de qualidade (mesmo que haja bancos na praça), lixeiras, iluminação adequada, informação sobre as ruas e espaços de espera de transporte público. A vegetação existente de forma realmente eficiente se encontra apenas na praça do bairro. Há pouca arborização nas ruas.

Além disso, há elementos que trazem insegurança e fra-

gilidade para a população, como torres e antenas, muitos lotes vagos sem manutenção e muros altos. Não existem representações da memória do bairro, nem transmissão de valores de igualdade. Em contrapartida, a única representação de diversidade são os nomes de ruas com menção a mulheres (mas somente 26% das ruas têm nome feminino). Não há sinalização de ponto de ônibus, de área escolar, não há faixa de pedestres, não há um mapa com a localização das ruas, reforçando a falta de legibilidade do bairro. Essa ausência aumenta a sensação de insegurança, conforme abordado pelas participantes.

1.3 Equipamentos urbanos

A oferta de equipamentos deveria ser variada para valorizar as atividades cotidianas das mulheres, sobre as quais está a responsabilidade pelas tarefas de cuidado. Entretanto, não é isso que observamos no bairro. Os equipamentos urbanos existentes estão situados dentro das redes de mobilidade pessoal e de transporte coletivo, porém não são próximos às moradias e se concentram na parte baixa do bairro.

O bairro é equipado com uma escola, um centro espírita e o posto de saúde fica fora do local estudado, porém, na região, a mais de 1,5km e a 20 minutos a pé. Não há centro comunitário do bairro (utiliza-se um centro ao lado do posto de saúde, também a 20 minutos a pé). Faltam

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

equipamentos que atendam às necessidades de diferentes faixas etárias, a exemplo de lugares específicos e atividades para idosos.

Em geral, o bairro não oferece equipamentos urbanos e serviços diversos para satisfazer as necessidades de seus moradores. Há um mercado e duas padarias que oferecem produtos alimentícios, básicos, como de higiene. Nas proximidades (cerca de até 2km ou 30 minutos a pé) pode-se encontrar supermercado, açougue, mini hortifruti, farmácia, papelaria, serralheria, dois bares, um restaurante e uma pousada, um posto de gasolina, três escolas, uma igreja católica, academia. As escolas não são utilizadas fora do horário escolar – algo que, se proposto, poderia suprir a falta de equipamento de jogar, brincar, etc. Porém, embora poucos, esses equipamentos apresentam-se conectados com o transporte público. Os equipamentos também não propiciam outras atividades além das pré-estabelecidas – um serviço de creche próximo ao mercado ou atividades recreativas e esporte nas escolas, por exemplo.

1.4 Mobilidade

Há uma limitação quanto às escolhas de mobilidade, porque não houve participação popular nessas decisões, desconsiderando as diferentes percepções. O loteamen-

to foi construído priorizando vias de veículos automotores e desconsiderando outros meios de transporte e o andar a pé. As calçadas estreitas e em níveis dificultam a locomoção: se estiver com criança, carrinho de bebê ou de compras, ou se for idoso, é impossível andar pelas calçadas. Há locais em que elas estão dominadas pelo mato, árvores ou materiais de construção, impossibilitando a passagem e fazendo com que os pedestres tenham que competir espaço com os carros nas ruas.

Não há locais apropriados para espera do transporte público, bem como falta sinalização nas paradas dos ônibus. Não há informação sobre os horários das duas linhas que circulam no bairro. Os horários dos ônibus atendem especialmente ao mundo produtivo: não há ônibus entre 23hs e 6hs e, nos finais de semana, a circulação diminui – só circulam de hora em hora ou de duas em duas horas, dependendo da linha. Outra questão associada a esse quesito da mobilidade é a ausência de tarifas especiais para desempregados e para menores acima de 6 anos.

Apesar de não haver o incentivo por parte do poder público, a população também utiliza meios de transportes mais sustentáveis e baratos como a bicicleta. Entretanto, circular pelo bairro de *bike* é um desafio: não há ciclofaixa ou ciclovia; elas circulam em meio aos carros. Muitas mulheres utilizam a bicicleta com cadeirinha para circulação com os filhos ou filhas menores. Para elas o percurso é

inseguro e perigoso.

1.5 Segurança

A percepção de segurança está vinculada à capacidade das mulheres para apropriar-se do espaço com autonomia. Entre os fatores espaciais que colaboram na percepção de segurança estão a visibilidade, a clareza, a alternativa de itinerários, a variedade de usos e atividades, a presença de gente diversa. Para favorecer o sentimento de pertencimento e segurança nos espaços públicos, deve-se ter especial cuidado com a iluminação das áreas de pedestres e deve-se evitar os muros e escadas que geram cantos de difícil acessibilidade e geram espaços escondidos.

No Solar da Serra não há uma relação direta das casas com a rua: há muros altos e arbustos. À noite, não há iluminação suficiente e de qualidade para os pedestres, pois as casas em aclives possuem muros altos e impedem a iluminação da rua e as casas em declives, por serem baixas e também com muros, não refletem muita luz. Também existem áreas em que a vegetação está muito alta; há muitos terrenos vazios sujos e mal cuidados que pioram a sensação de insegurança.

Não existem muitos usos diferentes no bairro que favoreçam atividades e movimento nas ruas. Além disso, existem áreas que ficam completamente vazias a partir

de determinado horário. Existem algumas atividades que atualmente dão valor às relações sociais do bairro, como a feira de artesãs, o grupo do *Whatsapp*, a festa da folia de reis, a festa junina, a rede de vizinhos protegidos – uma patrulha compartilhada entre os moradores para uns vigiarem as casas dos outros. As pessoas que participam do movimento produziram adesivos, que foram colados nas casas participantes.

1.6 Moradia

O espaço como produto social (LEFEBVRE1974) deveria representar os valores sociais de seus usuários; consequentemente, as moradias deveriam reconhecer os trabalhos de cuidado ao lar e às pessoas. Segundo o coletivo *Col.lectiuPunt 6*, as atividades de cuidado do lar e das pessoas devem ser compartilhadas, não se deve escondê-las nem deixar sob responsabilidade de apenas uma pessoa. Assim, a moradia deveria ser projetada para viabilizar tais compartilhamentos. Devemos aproveitar os edifícios de moradias para gerar espaços de relação entre vizinhos e vizinhas, propondo usos compartilhados de serviços e construindo espaços de trânsito entre o privado e o público. É importante que os térreos das edificações sejam destinados a atividades variadas (usos não residenciais) e tenham relação direta com o espaço público, fato que

favorece a segurança e a percepção dela e, ao mesmo, tempo vitaliza o espaço.

No Solar da Serra as moradias não estão próximas e nem relacionadas aos equipamentos, comércios e transporte público, o que afeta diretamente a vida cotidiana das mulheres que têm de se deslocar mais para o exercício das tarefas cotidianas e de cuidado. Somente na parte baixa do bairro são encontrados comércios de primeira necessidade. Os demais equipamentos e postos de trabalho remunerado estão a mais de 1km ou 15 min do bairro inteiro, sendo que o centro da cidade, onde há diversidade desses equipamentos e postos de trabalho, se localiza a 8 km. Não há possibilidade de compartilhamento de serviços, visto a concepção do bairro: lotes individuais com pouca atividade não residencial no entorno.

2 Mapas de vida cotidiana

A segunda parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia a construção de mapas da vida cotidiana. Essa etapa visou à materialização do pensamento sobre as principais atividades realizadas no cotidiano, os deslocamentos (e meios de transporte utilizados) e as espacialidades ocupadas pelas mulheres do bairro. Com esse mapa foi possível perceber como se dá a vida cotidiana, nesse caso, com o foco em perspectiva de gênero, das mulheres do bairro participantes desse processo. A

análise contou com quatro âmbitos de investigação: as atividades que realizam para a *esfera produtiva* (trabalho), para a *esfera reprodutiva* (cuidado da casa, dos filhos e outros entes da família, alimentação, etc), *esfera própria* (cuidado de si mesmas) e *esfera comunitária* (participação em movimentos comunitários, associações, etc).

Foram entregues às participantes mapas do Bairro Solar da Serra e seu entorno. Cada uma representou em seu mapa os meios de transportes e os trajetos realizados em seu dia a dia, incluindo a indicação dos locais onde executam as atividades produtivas, reprodutivas, próprias e comunitárias. Com base na análise dos mapas realizados, ficou claro, portanto que o Bairro Solar da Serra atende apenas às necessidades imediatas, fazendo com que as moradoras tenham que se deslocar até outros pontos da cidade, como o Bairro Matosinhos e o Bairro Centro, para realizar suas atividades (produtivas e reprodutivas). Ficou visível, também, como o deslocamento é prejudicado pela falta de flexibilidade das rotas e horários do transporte público e pela falta de incentivo aos meios de locomoção alternativos, como a bicicleta.

Ressalta-se a importância desse método para a conscientização das participantes sobre o seu próprio cotidiano, pois foi comum o comentário de que "nunca percebi isso", "nunca pensei que eu me deslocava tanto", "agora percebo como sou prática: acabo utilizando equipamen-

tos na minha rede de mobilidade", etc. O mapa de vida cotidiana também demonstrou que grande parte das atividades e deslocamentos das mulheres está relacionada ao cuidado (com a casa e entes da família) – e isso foi importante, inclusive para a própria percepção do fato pelas participantes.

3 Entrevista individual

Após a realização do DUG e dos mapas de vida cotidiana, foi entregue às participantes um roteiro de entrevista individual com o objetivo de avaliar novamente a experiência de cada participante em relação ao seu cotidiano e sua relação com o bairro. Assim, pudemos levantar os lugares mais utilizados e as atividades mais realizadas, os lugares evitados, os pontos mais representativos, os pontos positivos e os negativos. Importante ressaltar que todas as respostas se articulam ao exercício das atividades de cuidado e das 4 esferas abordadas por Arendt (2007).

4 Mapas perceptivos

Essa etapa do trabalho possibilitou identificar individualmente (em um primeiro momento) e coletivamente (em um segundo momento) os principais pontos do bairro que

eram agradáveis, úteis, seguros e que apresentam condições positivas para o exercício da vida cotidiana e os que não eram. O resultado foi um mapa construído pelas participantes coletivamente. Dessa forma, foi possível perceber de uma maneira mais sensível os efeitos que as espacialidades do bairro Solar da Serra causam em suas usuárias no exercício de suas tarefas cotidianas.

5 Levantamento de demandas e propostas

A última parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia descortinar os principais sonhos e desejos das mulheres para o bairro. Para tanto, foi questionado sobre "Qual espaço urbano vocês querem? Para fazer o que?". Individualmente,elas escreveram e desenharam seus desejos para com o território e depois apresentaram a todxs os presentes[13] .

> "Eu quero um espaço que dê acesso a todxs as pessoas." V[14].
>
> "Espaços seguros e de uso comum." I.
>
> "Quero que a avenida Luiz Giarola fique sem risco de alagamentos." O.

13. Todo o material produzido pelas participantes está no arquivo pessoal da autora desse artigo.
14. Optamos por não identificar as participantes pelo nome (para resguardar a identidade das mesmas), mantendo a primeira inicial para marcar a autoria da citação.

''Um bairro com placas de acesso, números, nome e faixas.'' V.

"O sentimento de comunidade extrapola o "eu" e minha família, se estende (sic)para os meus vizinhos e para isso precisamos de espaços que acolham coletivamente: praças, biblioteca, salões comunitários, escola."M.

"Desejo lotes vagos, limpos e cercados." O.

"Gostaria que a comunidade tivesse um espaço físico próprio, promovendo um contato presencial dos moradores." J.

"Implementação de praças que propiciem espaços para convivência de crianças – brinquedos, amplos espaços – e adultos – bancos, mesas." I.

"Quero espaços públicos, quero poder ir até esses espaços com segurança, seja a pé, de carro, de bicicleta, de dia ou à noite."

A partir disso foi possível levantar diretrizes de gestão e de projeto para a localidade.

Diretrizes de gestão:

- requalificar as vias do bairro e as calçadas;

- melhorar sistema de drenagem, especialmente na parte baixa do bairro e entroncamento com Av. Luiz

Giarola, onde sempre há ocorrência de alagamentos;

- melhorar a iluminação pública;

- viabilizar rotas de ônibus que atendam melhor a vida cotidiana (entre bairros) e maior flexibilidade de horários (inclusive à noite);

- implantar sinalização indicativa de velocidade, de áreas escolares, de pontos de ônibus;

- notificar e multar proprietários de lotes vagos sem manutenção;

- criar legislação para viabilizar a permeabilidade visual dos lotes: uma lei de regulação de altura dos muros e de permeabilidade visual como alternativa para se ampliar "os olhos da rua";

- incentivar o uso de outros modos de transporte com intervenções físicas que viabilizem principalmente o andar a pé e de bicicleta;

- regulamentar e fiscalizar obras de edificações de modo a impedir a ocupação da via pública pelos canteiros de obra e materiais de construção;

- proteger a nascente existente na praça e viabilizar seu uso articulado ao uso público da praça;

- valorizar a economia local, incentivando o comércio no bairro e que ele tenha preços mais competitivos (menos caro);

- incentivar a participação dos moradores em movimentos coletivos;

- criar associação de moradores do Solar da Serra;

- manter as áreas verdes;

- valorizar e proteger a Serra de São José.

- incentivar a coleta seletiva no bairro.

Diretrizes de projeto:

- aumentar a permeabilidade da pavimentação da rede viária, seja alterando o tipo de pavimento, seja ampliando áreas verdes nas calçadas e áreas públicas;

- criação de mais bueiros na rede de drenagem e projeto de adequação do córrego da Av. Luiz Giarola;

- implantar lixeiras coletivas e na via pública;

- implantar postes em duas alturas (altura do pedestre como necessidade);

- implantar um mapa do bairro com a localização dos principais equipamentos, nomes das ruas e referen-

ciais do bairro;

- implantar faixas de pedestres e soluções de t*rafficcalming* nas áreas de maior circulação de pedestres, especialmente nas proximidades das escolas;

- construir pontos de apoio para o transporte e troca de modais e implantar ciclofaixa;

- padronizar as calçadas com aplicação de desenho universal;

- implantar equipamentos infantis na(s) praça(s);

- criar um plano paisagístico para as áreas livres/praças;

- efetivar a construção dos espaços destinados à socialização (outras praças nas áreas reservadas nos loteamentos para essa função e um centro comunitário no bairro);

- proteger e valorizar a Serra de São José com a construção de um mirante;

- proteger a nascente articulada ao projeto de uso público da praça.

Posteriormente, foram apresentadas imagens de referência de possibilidades de melhorias e projetos que

tangiam paisagismo, mobiliário, horta, equipamentos infantis, iluminação, permeabilidade, desenho de calçadas e priorização do pedestre para subsidiar as ações no dia do mutirão. As participantes escolheram as imagens que mais representavam seus anseios de melhoria espacial para serem executados na prática.

6 Mutirão de intervenção espacial

Por fim, combinamos onde elas gostariam de viabilizar uma proposta de intervenção espacial e elas optaram por fazer um mutirão na praça existente para instalar equipamentos para as crianças e uma pequena horta comunitária. Cada pessoa – professora, alunxs, participantes da dinâmica e outros moradores do bairro – contribuiu com o que pôde – materiais ou dinheiro – para viabilizar a intervenção. Foram instalados um balanço, um brinquedo de pneu (sobe-desce), um bambolê colorido de fitas e realizadas pinturas de amarelinha e trança-pés nas calçadas da praça, além da implantação da horta com hortaliças, suculentas e flores. As crianças também participaram da execução das intervenções e foi importante verificar como tais intervenções fortaleceram a apropriação da praça, não só por mulheres e crianças, mas por todos os moradores de forma geral. Depois desse mutirão, uma das escolas particulares do bairro realizou uma rua de la-

zer na praça. A "Feira do Solar" segue reforçando esse espaço como local de encontro, lazer, trabalho, unificando as esferas produtiva e reprodutiva para algumas das mulheres do bairro.

Ressalta-se que ao avaliarmos as qualidades ou critérios urbanos segundo o *sistema de indicadores* de qualidade de vida urbana definidos por Ciocoletto (2014, p.49) – conforme abordado anteriormente nesse trabalho – o bairro obteve as piores notas nos itens *vitalidade* e *autonomia* (nota 1, considerada *muito baixa* a qualidade de vida urbana) e representatividade (nota 2, considerada *baixa* qualidade), reforçando as observações do diagnóstico com perspectiva de gênero. Somente nos itens *proximidade* e *diversidade* o bairro obteve nota 3, considerada *média* qualidade de vida urbana.

A metodologia estudada e aplicada nesse trabalho nos permite algumas reflexões acerca da temática e dos métodos utilizados em relação a planos e projetos urbanísticos:

- aplicar a metodologia do urbanismo com perspectiva de gênero requer trabalhar a escala do bairro como unidade principal de análise, pois é a escala que nos permite aproximar da vida cotidiana dos sujeitos e de sua relação com a cidade, de forma mais ampla.

- analisar a cidade ou parte dela – conforme apon-

tamos, o bairro – a partir da perspectiva de gênero é, sobretudo, dar voz aos sujeitos invisibilizados historicamente e também reconhecer a presença feminina nos espaços públicos, uma vez que é nesses espaços que as mulheres realizam grande parte das suas tarefas cotidianas, produtivas e reprodutivas, sendo que grande parte delas está associada às atividades de cuidado conforme função que lhes é designada socialmente.

- o desempenho múltiplo de tarefas pelas mulheres demanda uma variedade de serviços e atividades que devem ser oferecidos próximos uns aos outros e próximos à moradia para minimizar deslocamentos, tempo despendido e também conferir maior qualidade de vida urbana às mulheres. Assim, leis de uso e ocupação do solo, políticas de transporte e mobilidade, assim como planos e projetos de intervenção espacial devem se mirar nas atividades vinculadas ao cuidado e à vida cotidiana, para além da esfera produtiva, no sentido de viabilizar cidades mais equitativas e justas. Assim, o envolvimento e a participação da mulher nos espaços decisórios de desenho, uso, ocupação e apropriação da cidade é de suma importância para que suas demandas sejam visibilizadas e inseridas no planejamento das cidades.

- o Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero (DUG) desenvolvido pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6* foi importante para compreendermos quais atributos um

espaço público adequado às necessidades das mulheres deve possuir, bem como uma maneira de levantar questionamentos sobre a realidade na qual vivemos. Sua aplicação conjugada com a entrevista individual e os mapeamentos evidenciaram a necessidade de priorizarmos os pedestres não apenas no bairro estudado, mas em toda a cidade. Também é necessário viabilizar, nos espaços de relação/ socialização, a permanência das pessoas nesses espaços públicos por meio de uma série de medidas que gerem conforto, agradabilidade e segurança às(aos) usuárias(os). Além disso, para promover vitalidade nas ruas e a consequente atratividade desses locais – que são atributos interdependentes – se faz necessário a presença de uma diversidade de pessoas e de usos do solo como estratégia para atrair pessoas e gerar segurança, ao mesmo tempo em que sejam espaços públicos acessíveis a todxs, principalmente a pé, e que, por fim, possuam elementos e atividades que convidem e deem suporte à permanência.

- as dinâmicas coletivas promoveram o diálogo e foram as próprias participantes, por meio de debates, que construíram os consensos quanto às demandas de projeto e gestão. Assim, ficou clara a função técnica de arquitetos e urbanistas na aplicação dos métodos como facilitadores, organizadores, proponentes das dinâmicas, mas não como definidores ou construtores das propostas. Os resultados de todas as etapas foram construídos

coletivamente, com participação efetiva das mulheres.

Apontamentos Finais

A pergunta que talvez ainda permaneça em nossas mentes é: se a utilização da metodologia abordada nesse trabalho de fato contribui para reforçar as qualidades do espaço urbano definidas por Ciocolleto (2014), até que ponto a *perspectiva de gênero aplicada ao planejamento urbano e ao urbanismo de forma mais ampla* contribuem de fato para o direito das mulheres à cidade?

Entendemos que a metodologia ora apresentada, ao incorporar a perspectiva de gênero, contribui para o *direito à cidade* não somente por tornar visível e levar em conta as necessidades espaciais associadas a todas as tarefas reprodutivas e valorizar a reprodução (social) da vida e das pessoas – diferente do que vem sendo feito com relação às decisões urbanas que levam mais em conta o mundo produtivo do trabalho –, mas, também, por apresentar critérios de análise, métodos e atividades que contemplam os seis pontos principais abordados por Sanz (2013, p.99-

102)[15] sobre os quais devemos nos debruçar para pensar no *direito das mulheres à cidade*. Entretanto, não devemos nos esquecer de que a "utopia" lefebvriana do *direito à cidade* somente ocorrerá se em cada contexto urbano for possível, de fato, viabilizar o *uso/ apropriação* e/ou a *participação* desses sujeitos femininos nos processos de transformação urbana, afinal," A luta pelo direito à cidade implica no protagonismo das mulheres na conformação de uma agenda urbana compatível com a revolução urbana" (GORSDORF, 2016, s/p).

Entretanto, não se deve deixar de mencionar que a noção lefebvriana de *direito à cidade*, apesar de propor a apropriação da cidade segundo a dimensão do *cotidiano, do espaço vivido*, dos *espaços de representação* (LEFEBVRE, 1999) e parecer inclusiva para todas e todos, na prática, esse direito, mesmo que enfrente os interesses mercantilistas, tende a não se efetivar por causa do domínio do patriarcado nas diferentes escalas de vida – do lar à cidade. Mulheres, crianças, imigrantes, minorias raciais, gays e lésbicas e pessoas idosas normalmente são excluídas da comunidade política, ou participam menos ou

15. Segundo Sanz (2013, p.99-102), a efetivação do direito das mulheres à cidade envolve ações vinculadas a seis pontos principais: 1) Reconhecer e visibilizar as mulheres que foram esquecidas; 2) reconhecer a falta de neutralidade do espaço urbano do ponto de vista do gênero; 3) reconhecer e valorizar a diversidade; 4) superar a dicotomia público-privado; 5) Incorporar as experiências e percepções das mulheres na análise da cidade; 6) (re)valorizar as tarefas de reprodução. Para maior aprofundamento verificar Sanz (2013).

estão menos representados nas arenas decisórias. Consequentemente, seus interesses estão menos representados que aqueles do homem branco, trabalhador e de classe média, assim, o domínio do patriarcado se impõe, limitando o direito de muitas pessoas de usar, apropriar, participar, decidir sobre os espaços de que necessitam no seu cotidiano.

Nesse sentido, acreditamos que os conceitos e métodos aqui abordados podem contribuir para o avanço das políticas de modo a beneficiar a todas e a todos – e que essas políticas sejam mais articuladas entre si e integrais, ao incorporar o gênero como categoria transversal – para, de fato, promover cidades mais justas, democráticas, diversas e com equidade, efetivando o real "direito à cidade".

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CIOCOLETTO, Adriana. **Espacios para la vida cotidiana.** *Auditoria de calidad urbana con perspectiva de género. Publicación del Col.lectiu Punt 6.*Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/EspaciosParalaVidaCotidiana.pdf>.Acesso em: 18 de maio de 2018.

COL.LECTIU PUNT 6. **Mujeres trabajando.** *Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género.* Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/PDF-mujeres-baja-con-portada.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

COL.LECTIU PUNT 6. **Entornos habitables.** *Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno.* Barcelona, 2017. Disponível em: <http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/Entornos_habitables_CAST_FINAL.pdf>. Acesso em: maio de 2018.

COTA, Daniela Abritta. Repensando a mobilidade urbana a partir da perspectiva de gênero. IN: **Anais do XVIII ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR. Natal, 27 a 31 de maio de 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=442>Acesso em: dezembro de 2019.

FALU, Ana. *La omisión de género en el pensamiento de las ciudades. In: BORJA, Jordi; CARRIÓN, Fernando; CORTI, Marcelo.* **Ciudades resistentes, ciudades posibles.** Barcelona: Editorial UOC. p.159-169. 2017.

FENSTER, Tovi. *The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life.* **Journal of Gender Studies,** Vol. 14, No. 3 November 2005, pp. 217–231 ISSN 0958-9236 Print/ISSN 1465-3869 q 2005 Taylor & Francis. Disponível em: <http://www.tandf.co.uk/

journal DOI: 10.1080/09589230500264109>. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

GAUTHIER, Aimée; KUNIEDA, Mika. **Gender and Urban Transport*:*** *Smart and Affordable Module 7a - Sustainable Transport: A Sourcebook for Policy-makers in Developing Cities. Revised September,* 2007.

GEHL, Jan. **Cities for people**. *Washington, DC: Island Press, 2010*. 269 p.

GORSDORF, Leandro Franklin. Qual o lugar das mulheres nas cidades? Por um ativismo-feminista-urbano. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Série especial – O direito à cidade em tempos de crise. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/qual-o-lugar-das-mulheres-nas-cidades-por-um-ativismo-feminista-urbano/>. Acesso em: agosto de 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, (1961) 2009.

KAPP, Silke. Autonomia Heteronomia Arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 10, n.11, p. 95-105, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 1968

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

_____. **La production de l'espace.** Paris: Armand Colin. 1974.

LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia** nº 6, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/62/60>. Acesso em: outubro de 2018.

MARTINS, J. B. Observação Participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia Escolar. **Seminário Ciências Sociais / Humana**. 17(3), 266-273. 1996.

MUXÍ MARTINEZ, Zaida, CASANOVAS, Roser, CIOCOLETTO, Marta Fonseca y GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. «*¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?». En GUTIÉRREZ MOZO, María Elia (coord.).* **Feminismo/s,** núm. 17, pp. 105-129. 2011. Alicante: *Centro de estudios sobre la mujer.*

MUXÍ, Zaida. Entrevista. Para Zaida Muxi, casa deve ser repensada para atender aos desafios do meio ambiente e da sociedade atual. **AU** - Edição 210 -Setembro/2011. Disponível em:<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/210/a-casa-e-a-cidade-235174-1.aspx>.Acesso em: julho de 2017.

ROSA, Renata Adriana. Territórios do cotidiano: trajetórias e experimentações femininas nas metrópoles brasileiras. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 03 a 06 de agosto de 2014, Natal – RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402145714_ARQUIVO_RBANATAL2014-RenataAdrianaRosa.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

SANZ, Paula Pérez. *Reformulando lanoción de "Derecho a laCiudad" desde uma perspectiva feminista. Encrucijadas.* **Revista Crítica de Ciencias Sociales**, nº5, 2013, p. 92-105. Disponível em: < http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/67/61>. Acesso em: julho de 2017.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. **Mulheres e mobilidade**: a perspectiva de gênero nas Políticas Públicas de Mobilidade. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

CONTRACULTURA, ECOLOGISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO VIOLEIRA EM VIÇOSA-MG[1]

Josarlete Magalhães Soares [2]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p69

Resumo

Este trabalho apresenta certos aspectos da ocupação socioterritorial do bairro Violeira, no município de Viçosa – MG, como expressão do movimento contracultural e do ecologismo no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas, procuramos descortinar valores e práticas que fundamentam a ação de indivíduos e grupos no processo de produção de seus espaços de vida. Outras possibilidades de interação com o ambiente natural e social têm sido abertas por esses movimentos, que buscam construir relações sociais mais igualitárias e ambientalmente responsáveis.

Palavras-chave: Contracultura. Ecologismo. Produção do espaço. Viçosa – MG.

1. Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa "Contraculturas espaciais no município de Viçosa - MG: evolução histórica e manifestações na contemporaneidade", iniciada em agosto de 2019. Tal pesquisa vem sendo desenvolvida com o apoio do CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Viçosa – PIBIC/UFV. Agradecemos à bolsista Luiza Silva Seghetto pelas transcrições das entrevistas que subsidiaram a elaboração deste trabalho.

2. Arquiteta e urbanista pela UFV, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV. Contato: josarlete.soares@gmail.com.

COUNTERCULTURE, ECOLOGISM AND SPACE PRODUCTION IN THE VIOLEIRA NEIGHBORHOOD IN VIÇOSA, MINAS GERAIS, BRAZIL

Abstract

This paper presents some aspects of the socio-territorial occupation of Violeira neighborhood, in Viçosa, Minas Gerais, Brazil, as expression of the countercultural movement and ecologism. From bibliographic research and interviews, we presented values and practices that underlie the action of individuals and groups in the process of producing their living spaces. Other possibilities for interaction with the natural and social environment have been opened up by these movements, which seek to build more egalitarian and environmentally responsible social relationships.

Keywords: Counterculture. Ecologism. Space production. Viçosa (Minas Gerais, Brazil).

CONTRACULTURA, ECOLOGISMO Y PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN EL BARRIO VIOLEIRA EN VIÇOSA, MINAS GERAIS, BRASIL

Resumen

Este trabajo presenta ciertos aspectos de la ocupación socio-territorial del barrio de Violeira, en el municipio de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, como expresión del movimiento contracultural y el ecologismo. A partir de investigaciones bibliográficas y entrevistas, buscamos revelar valores y prácticas que subyacen a la acción de individuos y grupos en el proceso de producción de sus espacios de vida. Estos movimientos han abierto otras posibilidades de interacción con el entorno natural y social, buscando construir relaciones sociales más igualitarias y ambientalmente responsables.

Palabras-claves: Contracultura. Ecologismo. Producción del espacio. Viçosa (Minas Gerais, Brasil).

Introdução

Nosso mundo contemporâneo tem sido marcado por uma crise social e ambiental crônica. O modelo de produção e consumo, hoje hegemônico, ameaça as formas de vida no planeta mediante uma exploração sem precedentes dos recursos naturais. As desigualdades sociais e a concentração de riquezas crescem na grande maioria dos países. No caso brasileiro, 1% da parcela mais rica da população detém cerca de 55% da renda nacional (DESIGUALDADES..., 2017). Nossas cidades, espaço de vida da grande maioria da população na atualidade, refletem profundamente tal crise. Segregação, exclusão social e territorial, injustiça ambiental são características da urbanização brasileira. Boa parte da população urbana encontra-se exposta a riscos: assentamentos sem infraestrutura adequada, áreas sujeitas a alagamentos e deslizamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, desmatamento, impermeabilização do solo, congestionamentos, déficit habitacional, violência. Esse é um quadro que Ermínia Maricato (2001, p. 15) sintetizou como a "tragédia urbana brasileira".

Para Ferreira e Ferrara (2015), a crise urbana aglutina a crise social e a crise ambiental. Ao longo de várias décadas, nosso modelo de crescimento econômico tem privilegiado a concentração de renda e soluções urbanas individuais, reproduzindo a desigualdade e o acesso desigual

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

também aos recursos ambientais como água, saneamento e solo seguro. Grande parte dos problemas ambientais que enfrentamos na atualidade são, inclusive, resultado direto de nosso processo de urbanização. Como causa central da problemática socioambiental urbana, tais autores apontam certos elementos estruturais do sistema econômico, sobretudo a lógica da mercadoria que orienta a produção da cidade:

> O comando da urbanização é repassado sem parcimônia aos *players* do mercado imobiliário e seus patrocinadores (...), de tal forma que as cidades não são mais planejadas em função da busca de qualidade urbana para todos, mas tão somente em consonância com o potencial de lucratividade de cada projeto (FERREIRA e FERRARA, 2015, p. 22).

De fato, são muitos os estudiosos que reconhecem na expansão do modo de produção capitalista e de seus valores as causas para a crise socioambiental contemporânea (FERREIRA, 2017; HARVEY, 2005; MÉSZÁROS, 2011; SILVA, 2013, dentre outros). A modernidade capitalista tem se caracterizado como um projeto totalitarista e altamente depredador, marcado pela supremacia do valor de troca e da propriedade privada, pela exploração dos seres humanos e dos bens naturais, pela alienação generalizada e a tendência à homogeneização.

Diante de tantos aspectos negativos, as críticas a esse sistema vêm se avolumando ao longo dos séculos, mani-

festando-se de formas diversas na atualidade. Uma dessas manifestações é o movimento ecologista, que reconhece a necessidade de se modificar o comportamento econômico destrutivo, tanto ambiental como socialmente. Os padrões de produção e consumo sob o capitalismo têm impacto direto sobre a crise ambiental, o que sugere a urgência em revermos nosso estilo de vida. A noção de sustentabilidade, hoje assentada na associação entre desenvolvimento social e preservação ambiental, aponta a necessidade de se construir uma nova civilização fundamentada no respeito ao ser humano e à natureza, o que requer mudanças culturais e de comportamento (SACHS, 1993).

Embora a necessidade de mudança seja reconhecida – inclusive nas diversas conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas – os tipos e graus de radicalidade dessas mudanças são alvo de interpretações e interesses divergentes entre países e organizações da sociedade civil. Nesse imbróglio, pouco se avança nas ações efetivamente práticas, com resultados visíveis na melhora do quadro de degradação socio - ambiental que vivenciamos. No entanto, se por um lado não temos presenciado nenhuma ação ampla e efetiva por parte dos governos no sentido de uma possível alteração no paradigma de produção e consumo, sujeitos e grupos têm se movimentado de forma autônoma em direção a outras possibilidades de ser e estar no mun-

do. O objetivo deste artigo é apresentar uma das formas pelas quais essas possibilidades outras têm sido abertas pela contracultura e pelo ecologismo no município de Viçosa, no interior de Minas Gerais, descortinando valores e práticas que têm fundamentado na ação dos indivíduos partícipes de tais movimentos no processo de produção de seus espaços de vida. Para tanto, procedemos a uma revisão bibliográfica sobre o tema contracultura e sobre a produção do espaço nos limites do perímetro urbano da cidade de Viçosa. Também foram realizadas entrevistas com moradores residentes no bairro Violeira, onde pudemos identificar um processo singular de interação com o território e de estabelecimento de relações comunitárias.

Contracultura e ecologismo

Segundo Pereira (1988), o conceito de contracultura possui dois significados. O primeiro refere-se à movimentação política, social e cultural das décadas de 1960-1970. O segundo, mais geral e abstrato, refere-se a

> um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica [...] que de certa maneira "rompe com as regras do jogo" em termos do modo de se fazer oposição a uma determinada situação [...]. Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações,

> e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social (PEREIRA, 1988, p. 20-22).

É possível identificar manifestações contraculturais em diversos lugares e momentos da história, nas várias esferas da vida cotidiana. Posicionando-se de maneira contrária à cultura dominante, o movimento contracultural questiona a acumulação de riquezas, o consumismo, a contaminação por meio de agrotóxicos. Questiona o paradigma do bem-estar material como objetivo máximo do ser humano, mesmo que degradando a natureza. Investigando o modo como a contracultura materializa-se no espaço, Luis Fernando de Matheus e Silva (2013, p. 50) nos apresenta o termo "contraculturas espaciais", definindo-o como

> expressões pontuais de valores, princípios e práticas distintos daqueles que costumam guiar a produção capitalista do espaço. Materializadas como "pontos heterotópicos" de resistência, as contraculturas espaciais são lugares distintos, mas contraditoriamente integrados aos seus arredores e que funcionam como espécies de laboratórios onde se abre a possibilidade de testar, na esfera do cotidiano, formas alternativas de viver e de se fazer as coisas.

O termo heterotopia diz respeito, conforme Lefebvre (2004), ao lugar outro, ou outro lugar que se organiza e se estabelece de maneira diferente, ainda que em interação com a isotopia que a circunda. Para Hetherington (1997 *apud* HARVEY, 2006, p. 241), o conceito de heterotopia

refere-se a espaços de ordenação fluida: "A heterotopia organiza uma parcela do mundo social de uma maneira distinta do ambiente que a circunda. Essa ordenação fluida marca esses espaços como Outro e lhes permite ser considerados um exemplo de maneiras alternativas de fazer as coisas". As contraculturas espaciais podem ser caracterizadas, assim, como micro experimentos de produção socioespacial, em geral de caráter comunitarista, que se materializam como tentativas de subversão à ordem dominante. São o *lócus* de experimentação e desenvolvimento de técnicas, práticas e solidariedades distintas daquelas que conformam a lógica homogeneizante, individualista e alienante do sistema capitalista. Em suas manifestações, o nível do privado e a esfera do cotidiano ganham primazia.

Ainda segundo Silva (2013), a disseminação dessas experiências coincide com períodos recessivos e/ou depressivos, com mudanças na estrutura de poder e na dinâmica da acumulação. O autor identifica três momentos importantes de disseminação de tais experiências. O primeiro deles ocorreu no século XIX, na Europa, de forma concomitante ao desenvolvimento do chamado "socialismo utópico". Naquele momento, a industrialização e o capitalismo consolidavam-se no continente europeu, em detrimento de uma grande massa de trabalhadores assalariados em sofríveis condições de vida de um lado e camponeses empobrecidos e sem terra, de outro. Correntes teóricas

distintas podem ser identificadas nessa fase, envolvendo uma diversidade de temas: crítica ao industrialismo e ao capitalismo; críticas ao Estado, à educação tradicional e à família; pacifismo, coletivismo e comunitarismo; volta à natureza; amor livre; pleno desenvolvimento humano. Foram experiências de estranhamento à modernidade, idealizadas na Europa – onde os problemas enfrentados levaram ao surgimento de tal ideário –, mas materializadas longe do continente europeu. Tais experimentos, financiados pelas classes burguesas (o que poderia levar à deturpação de seus propósitos originais) e executados por indivíduos provenientes das classes médias urbanas (sem experiência no trabalho agrícola), tiveram curta duração nos diversos locais onde ocorreram.

O segundo momento de efervescência das contraculturas espaciais ocorreu durante as décadas de 1960-1970, fortemente influenciado pelo aumento da percepção sobre a seriedade dos problemas ambientais ocasionados pelo desenvolvimento técnico-científico moderno. Tais movimentos constituíram-se como alternativas de expressão e contestação, diferentes dos partidos políticos e dos movimentos sociais tradicionais. Tinham como estratégia a fundação de comunidades integradas à natureza e que permitissem experiências de vida não alienadas. Buscavam formas de viver – espaciais, inclusive – diferentes daquelas fundamentadas no lucro, no consumismo, no individualismo e na competição. Às críticas ao Estado

e à educação formal, somava-se a crença no pacifismo, a busca pela espiritualidade, a organização autogestionada e coletiva do espaço e dos meios de produção, e o estabelecimento de uma agricultura destinada a suprir as necessidades de cada comunidade. Nesse momento foram acrescentadas e/ou acentuadas a crítica ao cientificismo e a busca por uma relação social com a natureza diferente daquela fundamentada no princípio da dominação, tornado hegemônico na modernidade. A origem do movimento ecologista relaciona-se a esse contexto. Conforme veremos adiante, o chamado "novo ecologismo" está fundamentado na crítica da sociedade tecnológico-industrial, cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza. Esses jovens "radicais", no entanto, não tinham muito conhecimento sobre como viver em comunidades e pautaram suas ações pelo experimentalismo e improvisação. Desse modo, embora algumas experiências tenham chegado aos nossos dias, a maioria delas não sobreviveu a alguns poucos anos.

O terceiro momento identificado por Silva (2013) trata-se da fase contemporânea, a partir de meados da década de 1990, sendo continuidade do movimento dos anos 1960-1970. O movimento contracultural vem ganhando força em meio à expansão capitalista neoliberal, caracterizada pelas privatizações e mercantilização ampliada, pela desregulamentação e especulação financeira. So-

ma-se a isso o processo de devastação ambiental sem precedentes dos últimos 50 anos, levando à agudização das contradições e dos conflitos socioambientais. Além disso, o crescimento populacional intenso das cidades nas últimas décadas, fundamentado em processos excludentes e predatórios, coloca o modelo de urbanização atual como um dos principais motivos, senão o principal, da crise ecológica mundial. Como resultado de tal contexto, a ecologia está mais presente agora que em outros momentos.

Segundo Lago e Pádua (1984), o termo ecologia foi cunhado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, em 1886, para definir uma nova disciplina científica, ligada à biologia, que trata das relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico. No entanto, ao longo do tempo essa ciência ganhou contornos multidisciplinares, impactando não apenas o próprio campo científico, como também a cultura humana, as discussões políticas e o comportamento de vários grupos sociais. Tais autores identificam pelo menos quatro grandes áreas de desenvolvimento do chamado "pensamento ecológico". A primeira delas é a Ecologia Natural, que estuda os sistemas naturais e a dinâmica da natureza, mantendo a filiação original ao campo da biologia. A segunda é denominada Ecologia Social (ou Ecologia Política), que se debruça sobre o estudo da relação entre os homens e o meio ambiente, em especial a ação humana e suas consequências sobre

o ambiente natural. Tanto a Ecologia Natural quanto a Ecologia Política conservam um caráter mais teórico-científico, as outras duas vertentes do pensamento ecológico, o Conservacionismo e o Ecologismo, se voltam para objetivos mais práticos de atuação social. O Conservacionismo surge justamente a partir da percepção da destrutividade ambiental das ações humanas. Ele engloba, assim, o conjunto de ideias e estratégias de ação em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais, conformando hoje o amplo movimento em defesa do ambiente natural. Por último, temos o Ecologismo, "que vem se constituindo como um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária" (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 15).

Para esses autores, o ideário contracultural foi de fundamental importância para a formação do pensamento ecológico. Defendendo a possibilidade de uma vida alternativa à sociedade industrial tecnocrática e objetivando um melhor relacionamento com a natureza e entre os seres humanos, o Ecologismo possui uma filiação clara ao movimento de contracultura:

> O Ecologismo nasce da percepção de que a atual crise ecológica não se deve a 'defeitos' setoriais e ocasionais do sistema dominante, mas é consequência direta de um modelo de civilização insuportável do ponto de vista ecológico. Dessa forma, o Ecologismo coloca que

> apenas uma mudança global nas estruturas econômicas, sociais e culturais pode encaminhar uma solução para a atual crise ambiental. Mais ainda, o Ecologismo se desloca também da perspectiva conservacionista ao colocar como objetivo não apenas a resolução da crise ambiental, como também a da própria crise social. Em outras palavras, ele considera o modelo dominante não apenas ecologicamente insustentável como também socialmente injusto. A política ecologista, portanto, não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não-opressiva, igualitária, fraterna e libertária (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 36-37).

Carranza (2012) e Carvalho (2002) identificam como "sujeitos ecológicos" a variedade de atores envolvidos direta ou indiretamente com as questões ambientais, tais como educadores, ativistas e demais "simpatizantes", na medida em que suas ações são conduzidas dentro da perspectiva ecologista, tendo em comum o "*ethos* contracultural". Na atualidade, a atuação desses sujeitos ecológicos tem apresentado um caráter pluralista e divergente, com uma riqueza de variações e situações. Como resultado de uma crise de confiança na capacidade dos governos e dos cientistas em prevenir e resolver problemas ambientais graves, as pessoas, de forma individual e coletiva, têm buscado respostas concretas nos modelos estabelecidos de relações sociais e conflitos socioambientais deles resultantes. Buscando soluções concretas para a existên-

cia material, os sujeitos ecológicos têm desnaturalizado ações banalizadas como a alimentação ou a produção de resíduos e procurado possibilidades distintas de satisfazê-las, de maneira menos predatória tanto em relação ao ambiente natural quanto em relação ao trabalho humano.

Também na produção de seus espaços de vida, tais sujeitos vêm buscando alternativas, tanto na produção de suas moradias, como na produção de suas comunidades. Segundo Harvey (2006), ao produzirmos coletivamente o lugar onde habitamos, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes àquilo que desejamos para nossas cidades são consequentemente projetos relativos a possibilidades de relacionamentos humanos. Nesse sentido, o autor indica, referenciando-se em Lefebvre, que o processo de produção do espaço é um mecanismo poderoso de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias. Nas páginas seguintes apresentamos uma dessas estratégias, elaboradas a partir do movimento contracultural e do ecologismo, que tem buscado modificar e construir espaços sociais distintos da cultura hegemônica no município de Viçosa – MG. Desde a criação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com suas sucessivas expansões ao longo dos anos, o município e a cidade de Viçosa apresentam-se como locais de intenso trânsito de pessoas e ideias. Embora a cultura hegemônica do capital ali se faça presente com toda a sua força de modelagem do pensamento único, esse trânsito de

ideias permite, mesmo que de forma marginal, a confluência de uma diversidade de formas de pensar e agir sobre o mundo. É justamente dentro dessa diversidade que as manifestações contraculturais e ecologistas encontram lugar para florescer.

O processo de ocupação sócio territorial da comunidade rural da Violeira a partir dos anos de 1980

Morar na Violeira não é só morar na Violeira, é uma proposta de transformação da sociedade, que vai muito para além do que morar simplesmente (Moradora, 60 anos).

Nas imediações do centro urbano de Viçosa (Fig. 1), distante aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade, uma comunidade rural, hoje em parte urbana, destaca-se pelas diversas atividades que abriga em seu território e também pela confluência de um número considerável de moradores vinculados direta ou indiretamente à Universidade Federal de Viçosa e engajados numa proposta alternativa de vivência articulada entre suas moradias, o ambiente natural e sua comunidade. Trata-se da comunidade rural da Violeira, que desde o ano 2000, com a aprovação do Plano Diretor do município de Viçosa, tem parte de seu território denominado bairro Violeira, incluído, assim, no perímetro urbano.

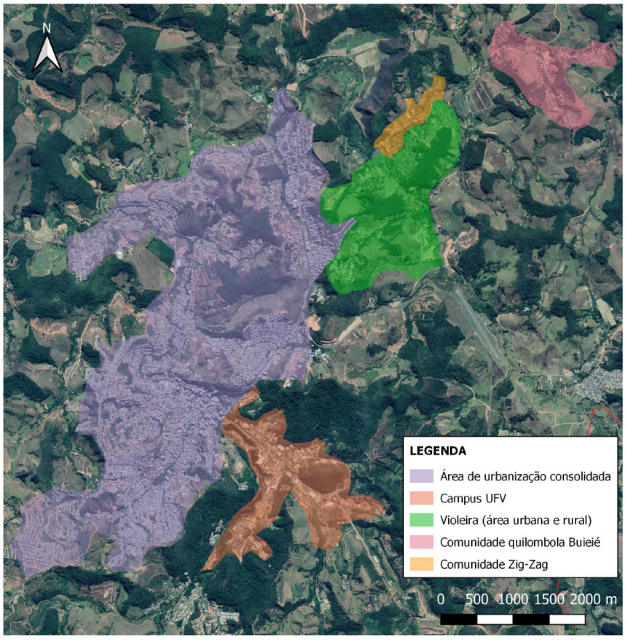


Figura 1 | Área urbana do município de Viçosa, Violeira e algumas comunidades do entorno (delimitações aproximadas)
Fonte: Elaborada pela autora (Imagem base: GOOGLEMAPS, 2020)

Conforme identificado por Jesus (2007) e Pinto (2008), até os anos de 1980, a Violeira era habitada predominantemente por agricultores, que tinham como principal fonte de renda o plantio de milho, feijão, a coleta de lenha para a venda e para consumo, o cultivo de hortaliças e frutas para a venda na feira livre da cidade e o trabalho assalariado ou em parceria com os fazendeiros do local. A partir desse momento, lentamente a localidade passou a receber como moradores professores e estudantes vinculados à Universidade Federal de Viçosa. Inicialmente, esses novos moradores alugavam as casas desocupadas e, com o tempo, tanto os moradores mais antigos passaram a construir casas para aluguel como parte desses migrantes adquiriram terras na localidade, estabelecendo moradias próprias.

Tal processo e seus desdobramentos vinculam-se diretamente ao movimento contracultural no município a partir da década de 1970. Esse movimento tem como um de seus marcos a fundação do Grupo Alfa de Estudos de Ecologia, no ano de 1975 (RAMOS; SILVEIRA, 2016). Surgido no interior do movimento estudantil da UFV, a partir das discussões e da mobilização de estudantes de graduação, o Grupo Alfa realizou, em seus primeiros anos de atuação, uma série de ações de enfrentamento ao desmatamento e à degradação ambiental no *campus*. Com o tempo, passou a discutir com certa intensidade a necessidade de se construir um novo modo de vida fundamen-

tado na cooperação e na vida em comunidade. Ao final da década foi iniciado o que viria a ser, nos anos de 1980, o Restaurante e Cooperativa Alfa [3] e a Comunidade Alfa da Violeira. Segundo relatos colhidos em entrevistas com integrantes e contemporâneos das iniciativas do Grupo Alfa, a Comunidade Alfa reunia cerca de 13 estudantes que, com dinheiro próprio – economizando mesada, vendendo artesanato em feiras, etc. –, adquiriram um pedaço de terra na então comunidade rural da Violeira, nas imediações do perímetro urbano. Inicialmente acampados e depois abrigados em uma casa emprestada por um antigo morador da localidade, esses estudantes construíram, em mutirões (Fig. 2), um alojamento e, a partir de então, iniciaram uma produção agrícola direcionada tanto ao Restaurante e Cooperativa Alfa como ao comércio local.

3. O Restaurante Alfa de alimentação vegetariana iniciou suas atividades em 1978. Ao longo de seus vinte anos de existência, promoveu almoços e lanchões culturais, tonando-se espaço de encontro de diversos integrantes e simpatizantes do movimento estudantil e do ecologismo no município de Viçosa.

Figura 2 | Mutirão realizado durante a greve estudantil de 1980, quando foram construídos cerca de 30.000 tijolos utilizados na construção da sede da Comunidade Alfa da Violeira
Fonte: RAMOS; SILVEIRA, 2016, p. 46

Como iniciativa eminentemente contracultural, as atividades do Grupo Alfa e a própria criação da Comunidade vinculam-se ao movimento da agricultura alternativa no Brasil. Esse movimento colocou-se, ainda nos anos de 1970, mas, principalmente, a partir da década de 1980, como contrário aos preceitos difundidos pela Revolução

Verde [4] , discutindo a problemática socioambiental vinculada ao processo de "modernização da agricultura" e lançando as bases do que hoje conhecemos como Agroecologia [5] . É no cerne dessa Universidade, historicamente vinculada ao meio rural e difusora da modernização agrícola e da Revolução Verde, que o movimento estudantil passou a discutir a importância da agricultura alternativa e a necessidade de aproximação com os agricultores familiares e camponeses de sua própria região. Conforme Ramos e Silveira (2016, p. 47):

> Através de pesquisas com interesse e financiamento privado, inclusive transnacional, em diversas áreas do conhecimento, em detrimento da pesquisa a serviço do desenvolvimento nacional, regional e comunitário, a UFV muitas vezes acaba por contribuir com o au-

4. O termo "Revolução Verde" refere-se a um amplo programa de inovações tecnológicas na agricultura, que inclui a utilização intensiva de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos, defensivos, rações, técnicas de manejo e irrigação e também a mecanização de diversas fases do cultivo, cujo objetivo era promover o aumento da produtividade. Esse programa foi desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa do pós-guerra, tendo se difundido por diversos países "em desenvolvimento" na segunda metade do século XX. Valendo-se fortemente da pesquisa científica e da produção em larga escala, a Revolução Verde correspondeu, em grande medida, à apropriação pela indústria do processo de produção agrícola (ver GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

5. Segundo Petersen (2012), a Agroecologia assume na atualidade três acepções: 1) é uma teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) é uma prática social e de manejo agrícola adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) é um movimento social que mobiliza e articula atores envolvidos prática e teoricamente com o desenvolvimento da agricultura sustentável e com a defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o meio rural e as cidades.

mento do lucro das grandes empresas, a concentração de renda e a desigualdade social, além de reproduzir a cultura da competição, que concebe o outro como uma ameaça e não como possibilidade, ao invés de cumprir sua função social. Essas questões eram discutidas e estudadas pelos estudantes da época, que se organizavam e mobilizavam para combater as tentativas de privatização da Universidade Pública e suas pesquisas.

Em 1987, como resultado de uma parceria entre lideranças sindicais, agricultores familiares e profissionais das ciências agrárias egressos da UFV e partícipes do movimento estudantil e contracultural, o núcleo da Comunidade Alfa da Violeira foi transformado numa organização não governamental, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA - ZM). Desde sua fundação, o CTA-ZM tem como premissa o trabalho em parceria com as associações de agricultores e a compreensão de que a agricultura alternativa, hoje agroecologia, é construída não apenas a partir do conhecimento acadêmico, mas em interação com o conhecimento popular e a sabedoria dos povos tradicionais e camponeses. Ao longo de seus 33 anos de existência, inúmeros foram os projetos desenvolvidos, estreitando sua articulação junto à agricultura familiar e agroecológica na região da Zona da Mata mineira e envolvendo também escolas rurais, comunidades tradicionais, assentados, grupos de mulheres. Desse modo, a instalação da Comunidade Alfa e, depois, a fundação do CTA-ZM atraiu, em certa medida, novos moradores para a Violeira, tanto estudantes quanto, depois, profissio -

nais formados e professores universitários, muitos deles tendo relações diretas ou indiretas com a instituição CTA-ZM. Favorecido pela proximidade com a cidade de Viçosa (Fig. 1) e, consequentemente, com a UFV – vínculo de trabalho e/ou estudo de muitos desses novos moradores –, esse processo convergiu para a Violeira um número expressivo de sujeitos ecológicos animados pela possibilidade de uma vida em maior interação com o ambiente natural – possibilitada pelo meio rural – e com sua própria comunidade.

Segundo relatos coletados em entrevistas com moradores da localidade, além das iniciativas de migração de indivíduos e famílias isoladas, o ideal de construção coletiva de uma comunidade de vizinhança motivou, ao longo da década de 1990, duas iniciativas de compra coletiva de terra no espaço rural da Violeira. Tais iniciativas foram influenciadas, inclusive, pelo movimento de agricultores familiares do município de Araponga (distante cerca de 51 km de Viçosa) e alguns outros municípios da região. Organizando-se coletivamente e acessando crédito fundiário, esses agricultores deram prosseguimento a um processo de conquista de terra, comprando várias propriedades coletivamente e dividindo essas propriedades entre si. As ações desses novos moradores da Violeira, tanto na gestão de seus espaços individuais e coletivos quanto na relação com suas comunidades do entorno, denota uma preocupação socioambiental pronunciada, que revela a

forma como o ecologismo tem impactado a produção do espaço nessa localidade.

No que se refere ao gerenciamento dos espaços individuais e coletivos, nessas glebas adquiridas em conjunto, que assumem a forma jurídica de condomínio, inexistem divisões internas, sendo delimitados os espaços individuais mediante acordo verbal entre vizinhos, e algumas porções de terra são destinadas à recomposição da mata nativa. Também segue acordada informalmente, e na prática respeitada, a restrição ao uso de agroquímicos e do fogo no manejo agrícola. Outro acordo institui a necessidade de reter toda a água da chuva e de efluentes dentro da gleba coletiva, evidenciando o reconhecimento da necessidade tanto de promover a infiltração da água no solo, para a recarga do lençol freático, quanto de evitar seu escorrimento em demasiada quantidade pelas estradas de terra do bairro, causando lamaçal e abrindo valas. Nas residências, os efluentes líquidos são tratados, alguns em sistemas cíclicos que permitem sua reutilização para irrigação, e iniciativas de coleta da água da chuva e produção de energia solar fotovoltaica estão em curso. Nas palavras de um morador, a gleba onde mora

> que era um pasto degradado, hoje é um lugar de biodiversidade, de pássaros, de outros bichos que moram ali, tem sapo, tem cuíca, tem rato, tem cobra e um dia a gente espera que tenha macaco também, e é um lugar que a gente protege a água, a gente protege a biodiversidade e protege o solo.

Em relação ao cuidado com os resíduos sólidos, a ação desses novos moradores extrapolou suas residências e entrou em interação com a comunidade local. No início dos anos 2000, foi criada uma comissão de moradores para gerenciar a questão do lixo. Todas as casas da comunidade foram visitadas nessa ocasião, um levantamento sobre a destinação do lixo foi procedido, diversas reuniões aconteceram e um mutirão de limpeza foi organizado. Como resultado desse processo, acordou-se que o lixo orgânico seria gerenciado individualmente em cada núcleo residencial, dada sua possibilidade de utilização como adubo, e foi solicitada a coleta do lixo seco pela Prefeitura em todas as estradas da localidade, sendo instalados cestos altos para evitar o acesso de cães. Tal iniciativa reduziu drasticamente o lixo acumulado nas estradas. Mais recentemente, uma articulação de diversos moradores em prol da recuperação do Rio Turvo Sujo, que corta a região, está em curso.

Essa interação com a comunidade se coloca como característica advinda da presença desses sujeitos ecológicos na Violeira. Diversos projetos foram desenvolvidos ao longo das últimas décadas, em conjunto com a comunidade local e do entorno, como as comunidades do Buieié e do Zig-Zag (Fig. 1), socialmente mais vulneráveis. Acessando financiamento público, realizando campanhas de arrecadação de fundos e também por meio da contribuição dos moradores, tais projetos já permitiram a implantação

de uma padaria comunitária, assim como o apoio a grupos de artesanato e de costura. Ações na esfera cultural também têm sido promovidas, todo um movimento artístico tem como referência o espaço territorial da Violeira, promovendo teatro, artes plásticas, música, feiras, capoeira e apoio a artistas itinerantes. A estreita articulação entre questões ambientais e questões sociais fica explícita na fala de uma moradora (60 anos):

> Lá pro outro lado tem o Zig-Zag, então eu não queria que eles ficassem do lado de lá vendo uma casa enorme, até a proposta de teto verde, até isso... Porque de longe você não consegue nem ver a casa, é tudo verde, em volta é tudo árvore. [...] E isso pra gente é muito bom, porque é uma forma de reconectar a gente com a natureza. Além disso, como aconteceu de ser na Violeira, a Violeira tem o CTA, que desde sempre construiu essa proposta e constrói a agroecologia, agricultura alternativa e tem uma vizinhança inteira que é muito próxima ideologicamente, que tem uma proposta de sociedade muito parecida, inclusive uma proposta de agricultura muito parecida que é a partir da agroecologia. Com isso a gente foi avançando nessa proposta e hoje, praticamente, toda a minha verdura e fruta vem dos vizinhos. Uma agricultura... minha vizinha nem tinha uma área de horta, mas ela criou área de horta, o marido dela, que trabalhava fora, passou a trabalhar em casa, que planta verdura e fruta que nós compramos, e eu sou uma delas, nós somos um conjunto de pessoas que compra, então minha verdura e fruta chega na porta da minha casa, eu fico muito feliz com isso... Eles também ficam felizes, porque eles trabalham do jeito que querem, na casa deles, numa alimentação saudável, toda orgânica,

> ela já é certificada pela certificação participativa como orgânica. [...]
>
> Então eu posso dizer que praticamente... Uns 98% da minha alimentação é uma alimentação orgânica ou agroecológica comprada diretamente dos agricultores e é isso que permite a gente: essa rede de vizinhos, essa rede de moradores, porque a partir disso que a gente ajudou a construir... Claro que essa rede tem uma conexão muito grande com o CTA e com a Universidade, então não é uma busca isolada, é um caminho conectado [...]. Então, a partir disso, a gente construiu a Rede Raízes da Mata, construiu o Núcleo de Agroecologia que permite então que a gente tenha um estilo de vida mais natural, mais em contato com a natureza, a partir dessas redes de amizade, redes de trabalho, redes que a gente acredita que foram sendo construídas.

Como pode ser notado, esses novos moradores que migraram para a Violeira a partir da década de 1980, herdeiros do movimento contracultural e hoje identificados com o ecologismo, têm transformado seu espaço de moradia e sua comunidade num lugar onde se articulam diversas ações tanto na esfera ambiental quanto social. Em acordo com a assertiva de Lago e Pádua (1984, p. 12), esses sujeitos ecológicos acreditam que "a solução real para a grande crise que vivemos não poderá surgir de cima para baixo, mas terá de nascer da iniciativa, da criatividade e da solidariedade dos homens comuns." Nesse sentido, o movimento desencadeado no espaço sócio territorial da Violeira, assim como o movimento ecologista em geral, tem colocado em destaque uma força relegada pela

política tradicional: nossas vidas. Segundo os autores, o Ecologismo é uma atitude de vida, uma busca construtiva de transformar para melhor a vida dos homens e seu relacionamento com a natureza. Trata-se, assim, de um projeto político e filosófico relativamente novo.

> Esse projeto não está sendo escrito por ninguém em especial, mas está nascendo da reflexão e da prática de inumeráveis grupos e pessoas em todo o mundo que percebem que estamos diante de uma crise única na civilização, que exige a invenção de um novo caminho. Esse projeto vai assumindo também uma realidade concreta, à medida que experiências vão sendo realizadas em inúmeros lugares para demonstrar a viabilidade prática dos seus princípios (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 38).

Ainda segundo esses autores, são diversos os caminhos que têm levado indivíduos e grupos à perspectiva ecológica. Alguns viveram intensamente o espírito de rebeldia dos anos de 1960 e 1970, o movimento hippie e a contracultura. Outros vieram do movimento ecológico tradicional, do pacifismo, do feminismo, de grupos espirituais, de lutas políticas em movimentos sociais. Podemos encontrar também aqueles que chegaram ao Ecologismo a partir da reflexão acadêmica em seus campos específicos de conhecimento: biólogos, economistas, filósofos, sociólogos, médicos, arquitetos, etc. Na Violeira encontramos essa diversidade de caminhos percorridos, destacando-se, no entanto, o papel fundamental da Universidade Federal de Viçosa na confluência desses atores e na promoção de seu encontro. Reproduzindo no município de Viçosa um

movimento que hoje alcança a esfera mundial, esses indivíduos e grupos, mesmo percorrendo caminhos diversos, "foram percebendo que ocupavam um espaço cultural semelhante no mundo moderno, que seus objetivos se identificavam em claros denominadores comuns, e que da síntese de suas aspirações estava nascendo um novo projeto cultural e social" (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 39). A confluência desses indivíduos para o espaço sócio territorial da Violeira tem permitido, assim, um redirecionamento de diversos aspectos de suas vidas, possibilitando certo grau de experimentação do projeto ecologista.

Tal experimentação tem inspirado, inclusive, outras iniciativas no município de Viçosa, uma delas é a Ecovila Palmital. Segundo apontamentos de Castro (2014), a Violeira foi local de moradia anterior da maioria dos moradores da Ecovila. A autora afirma que o bairro Violeira foi citado por todos os seus entrevistados quando questionados sobre a história da formação do grupo. Também o Restaurante Alfa foi apontado como local de encontro de vários dos atuais moradores da Ecovila quando estudantes da UFV. Ainda, além dessa experiência já consolidada, temos notícia de pelos menos outras duas em andamento, envolvendo grupos de indivíduos e famílias em processos coletivos de compra de terra rural e, assim, na conformação de comunidades intencionais. Também nessas últimas, o encontro promovido no interior do espaço sócio territorial da Violeira foi importante para viabilizá-las. Na Violeira tem

se reunindo, assim, pessoas com afinidades e interesses comuns, buscando maneiras mais simples e naturais de se vestir, de se alimentar, de se curar, de morar, uma vida em harmonia com a comunidade e com o ambiente natural.

Esse tipo de migração urbano-rural, motivada por razões predominantemente ecológicas, foi denominada por Francisco (2007) como "ecoimigração". Tal movimento é motivado pela busca de melhor qualidade de vida a partir da maior integração com o meio social e melhor relacionamento com o ambiente natural. Em geral, trata-se de um deslocamento de populações com elevado nível econômico, cultural e acadêmico, para espaços de reconhecido valor ecológico, normalmente em áreas rurais, numa busca de desenvolvimento pessoal e preservação ambiental. Essas populações são formadas, assim, por pessoas que procederam a algum grau de rompimento com os valores da vida urbana contemporânea e, mudando seu estilo de vida, tentam promover caminhos alternativos ao modelo hegemônico compartilhado socialmente. Nesse sentido, tal processo encontra-se alinhado ao movimento ecologista.

No entanto, o espaço sócio territorial da Violeira também apresenta seus tensionamentos. Embora a paisagem ainda seja caracteriza por uma ocupação dispersa, o crescimento populacional da localidade, com a consequente intensificação da construção civil, têm gerado mudanças no

perfil da população residente. Houve redução no número de moradores que se ocupam das atividades agrícolas, surgindo outras atividades de geração de renda, como prestação de serviços (pedreiros, domésticas, etc.), atividades ligadas ao comércio varejista e o funcionalismo público vinculado principalmente à UFV (JESUS, 2007; PINTO, 2008). Embora grande parte dos sujeitos ecológicos que para lá migraram tenham interesse em manter as características rurais do bairro, rejeitando inclusive o calçamento das ruas e o asfalto, essas mudanças têm pressionado a urbanização do local.

Além disso, outro aspecto de grande tensão é a implantação de condomínios fechados. Conforme apontado por Jesus (2007), podemos observar no município de Viçosa um processo de "fuga da cidade", desencadeado pelo desejo de fugir dos problemas urbanos, como poluição, violência, assaltos, intenso trânsito de veículos. As classes econômicas mais abastadas têm encontrado na autossegregação uma forma de obter melhor qualidade de vida. Tais classes buscam "amenidades" em áreas mais distantes, lugares tranquilos oferecidos por promotores imobiliários. Áreas periurbanas do município têm sido ocupadas dessa forma, inclusive no bairro Violeira. No entanto, conforme apontado pela própria autora, aspectos de visão de mundo e das relações sociais estabelecidas pelos grupos de moradores mais afinados à proposta ecologista e os moradores dos condomínios fechados

apresentam sensíveis diferenças. De modo geral, os primeiros fundamentam suas relações com o meio em que vivem pautados por uma maior abertura e liberdade de relação com a população do entorno, buscando uma vida mais simples e maior vivência do ambiente rural. O estabelecimento dos condomínios fechados parece caracterizar, assim, uma certa privatização das "amenidades" advindas do maior contato com a natureza, indo na perspectiva contrária às aspirações ecologistas. A convivência com tais tensões apresenta-se, assim, como mais um desafio para o movimento ecológico.

Considerações finais

Tem crescido dentro da comunidade científica a percepção sobre a crise sistêmica em que se encontra nossa sociedade. A multiplicação das crises econômico-financeiras e o aprofundamento dos problemas sociais e ambientais causados pelo modo de produção capitalista parece indicar que tal sistema se aproxima de seus limites absolutos. Para Mészáros (2011), o capitalismo, por fundamentar-se na acumulação permanente de capital e não apresentar limites para sua expansão, converte-se num mecanismo incontrolável e profundamente destrutivo. Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada para o atendimento das reais necessidades humanas e aquela dominante controlada pela lógica da

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

valorização do capital, intensificam-se as consequências destrutivas, com destaque para a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza.

Essa insatisfação crescente em relação à maneira como a sociedade se organiza nos conduz à percepção de que precisamos mudar. Essa necessidade de mudança em nosso sistema de produção e consumo permeia, inclusive, o debate sobre o conceito de sustentabilidade. Felizmente, meios alternativos e menos destrutivos para sobreviver no planeta já estão sendo construídos. De formas variadas, a contracultura e o ecologismo têm buscado alternativas para a mudança de paradigma e de formas de organização social. O processo de ocupação sócio territorial da Violeira, vinculado a tais movimentos, nos apresenta, na prática, a possibilidade desse "algo novo". De fato, a forma como nos organizamos em sociedade não é a única possível. Ao longo de milênios, as várias comunidades humanas em distintas partes do mundo desenvolveram uma diversidade de formas de interação e reprodução social. Os sujeitos ecológicos têm se movimentado e alterado voluntariamente seu estilo de vida tendo como horizonte a perspectiva de uma convivência mais harmoniosa entre os homens e entre os homens e a natureza. Embora tal horizonte se coloque hoje como uma utopia, é preciso destacar a importância dessa visão de futuro para a orientação de nossas ações no presente. Conforme apontado por Harvey (2006), ao

longo da história são muitas as manifestações utópicas com formas distintivamente urbanas ou fundamentadas em maneiras distintas de organização e produção do espaço. Além disso, boa parte daquilo que hoje conhecemos como planejamento urbano ou de cidades tem sido inspirado por modalidades utópicas de pensamento.

Diante dos graves problemas que temos enfrentado em nossas cidades, acreditamos que a utopia ecologista é um caminho possível. No caso do gerenciamento dos resíduos sólidos, por exemplo, quem sabe a solução esteja na opção consciente de não consumir e na compostagem doméstica dos materiais orgânicos, alimentando hortas residenciais e comunitárias, unindo pessoas, diminuindo o gasto de energia na produção de insumos químicos poluentes, não renováveis, e também as longas distâncias hoje percorridas pelos alimentos. Em relação ao saneamento, talvez a solução seja o tratamento individualizado das águas negras e cinzas, nas residências e demais unidades onde elas são produzidas, permitindo sua reutilização, diminuindo a sobrecarga nos mananciais, devolvendo vida ao ambiente, ao contrário dos complicados tratamentos em grandes estações, demandando grandes áreas e muitas vezes intenso consumo energético. Quanto à água das chuvas, por que não as reter também de forma individualizada nos lotes urbanos e rurais, incentivando formas diversas de sua utilização e infiltração no solo, amenizando as inundações hoje frequentes em nos-

sas cidades.

As respostas não estão prontas. Nesse momento, elas estão sendo construídas, em diversas partes do mundo, em iniciativas individuais e coletivas. Esperamos que nessa breve discussão sobre a perspectiva ecologista de intervenção no espaço, explicitando ações já em curso e seu potencial de construção de uma nova sociedade, tenhamos alimentado a substância que aciona nossas utopias e incentivado uma caminhada consciente rumo ao futuro.

Referências

CARRANZA, Edite Calote. **Arquitetura alternativa**: 1956-1979. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina e Moura. **A invenção ecológica**: narrativas da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CASTRO, Ludmila Marinho. **O Santo Daime como catalisador das relações e do estilo de vida dos moradores de uma ecovila de Viçosa-MG**. Dissertação, Mestrado em Economia Doméstica - Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG. 2014.

DESIGUALDADES crescem no mundo, principalmente nos Estados Unidos. São Paulo, 14 dez. 2017. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/ desigualdades-crescem-no-mundo-principalmente-nos-estados-unidos/>. Acesso em 19 mar. 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker; FERRARA, Luciana. A formulação de uma nova matriz urbana no Brasil, baseada na justiça sociambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes: textos para as discussões da Rio+20. Volume 3 - Habitação social e sustentabilidade. Brasília: MMA, 2015, p. 11-51.

FERREIRA, Rodrigo de Souza. **Capitalismo, ciência e natureza**: do ideário iluminista do progresso à crise ambiental contemporânea. Viçosa-MG: Edição do autor, 2017.

FRANCISCO, Maria Luísa. A ecoimigração: uma dinâmica migratória para o espaço rural. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 2, 2007, Angra do Heroísmo, Açores-Portugal. **Anais eletrônicos**. Angra do Heroísmo, Açores-Portugal: Universidade dos Açores, 2007. Disponível em:

<https://sper.pt/oldsite/IICER/pdfs/Tema2/M_Francisco.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no

sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOOGLEMAPS. **Imagem de satélite da cidade de Viçosa e imediações**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Vi%C3% A7osa+-+MG,+36570-000/@-20.7466811,-42.9492613,23455m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0xa36794d1e44bab:0x949b20ad3 d5aaef5!8m2!3d-20.7473931!4d-42.8832763>. Acesso em: 03 mar. 2020.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

JESUS, Gislene Higino de. **O processo de auto-segregação no espaço periurbano**: análise dos fatores socioeconômicos responsáveis pela configuração da paisagem no bairro Violeira do município de Viçosa-MG. Monografia, Bacharelado em Geografia. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto (Prefácio). In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p. 7-14.

PINTO, Manuela Pereira de Almeida. **Bairro Violeira**: dialogando diferentes representações do espaço. Monografia, Bacharelado em Geografia. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2008.

RAMOS, Melissa Ferreira; SILVEIRA, Pedro Sérgio da. **Estudantes em movimento**: memórias do movimento estudantil da UFV. Viçosa-MG: UFV, UNEDHS, 2016.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SILVA, Luis Fernando de Matheus e. **Ilusão concreta, utopia possível**: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul). 2013. Tese, Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo.

JUVENTUDE NEGRA PERIFÉRICA E DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO DE CASO [1]

Daniel Victor Gouveia Lage[2]
Daniela Abritta Cota[3]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p106

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre alternativas de planejamento urbano, a partir da percepção de jovens negros da periferia de São João del-Rei, MG. O estudo revelou que a vivência urbana desses sujeitos é restrita e violenta, tanto na periferia quanto na área central da cidade. Entretanto, apesar das dificuldades, a juventude negra periférica resiste por meio de manifestações socioculturais, vinculadas principalmente ao Hip-hop. Acredita-se que é preciso um novo tipo de planejamento, em que essas práticas sejam reconhecidas, viabilizando, de fato, o "direito à cidade" para esses indivíduos.

Palavras-chave: Vivência urbana. Juventude negra periférica. Direito à cidade. Planejamento insurgente.

1. E artigo tem por base a pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do autor, no curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob orientação de Daniela Abritta Cota.

2. Arquiteto e urbanista pela UFSJ. Contato: E-mail: daniel.gouveialage@gmail.com;

3. Arquiteta e urbanista pela UFMG, Mestra e Doutora em Geografia pela UFMG, Professora do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do curso de Pós-graduação em Geografia da UFSJ. Contato: E-mail: abritta@ufsj.edu.br.

BLACK YOUTH ON THE OUTSKIRTS AND THE RIGHT TO THE CITY: A CASE STUDY

Abstract

This work seeks to reflect on urban planning alternatives, based on the perception of young black people on the outskirts communities of São João del-Rei, MG. The study revealed that the urban experience of these subjects is quite restricted and violent, both on the outskirts and in the central areas of the city. However, despite the difficulties, the black youth on the outskirts resist through socio-cultural manifestations, mainly linked to Hip-hop. It is believed that a new type of planning is needed, in which these practices are recognized, in fact enabling the "right to the city" for these individuals.

Keywords: Urban living. Black youth on the outskirts. Right to the city. Insurgent planning.

LA JUVENTUD NEGRA PERIFÉRICA Y EL DERECHO A LA CIUDAD: UN ESTUDIO DE CASO

Resumen

Este trabajo busca reflexionar sobre las alternativas de planificación urbana, a partir de la percepción de los jóvenes negros de la periferia de São João del-Rei, MG. El estudio reveló que la experiencia urbana de estos sujetos es bastante restringida y violenta, tanto en la periferia como en las zonas centrales de la ciudad. Sin embargo, a pesar de las dificultades, la juventud negra de la periferia resiste por medio de manifestaciones socioculturales, principalmente vinculadas al Hip-hop. Se cree que se necesita un nuevo tipo de planificación, en el que se reconozcan estas prácticas, permitiendo el "derecho a la ciudad" para estas personas.

Palabras-Claves: Vida urbana. Juventud negra. Derecho a la ciudad. Planificación insurgente.

O direito à cidade lefebvriano e a perda de seu conceito original

Rolnik (1995) considera a cidade uma obra social coletiva. Porém, sabe-se que nem todos têm acesso a ela na sua integridade. Nesse contexto, o conceito de "direito à cidade", estabelecido por Lefebvre (2001) vem permeando as discussões recentes sobre o planejamento urbano e busca o usufruto igualitário de todos os recursos existentes na cidade. Para o autor:

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p.134).

Segundo ele, "a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na cidade" (LEFEBVRE, 2001, p. 22), ou seja, ela se fundamenta na diversidade e na coexistência dos diferentes grupos que nela residem. Entretanto, a cidade vem perdendo sua característica de integração e convivência social: ao adquirir um caráter capitalista, ela intensificou o "valor de troca" e se tornou um espaço de exploração e segregação (LEFEBVRE, 2001, p. 23). Nesse sentido, o

"direito à cidade" só seria possível em outro modelo de sociedade, de caráter anticapitalista, em que prevaleceria o "valor de uso" e não o "valor de troca".

De acordo com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006, p. 1), estamos vivendo em um constante processo de urbanização em uma escala global nas últimas décadas – processo esse que tende a se intensificar nos próximos anos. Para Sanches, Sobreira e Araujo Junior (2017, p. 5), conforme cresce o número de pessoas residentes nas cidades, o número de conflitos sociais urbanos também aumenta, pois é no espaço urbano onde as desigualdades na distribuição de renda, de oportunidades, de poder político, de acessos aos bens e serviços públicos em geral, vão se tornar mais evidentes. Por isso, segundo os autores (2017, p. 6), a questão urbana se tornou uma temática bastante discutida internacionalmente, fazendo com que o conceito de "direito à cidade" fosse incorporado em alguns documentos internacionais, tornando-o um fundamento jurídico.

Isso também se refletiu no Brasil. A Constituição de 1988 incorporou em seu texto o princípio da função social da propriedade e dedicou um capítulo inédito sobre a política de desenvolvimento urbano, responsabilizando o poder público municipal pela elaboração do Plano Diretor, lei que determinaria diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano local. Entretanto, somente treze anos depois é

que houve a regulamentação desses dispositivos constitucionais, com a criação do Estatuto da Cidade em 2001. Apesar de o Estatuto evidenciar a questão do "direito à cidade", colocando-o como elemento central no sistema jurídico brasileiro, seus instrumentos não se propõem a romper com as estruturas de poder e opressão capitalistas e, por vezes, servem apenas para minimizar alguns problemas (SANCHES; SOBREIRA; ARAUJO JUNIOR, 2017, p. 8).

Ainda para os autores (2017, p. 10), a partir do momento em que o "direito à cidade" é assimilado pelo Estado e pelos sistemas jurídicos, esse conceito político-filosófico, construído por Lefebvre, de caráter revolucionário e anticapitalista, se perdeu, adquirindo um caráter jurídico acrítico, que não contesta as estruturas do sistema capitalista na qual a sociedade se baseia e as cidades se configuram, visando apenas a uma democratização simplista do acesso à cidade, sem considerar as especificidades dos vários grupos de indivíduos que nela habitam (classe, gênero, raça, sexualidade, faixa etária, etc.). Para que as desigualdades urbanas sejam amenizadas, é necessária a realização de propostas que possam integrar as demandas pelo "direito à cidade", que também reconheçam a diversidade social que compõe a cidade, buscando a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, sem discriminação. Isso diz respeito também à juventude negra periférica, que se encontra em situação de extrema

vulnerabilidade social, destituída desse "direito à cidade" que é fundamental para o desenvolvimento pleno desse grupo social na sociedade.

Juventude negra brasileira e as formas de violência

O Estatuto da Juventude, Lei brasileira nº 12.852/2013, classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Essa lei surge com o objetivo de instituir os direitos dos jovens e estabelece os princípios das políticas públicas voltadas para esse público. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o número de brasileiros que se encontram na faixa etária entre os 15 e 29 anos[4] corresponde a aproximadamente 27% da população.

A violência, em suas diferentes formas, é um dos principais motivos para a criação de políticas públicas voltadas para esse grupo populacional específico. Ela vai além de ações com caráter físico (violência física) e abrange também qualquer tipo de ação que viole psicologicamente, emocionalmente ou socialmente outra pessoa (violência simbólica).

4. Apesar de o IBGE considerar como jovem apenas a população com faixa etária entre os 15 e 24 anos, para esse estudo, iremos considerar a faixa etária definida pelo Estatuto da Juventude, que acrescenta os 5 anos posteriores (de 25 até os 29 anos) para a formação desse grupo populacional.

Segundo Cerqueira (*et al.*, 2018, p. 3), só nos últimos 10 anos, 553.000 pessoas morreram por causa da violência intencional no Brasil, notando-se uma enorme variação entre as unidades federativas, em que a situação é bastante grave nos estados das regiões Nordeste e Norte do país. Os autores (2018, p. 21) também contam que só em 2016, 63,5% do total geral de óbitos por homicídios eram de jovens entre 15 e 29 anos, sendo que 94,6% deles eram do sexo masculino.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017) apresenta dados relacionados à vulnerabilidade dos jovens brasileiros à violência. O IVJ também indica uma variável de cor/raça, levando em consideração as diferenças de mortalidade entre jovens brancos e negros no Brasil, com um indicador intitulado *risco relativo* (Gráfico 1), que é dado pela razão entre a taxa de mortalidade por homicídio entre os dois diferentes grupos.

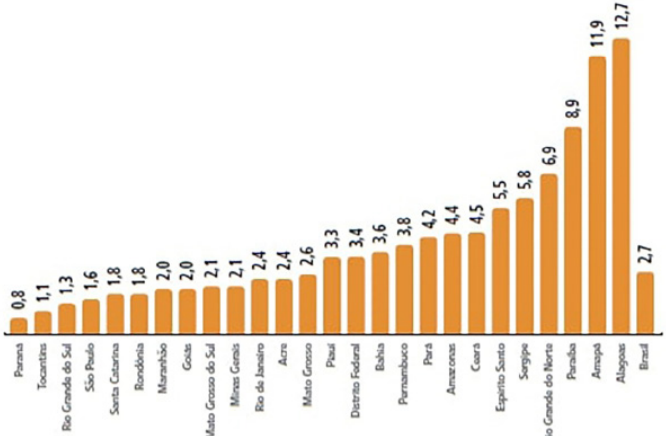


Gráfico 1 | A Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco, Brasil e UFs
Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; FBSP

Diante disso, percebe-se, claramente, a predominância em todo o Brasil de jovens negros entre as vítimas de homicídio se comparados aos jovens brancos na mesma faixa etária. Conforme a Secretaria de Governo (2017, p. 27), "em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país". Para agravar ainda mais a situação, estudos revelam que a desigualdade das mortes violentas por cor/raça vem aumentando nos últimos 10 anos e, de acordo com Cer-

queira (*et al*. 2018, p. 4), "71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas".

No ano de 2015 foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal com o objetivo de investigar o assassinato de jovens no Brasil. Conclui-se que, de algum modo, os homicídios da juventude brasileira, em geral, e mais precisamente da juventude negra, estão relacionados à ação e/ou omissão do Estado Brasileiro (BRASIL, 2016, p. 146).

> Seja pelo crescimento dos homicídios decorrentes de intervenção policial, muitas vezes nominado de autos de resistência; seja pela violência emergente do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, resultado da ausência estatal; seja pelo racismo institucional que se infiltra nas instituições públicas e privadas. Como resultado, a população jovem negra vai sendo dizimada, com números que realmente se aproximam de uma guerra civil (BRASIL, 2016, p. 146).

Além disso, é necessário ressaltar que tais fatos estão relacionados ao racismo fortemente presente e estruturado na sociedade – apesar de esse racismo não estar tão explícito como no caso dos EUA. Segundo Florestan Fernandes (1964/1978), a configuração social brasileira produziu uma transição do modelo escravocrata para o modelo republicano sem alterar faticamente a situação da antiga relação de castas entre "senhores", "libertos" e "escravos". Além disso, tentou sustentar por muito tem-

po a imagem de uma verdadeira "democracia racial". Na mesma linha, Lilia Schwarcz (2001) em sua pesquisa sobre o racismo brasileiro, endossa as críticas ao mito da "democracia racial". Além dos dados censitários que ajudam a desmascarar as desigualdades raciais persistentes na sociedade brasileira, a autora realizou uma pesquisa sobre a percepção que os/as brasileiros/as tinham com relação à experiência do racismo, concluindo que "todo brasileiro parece se sentir uma 'ilha de democracia racial', cercado de racistas por todos os lados" (Schwarcz, 2001, p. 76). Ao analisar a mestiçagem de nosso povo e as políticas de branqueamento posteriores à abolição da escravatura realizadas no Brasil no início do século XX, a autora afirma que produzimos um "racismo à brasileira", em que, mais do que com diferenças raciais, lidamos com diferenças na coloração da pele, as quais acabam por demarcar desigualdades sociais reconhecidas na intimidade. Dessa forma, Lilia Schwarcz corrobora a ideia de que ainda que o conceito *raça* já tenha sido desconstruído do ponto de vista biológico, ele continua ainda a ser um potente conceito descritivo e analítico das relações sociais. Isso significa dizer que em nossa sociedade de classes, o racismo desempenha um papel estruturante.

Silvio Luiz de Almeida, em sua obra intitulada "O que é racismo estrutural?", busca refletir sobre os conceitos de racismo como elemento estruturador das relações sociais. O autor (2018, p. 25) define racismo como "uma

forma sistemática de discriminação que tem a *raça* como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam". Ainda segundo ele:

> O racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2018, p. 27).

Outra autora que tem inegável pioneirismo na crítica ao racismo estrutural na sociedade brasileira por propor a articulação entre racismo e sexismo é Lélia Gonzalez. Em interlocução com o pensamento do psiquiatra martinicano Frantz Fanon – cuja obra sobre racismo e colonização é definida por ele como "estudo clínico" –, Lélia percebe muito cedo a necessidade de entrelaçar a desigualdade racial e social brasileira com as formações inconscientes, que ela observa serem exclusivamente brancas e europeias, operando uma denegação das nossas origens indígenas, latinas e africanas. É assim que ela identifica uma característica fundamental do "racismo à brasileira": voltar-se contra negros é denegar, no sentido freudiano,

nossa *amefricanidade* – conceito cunhado pela autora (GONZALEZ, 1988).

Vários dados estatísticos revelam que "a raça é uma variável importante na explicação das desigualdades sociais, sobretudo quando se analisam o mercado de trabalho, educação, saúde" (BERNARDINO, GALDINO, 2004, p. 24). Tais desigualdades refletem na vivência cotidiana dos indivíduos no espaço urbano, sendo os negros os mais prejudicados. Para a Secretaria de Governo (2017, p. 47), é necessário "assumir que a violência letal está fortemente endereçada à população negra e que esse é um componente que se associa a uma série de desigualdades socioeconômicas". Portanto, para que essas desigualdades sejam anuladas, "políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil" (CERQUEIRA *et al*, 2018, p. 41), especialmente para o caso da juventude negra periférica.

Porém, tais dados não consideram a violência simbólica a que esses sujeitos estão submetidos, fruto do racismo estrutural, "à brasileira", reproduzido pela sociedade. Bordieu (2002) define a "violência simbólica" como uma forma de violência exercida sem o uso de ação física, afetando o sujeito violentado "moral e psicologicamente". Segundo ele, esse tipo de violência se estabelece na aceitação, por vezes inconsciente, de determinada impo-

sição, que pode ser econômica, social, cultural, institucional ou simbólica. Silva e Oliveira (2017) apontam ainda que a violência simbólica é manifestada por diversas instituições da sociedade – a exemplo do Estado – que mantém o sistema segregacionista e normaliza a desigualdade social – algo que ocorre com os sujeitos negros e moradores das periferias urbanas.

Será verificado como essas formas de violência se manifestam para os jovens negros da periferia de São João del-Rei, MG.

São João Del-Rei e a juventude negra periférica

São João del-Rei está localizada no estado de Minas Gerais, a 184km da capital Belo Horizonte. A cidade surgiu com a descoberta de ouro na margem esquerda do Rio das Mortes, por volta do ano 1705. Em 1713 ela se elevou a categoria de vila, e no ano de 1838 ela se tornou, oficialmente, cidade. Com a decadência da atividade mineradora, ela passou a se ocupar da agricultura e da pecuária. Posteriormente, a essas atividades somou-se a atividade industrial, (produtos metalúrgicos e têxteis) que passou a ter importância significativa na cidade. Entretanto, na década de 1960, com a transferência da industrialização para a região central do estado devido à recessão, São João del-Rei passou a intensificar suas atividades de prestação

de serviços e de comércio (SANTOS, 2018, p. 37-38).

De acordo com Santos (2018, p. 43), "pelo seu passado aurífero e a forte presença negra, a cidade apresenta espaços com acessos diferenciados por grupos", pois, "enquanto grandes e imponentes igrejas estão localizadas no centro", (...) "os terreiros de candomblé e umbanda – religiões afro-brasileiras – estão situados na periferia da periferia, nos bairros mais afastados". Para a autora, o centro histórico de São João del-Rei, lugar para onde os olhares do poder público estão voltados, está cercado por aqueles que encontraram nas margens da cidade uma maneira de resistir e viver, mesmo que se tratando de uma São João del-Rei muito diferente da "oficial".

A autora, ao retratar a atual situação da população negra são-joanense, especificamente da mulher negra, aponta as desvantagens que negras (e negros também) possuem em relação a melhores condições de ocupação formal no mercado de trabalho, salário, nível de instrução e condições adequadas de saneamento. Segundo ela (SANTOS, 2018, p. 57), os dados "sintetizam parte das análises sobre relações de classe, raça e gênero. Se relações sociais são relações espaciais, então se pode entender que os dados apresentados se materializam na forma da cidade".

Atualmente, os dados mais recentes mostram que 42% dos habitantes residentes no distrito sede do município

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

de São João del-Rei são negros, considerando pretos e pardos autodeclarados no Censo (IBGE, 2010). É possível observar no Mapa 1 que nos bairros Senhor dos Montes e Tijuco, conhecidos por serem bairros periféricos, por estarem localizados em áreas com algum tipo de risco ambiental e por serem carentes de infraestrutura urbana adequada e de serviços básicos de saúde, lazer e educação, a população negra é sobrerrepresentada, compondo mais da metade dos residentes nesses bairros. Já nos bairros centrais (Centro e Jardim Central), onde existe a concentração do comércio e dos serviços prestados e uma infraestrutura urbana de melhor qualidade, os negros representam apenas cerca de ¼ dos moradores. Em bairros semiperiféricos, ocupados principalmente pela classe média, que possuem alguns serviços públicos e estabelecimentos comerciais como supermercados, lojas, farmácias, etc., a taxa de habitantes negros fica próximo dos 40%.

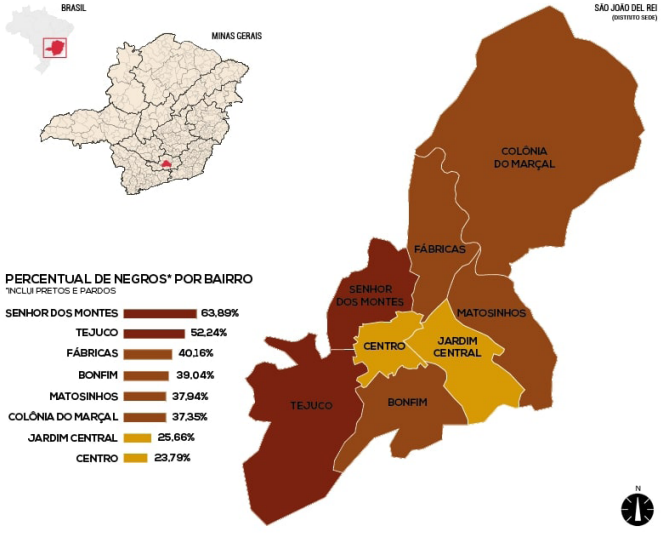


Figura 1 | Mapa da concentração da população negra em São João del-Rei, 2010
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE, 2010

Segundo Santos (2018, p. 45), São João del-Rei é uma cidade que coloca os interesses do mercado em primeiro plano, por meio da articulação e imposição do poder público local, dos empresários e de promotores imobiliários. Apenas quem tem dinheiro para pagar por ela é que usufrui dos melhores lugares que ela tem para oferecer. Para os demais, que não possuem poder aquisitivo para custear esse "produto", restam somente as áreas periféricas da cidade, resultando na segregação socioespacial. Em

São João del-Rei, assim como no restante do Brasil, não houve segregação oficial – como nos EUA –, por outro lado, houve omissão do Estado, nunca tentando integrar a população à cidade.

Essa desigualdade socioespacial é fruto de um processo histórico, estrutural e político conforme nos ensina Garcia (2009). Para a autora existe uma desigualdade racial nas cidades que se manifesta pela segregação espacial e pela segmentação social. A obra da autora reforça a necessidade e urgência de se pensar as desigualdades sociais para além da abordagem de classe social e demonstra que as questões urbanas devem ser analisadas também a partir da *raça*, pois comprova que esta é uma variável relevante para a compreensão das desigualdades que se revelam na organização espacial das cidades – algo que se buscou realizar nesse trabalho a partir da análise das vivências dos jovens negros na cidade.

Vivências urbanas da juventude negra periférica são-joanense: percepções e práticas.

Para compreender melhor a vivência urbana da juventude negra periférica de São João del-Rei, foram utilizados como metodologia de pesquisa: a entrevista, o questionário e o mapa mental (RHEINGANTZ, *et al*, 2009). Tais metodologias visam apreender a experiência urbana vivi-

da pelos jovens negros tanto nos bairros onde eles moram (periferia)quanto no restante da cidade (centro).

A periferia são-joanense ora abordada pode ser considerada um "território negro" (SODRÉ, 1988), na medida em que se refere ao lugar de "reconhecimento de si por outros" (SODRÉ, 1988, p. 14). Ou seja, "conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente". (SODRÉ, 1988, p. 23).

Assim, os relatos das vivências acabam refletindo relações de poder que se materializam no espaço. Os territórios negros – tomados aqui pelas periferias são-joanenses – diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pelos quais essas pessoas apreendem aqueles espaços. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando se fala de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no caso específico de São João del-Rei.

De um modo geral, em relação à *segurança*, percebe-se que, para esses jovens, independente da faixa etária, é tranquilo viver no bairro onde moram. Alguns deles se sentem seguros e confortáveis caminhando por ele; mas isso acontece porque a grande maioria sempre morou no mesmo bairro desde que nasceu e, por isso, eles conhe-

cem os demais moradores e vice-versa: "Onde eu moro é sossegado, é bem tranquilo. Acho que é pelo fato de eu ter nascido lá e conhecer todo mundo desde sempre. Por isso eu me sinto bem seguro (E., 17 anos)".

Entretanto, as mulheres são as que mais afirmaram sentir certa insegurança e desconforto em caminhar pelo bairro, principalmente no período da noite, em que há menos movimento. Apenas um jovem, do gênero masculino, disse se sentir inseguro ao caminhar pelo bairro, e isso ocorre, segundo ele, por ser homossexual. Isso porque o lugar que ocupamos socialmente produz experiências distintas, especialmente se considerar a intersccionalidade entre raça, gênero e classe (OLIVEIRA, 2020).

A insegurança também aumenta quando pessoas "desconhecidas" começam a circular pelo bairro, por conta do tráfico de drogas. Essa movimentação de estranhos pelo bairro acaba gerando desconfiança e medo:

> Eu sou mulher, né. Geralmente eu não me sinto segura andando em um monte de lugares. Mas aqui no bairro, eu me sinto segura, sim. Eu me sinto segura porque eu conheço a maioria das pessoas. Mas também depende da época. Às vezes nem todo mundo que tá na rua é gente daqui do bairro, às vezes vem gente de outro bairro, pessoas procurando outras coisas. Às vezes o bairro tá muito movimentado com coisa que não é legal. Aí vem outras pessoas pra cá, às vezes pessoas somem...
>
> Eu tô falando do tráfico em si, né. Quando tá bombando

> vem um pessoal muito estranho. Sempre tem um estranho andando na rua. E quando eles somem fica mais tranquilo (G., 20 anos).

O que se percebe é que existe certa contradição nessa relação de segurança e insegurança: ao mesmo tempo em que esses jovens se sentem seguros em caminhar pelo bairro, pelo fato de conhecerem os demais moradores e de se identificarem com o lugar, eles também evitam alguns lugares específicos e até mesmo são ensinados a evitá-los, porque são considerados perigosos, ou por serem ruas muito estreitas, pouco movimentadas e iluminadas, ou até mesmo por conta de serem conhecidas como áreas que pertencem ao tráfico de drogas:

> O bairro não é tão perigoso assim, sabe. Não é tudo isso que se diz. Mas a gente é ensinado a tomar muito cuidado. Então tem alguns pontos específicos que a gente evita e toma um pouco mais de cuidado. E por isso acaba que às vezes a gente fica um pouco mais receoso de passar por alguns lugares do bairro. Entende a contradição? De um lado a gente é ensinado uma coisa, mas como eu conheço o bairro e as pessoas que moram nele, eu sei que não é tão assim (F., 29 anos).

Essa contradição em relação à segurança também aparece quando esses jovens contam da relação que eles possuem com outros bairros da cidade, principalmente com as áreas centrais. Alguns jovens dizem que se sentem

um pouco mais seguros nesses bairros centrais porque existe um policiamento maior. Entretanto, a partir de determinado horário eles já não se sentem tão seguros, por conta do pouco movimento, do medo de desconhecidos e da reduzida ação da polícia. Já outros acreditam que a presença da polícia intimida, pois a abordagem policial é marcada de violência e é constante. L., 24 anos, relata: "Não me sinto seguro, quando vem a polícia, que vê a gente maloqueiro desse jeito e já chega junto. Toda hora a gente tá sendo abordado, mesmo quando tá tranquilo".

G., 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco, aponta essa contradição no comportamento da polícia: "Essa coisa da segurança, é muito estranha também, porque são pessoas que deveriam fazer a nossa segurança. Mas a gente não se sente nem um pouco seguro". Para ela, a experiência vivida no Centro por muitos dos jovens negros da periferia de São João del-Rei é muito diferente da vivida nos bairros onde eles moram; mas, que em ambas, existe a violência: "A gente, enquanto pessoas pretas periféricas, a gente está num ambiente de violência em qualquer ambiente, seja na comunidade onde a gente mora, seja no Centro".

Ela também se refere à "violência simbólica" (BOURDIEU, 2002) que inibe o jovem periférico de circular pela cidade, como se certos espaços fossem "proibidos" para eles ou como se eles não devessem estar em determinados lugares:

> Quando eu tô na Rua da Cachaça, eu vejo jovens da mesma comunidade que eu, dando volta no quarteirão pra não ter que passar naquela rua, que é só atravessar no meio de pessoas e isso é tão violento, que a pessoa ela nem consegue, ela nem concebe a ideia de que: "Opa, por que eu vou dar essa volta, se eu posso passar aqui no meio dessa rua?". Mas não passa, porque mesmo sendo um lugar aberto, público, porque é uma rua, parece que é uma coisa demarcada (G., 20 anos).

> Tem uns olhares, principalmente com a questão do cabelo. Eu reparo muito. Por mais que você não saiba o que as pessoas estão pensando, pela expressão facial delas você percebe (F., 29 anos).

> Uma vez no Centro, na fila da Casa Lotérica, umas senhoras ficaram olhando estranho pra mim. Uma pessoa de cima (dos bairros periféricos altos) é olhada diferente no Centro. Principalmente pessoas negras (H., 20 anos).

Para D., arte-educador negro são-joanense, a cidade limita o espaço de ação dos jovens negros de um jeito muito cruel, principalmente dos mais novos. Em São João del-Rei, onde o passado escravocrata ainda é muito presente no imaginário da população, são muito bem colocados os lugares em que esses jovens negros podem e não podem ir. "Se a gente tá falando de um corpo, que tem toda uma construção de uma narrativa que coloca ele num lugar subalternizado pela sociedade, ele aprende a se ver

assim. Ele aprende que a sociedade o vê assim". É uma estrutura que pretende manter esse corpo subalternizado no espaço. A função desse corpo negro é trabalhar, servir como mão de obra barata. O direito ao lazer lhe é negado.

De acordo com Almeida (2013, p. 156), a relação que os jovens periféricos estabelecem com as áreas centrais da cidade é diferente da relação com o bairro onde vivem, no qual existe um sentimento de pertencimento, de identificação ao lugar. Sair do bairro onde moram significa transitar pela cidade, e muitos desses jovens têm certo receio de andar pelo centro da cidade ou por outros lugares distantes do seu local de origem – do seu território, no dizer de Sodré (1988). Para aquele autor (ALMEIDA, 2013, p. 157), "o bairro apresenta-se para os jovens como uma referência, um espaço que proporciona certa segurança, mesmo que seja conhecido na cidade pelo alto índice de violência", onde essa relação de pertencimento é demonstrada na forma como esses jovens chamam o lugar: "pedaço", "quebrada", "comunidade". Apesar de esses jovens possuírem relações afetivas com o bairro, principalmente por conta dos moradores, amigos e vizinhos, e dos movimentos culturais e religiosos que ali existem, eles também pontuaram que a questão da violência e do tráfico de drogas, além da distância de grandes supermercados e a falta de infraestrutura (asfalto e iluminação) em alguns lugares, são fatores que fazem com que a vida na periferia seja mais custosa.

Figura 2 | Mapa Mental de H., 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco
Fonte: LAGE, 2019, p.69

O mapa mental de H., 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco, é um ótimo exemplo para demonstrar a desigualdade existente entre centro e periferia no que diz respeito à oferta de serviços e comércio, obrigando esses jovens a se deslocarem até o centro para ter acesso aos serviços. Porém, a articulação entre Centro e Periferia é bastante complicada, seja pela topografia, seja pela escassez e pelo preço (alto) do transporte público. Assim, a mobilidade urbana desse público é precária. Prova disso é que 62% desses jovens costumam andar a pé, enquanto que 30% costumam usar da bicicleta como principal meio de transporte e 8% usam skate como alternativa. O transporte público é a última alternativa: "Raramente eu pego o ônibus. Só quando tá chovendo e não tem outra opção. Ônibus é muito caro aqui na cidade, né. E a cidade, querendo ou não, é uma cidade pequena (G., 20 anos)".

Entretanto, apesar de todas as adversidades em que se encontra a juventude negra periférica são-joanense, ela ainda resiste por meio de manifestações sociais, culturais, artísticas e, também, políticas, vinculadas principalmente com o Movimento Hip-hop da cidade. "Nós, jovens da periferia estamos gritando para ser vistos. A gente tá gritando por oportunidades e a cidade tá fechando os olhos pra isso" (SANTOS, 2018a *apud* SANTOS, 2012, p. 81)[5] . Enquanto arte-educador, D. acredita que a juventude negra periférica tem uma corporeidade muito expressiva; pois, como ela presencia toda essa dinâmica de poder, ela tem uma atuação vigorosa diante dessa situação: "Quando esse corpo, que é subalternizado, ele se coloca de uma forma libertária frente a esse sistema, ele rompe uma estrutura de opressão, uma estrutura de opressão não só do corpo dele, mas também do corpo do outro".

Dessa forma, foi assim que alguns desses jovens negros periféricos, inconformados com essa situação, começaram a se articular por meio do Movimento Hip-hop, encontrando-se em lugares centrais e espaços públicos da cidade pra se reunirem e fazer Rap. Surgiu então o Rap na Bika, que de acordo com G., começou com a inquietação de meninos periféricos que iam pro Centro: "o T. se encontrava com amigos na Praça da Estação pra batalhar, e aí quando viu foi chegando muita gente. Daí decidiu fazer

5. SANTOS, D. Entrevista concedida a Bruna Lúcia dos Santos. São João del-Rei, 25 abr. 2018a

um evento, da batalha, um evento. Então foram pra Praça da Biquinha, por isso que chama Rap na Bika, fizeram lá". G. conta que o projeto existe há aproximadamente 4 anos; e que, apesar de ter sido idealizado e iniciado por T. e outros rapazes, atualmente a organização é totalmente composta por mulheres. Uma série de atividades é desenvolvida: oficinas para as crianças, rodas de conversas para as mães, apresentações de artistas locais, exibições de curtas e, claro, as famigeradas batalhas de rap.

Almeida (2013, p. 158) conta que para os jovens ligados ao Movimento Hip-hop, o bairro enquanto "quebrada" é ainda mais forte, pois se tornou um posicionamento político falar da periferia, da "quebrada". Para o autor (2013, p. 159), essa associação do bairro, o local, a um grupo mais geral, intitulado "periferia", fez com que os limites territoriais e geográficos fossem rompidos, possibilitando certa interação e cooperação entre jovens de vários bairros distantes do centro. Esse fenômeno também ocorre com o Rap na Bika. G. conta que, por mais que a grande maioria do público seja do bairro Tijuco, pessoas de outros bairros também participam do evento.

De acordo com Silva (2007, p. 6), "a experiência de vida na localidade é o que confere legitimidade política ao discurso musical. Os rappers assumem, assim, a condição de porta-vozes de um universo silenciado pelos meios de comunicação e ignorado pelo poder público". F., 29 anos é MC. Ela faz parte do Movimento Hip-hop são-joanense

há 12 anos. Começou no Break e há 4 anos atua como *rapper*. Para ela, estar no Centro é se afirmar, é resistir. É ocupar espaços que lhes são negados com o intuito de romper com esses discursos de opressão: "É uma forma de falar isso aqui é o nosso espaço, a gente não vai continuar isolado na periferia onde vocês delegaram como sendo nosso espaço, não. A gente vai chegar e ocupar".

Figura 3 | Atividades realizadas pelo Rap na Bika
Fonte: <https://www.facebook.com/rapnabika/>. Acesso em 08 jun. 2019

G., 20 anos, que é uma das organizadoras do Rap na Bika conta das dificuldades que o grupo tem encontrado para a realização do evento, principalmente por conta da burocracia envolvida e da falta de apoio da Prefeitura, e afirma: "Os órgãos públicos não consideram a gente importante. Acha que é um bando de gente que não tem nada pra fazer, quando na verdade somos apenas jovens, mulheres e crianças procurando ter algum momento de lazer na cidade".

Segundo Almeida (2013, p. 165), essa geração de jovens cria relações muito próximas entre lazer e participação, onde o lazer é considerado não apenas um direito, mas também uma plataforma política; que serve para esses jovens se encontrarem uns com os outros e se expressarem diante da sociedade. Trata-se também da luta por outros "territórios negros" na cidade (SODRÉ, 1988) impregnada de marcadores culturais e simbólicos desse grupo. Segundo Raffestin (1993, p. 53), os territórios negros não são fruto de um isolamento autoinduzido ou sem motivação, e sim uma "forma de defesa" já que "onde há poder, há resistência".

Para Almeida (2013, p. 170), "é como se o 'direito à cidade', assumido há tempos como bandeira de diferentes grupos juvenis periféricos da metrópole tenha se transformado em direito à cultura". Ainda, "pensar a resistência pela cultura é compreender que a ação política adentrou o cotidiano e, por outro lado, que a cultura se faz presente

neste cotidiano" (ALMEIDA, 2013, p. 167).

Apontamentos finais: por um direito à cidade lefebvriano

De acordo com Almeida (2013, p. 161), "a apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea", pois a circulação pela cidade e o acesso ao que ela oferece transformaram-se em demandas, mostrando, da parte de alguns desses coletivos, a necessidade da criação de políticas públicas. Entretanto, é importante salientar que tais políticas não podem somente trabalhar no sentido de subverter a lógica do estereótipo de uma juventude descompromissada e irresponsável e de que o Estado é o único capaz de criar e gerenciar tais políticas. Ações que valorizam práticas culturais da juventude negra, apesar de importantes, especialmente por demarcarem "territórios negros", como forma de enfrentamento ao racismo, os mantêm à margem da cidade (ou seja, se concentram nas periferias), não garantindo a esses sujeitos o "direito à cidade" no sentido proposto por Lefebvre. As áreas centrais da cidade ainda vão continuar sendo "a cidade", ou seja, aquela parte da cidade em que esses jovens não terão acesso e nem o direito de circular por ela.

Enquanto planejadores precisamos repensar as políticas que, por mais bem-intencionadas e inovadoras sejam, correm o risco de apenas "democratizar" a cidade sem de fato romper com as estruturas de opressão presentes no espaço urbano. Para Miraftab (2016, p. 366), "o planejamento como o conhecemos está se defrontando com uma crise de legitimidade. Suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades"; por isso "necessitamos considerar essas práticas seriamente e reconhecê-las como instâncias do fazer a cidade, como exemplos das pessoas planejando seus próprios futuros, um futuro que corporifica um urbanismo humano" (2016, p. 367).

Segundo a autora (2016, p. 368), um planejamento insurgente seria um modelo alternativo em que as práticas cidadãs também seriam reconhecidas como formas de planejamento. O planejamento insurgente e os agentes envolvidos em suas práticas buscam uma inclusão por meio da autodeterminação, em que os direitos das pessoas são de fato efetivados. Acredita-se que o planejamento insurgente seja uma das principais alternativas capazes de efetivar o "direito à cidade" revolucionário e anticapitalista defendido por Lefebvre.

Dessa maneira, como o conceito de "direito à cidade" de Lefebvre foi esvaziado com a sua inserção aos sistemas jurídicos estatais, os movimentos sociais insurgentes correm o risco de perderem o seu significado e, assim,

desaparecer. É preciso que nós, enquanto planejadores, sejamos cuidadosos ao nos aproximar dos movimentos sociais, entendendo o nosso lugar enquanto apenas agentes coadjuvantes e apoiadores, evitando apagar o protagonismo dos seus dirigentes.

Para que o "direito à cidade" seja amplamente assegurado a todas e todos, é necessário que todas e todos estejam engajados nessa luta, independente da cor/raça, gênero, sexualidade, faixa etária, condição social e origem. É importante que todos tenham espaço para se autoafirmar e, assim, apresentar as suas pautas e lutar pelos seus direitos. Principalmente a juventude negra e periférica, que mesmo estando em situação de extrema vulnerabilidade social, demonstra um enorme potencial como agente transformador da sociedade. Nesse sentido, conclui-se esse trabalho concordando com Gabriela Leandro quando afirma que:

> (...) nesse país Brasil, tão vasto, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano foram e ainda são peças fundamentais para manutenção das opressões nas cidades. Embora imaginar e construir territórios sejam práticas históricas inerentes à população negra do lado de cá do Atlântico, o racismo, essa tecnologia que opera o mecanismo de morte, continua a produzir a desumanização de determinados sujeitos, corroborando para a desclassificação de sua propriedade no fazer cidade. O racismo neutraliza o constrangimento da eliminação do outro, e de suas faculdades. Reconhecer a sua existência estrutural e encará-la de frente parece ser o único caminho viável para que seja profícuo o encontro entre

o direito à cidade e as questões raciais, vislumbrando a conciliação para uma vida comum possível (LEANDRO, 2019, p. 07).

Referências

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BERNADINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando raça a sério:** Ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BORDEAU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Senado Federal. **CPI Assassinato de Jovens.** Brasília, 2016.

BRASIL.Senado Federal. **Estatuto da juventude:** atos internacionais e normas correlatas. Brasília, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência** 2018. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018.

FERNANDES, F. A **integração do negro na sociedade de classes** (3ª ed.). São Paulo: Àtica. 1978. (Original publicado em 1964)

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial Pelo Direito à ci-**

dade. Bamako, Caracas e Karachi, 12 jun. 2006.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas:** Salvador, cidade D´Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.) p. 69-82,1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CensoDemográfico2010 - São João del-Rei (MG).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LAGE, Daniel Victor Gouveia. **Juventude negra e o direito à cidade:** Um estudo sobre a vivência de jovens negros da periferia em São João del-Rei - MG. 2019. 130 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del--Rei, 2019.

LEANDRO, Gabriela. Direito à cidade e questões raciais. **Revista COLETIVA.** Dossiê 24 - Direito à Cidade. Fev. Mar. Abr. Mai. p.01-10, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais.** Recife: 2016

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pen-

samento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios** – Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL. V.6 N.10, p.89-104, 2020.

Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL. V.6 N.10, p.89-104, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar:** procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANCHES, Jussara Romero; SOBREIRA, Gabriel Miaki; ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de. **De Lefevre a Harvey:** uma análise crítica do direito à cidade como instituto jurídico. Organizações e Sustentabilidade, Londrina, v. 5, n. 1, p. 3-19, set. 2017.

SANTOS, Bruna Lúcia dos. **O lugar da mulher negra no espaço urbano:** da segregação socioespacial à resistência no bairro São Dimas em São João del-Rei - MG. 2018. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil**.** São Paulo: **Publifolha**,2001.

SILVA, José Carlos Gomes Da. **Juventude e segregação urbana na cidade de São Paulo:** os números da vulnerabilidade juvenil e a percepção musical dos rappers. **Ponto Urbe** (online), 2007.Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1250>. Acesso em: 14 set. 2019

SILVA, L. F; OLIVEIRA, L. O papel da violência simbólica na so-

ciedade por Pierre Bourdieu. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.3, art. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

=

QUEM OCUPA CONSTRÓI CONTRACONDUTAS

Marcela Silviano Brandão Lopes[1]
Luciana Souza Bragança[2]
Matheus Silva Coelho[3]
Luiza da Anunciação Guinho[4]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p141

Resumo

Este artigo pretende discutir sobre as formas de intervenções urbanísticas em territórios socialmente vulneráveis, tendo como referenciais teóricos os conceitos foucaultianos sobre racionalidade neoliberal e contraconduta, e o conceito decolonial sobre pré-existências como forma de resistência. Para fomentar

1. Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduação em Arquitetura - Faculdades Metodistas Integradas Isabela Hendrix, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da UFMG e Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação- NPGAU. Email: marcelasbl.arq@gmail.com

2. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa NPGAU/ EA UFMG. Professora assistente II do Departamento de Projetos Da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: lubraganca@gmail.com

3. Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de extensão no grupo Indisciplinar/EA-UFMG. Email: matheuscoelho1003@gmail.com

4. Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de extensão no grupo Indisciplinar/EA-UFMG. Email: luizaguinho@gmail.com

o debate, será apresentada uma ação extensionista, o Parque das Ocupações, desenvolvida junto a dois projetos de pesquisa e ancorada no reconhecimento das existências de híbridos naturais culturais em curso no território. Subversões metodológicas e epistemológicas foram necessárias para a construção de uma postura não colonial por parte dos envolvidos nessa ação.

Palavras-chave: Ocupações urbanas. Contra condutas. R-existencias. Hibridos naturais culturais.

WHO OCCUPIES CONSTRUCT COUNTER-CONDUCT

Abstract

This article intends to discuss the forms of urban interventions in vulnerable territories, having as theoretical references the Foucauldian concepts about neoliberal rationality and counter-conduct and the decolonial concept about pre-existences as a form of resistance. To support the debate, an extension action, Parque das Ocupações, will be presented. It is developed together with two research projects and based on the existence of natural cultural hybrids at the territory. Methodological and epistemological subversions were necessary for the construction of a non-colonial posture from those involved in this action.

Keywords: Urban occupations. Conduct.. Cultural natural hybrids.

QUIEN LO OCUPA CONSTRUYE CONTRACONDUCTOS

Resumen

Este artículo pretende discutir las formas de intervención urbana en territorios socialmente vulnerables, teniendo como referencias teóricas los conceptos foucaultianos de racionalidad y contraconducta neoliberal y el concepto descolonial de preexistencias como forma de resistencia. Para estimular el debate, se presentará una acción extensionista, el Parque das Ocupações, desarrollada junto con dos proyectos de investigación, y anclada en el reconocimiento de la existencia de híbridos naturales culturales en el territorio. Las subversiones metodológicas y epistemológicas fueron necesarias para la construcción de una postura no colonial por parte de los involucrados en esta acción .

Palabras-claves: Ocupaciones urbanas. Contra conducta. Híbridos naturales culturales.

Introdução

Para a reflexão sobre "Espaços para a Vida" proposta nessa edição dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC, o presente artigo se debruça no debate sobre processos de intervenções urbanísticas e paisagísticas em territórios socialmente vulneráveis que, na maior parte das vezes, partem de diagnósticos concebidos a partir de problemas e soluções pré-estabelecidos, pautados por evidências físicas e materiais ou mesmo por conceitos sociológicos que, mesmo calcados em pressupostos pedagógicos e participativos bem-intencionados, ignoram os saberes locais. Em outra direção, a proposta apresentada aqui aposta em processos iniciados por mapeamentos das práticas urbanas em curso, a partir dos quais as definições do que sejam potencialidades, fragilidades e principalmente ações serão definidas no encontro dos saberes acadêmicos e dos saberes daqueles que produzem no seu cotidiano os territórios das intervenções.

Para se iniciar a discussão será preciso apresentar o conceito de "racionalidade política" ou "racionalidade governamental", desenvolvido por Michel Foucault (2008). Para o filósofo, a noção "governo" está associada a atividade de reger a conduta dos homens, a partir de técnicas diversas para governar, que atuam em domínios variados, tais como escola, exército, fábrica, etc. Para além de ser uma ideologia ou uma política econômica, trata-se de uma "ra-

cionalidade", ou seja, de uma atividade de governo que organiza e estrutura a conduta dos homens, por meio de técnicas de dominação exercidas sobre os outros e de técnicas de si.

No que se refere à "racionalidade neoliberal" vigente, Dardot e Laval (2016) afirmam que a concorrência é o seu princípio universal e que o "sujeito empresa" é a figura central dessa racionalidade, um sujeito cujo desejo não é simplesmente afetado pelo apelo do consumo e da competição, mas também produtor de um estar no mundo baseado na eficiência e na acumulação individual. Aparentemente, o novo jogo neoliberal é aberto a todos, bastando aprender as suas regras para entrar nele. Entretanto, tais regras são construídas e legitimadas por meio de dispositivos de poder, que são cada vez mais subordinados à lógica do capital, ou seja, não há aí nenhuma liberdade de fato. Essa mudança afeta de tal maneira o jogo democrático que, segundo esses intelectuais, estamos vivendo atualmente em uma "era pós-democrática". (DARDOT, LAVAL, 2016).

Como possibilidade de se contrapor à racionalidade neoliberal, Dardot e Laval afirmam ser preciso a construção de uma outra razão do mundo — uma "contraconduta", capaz de se apresentar como oposição aos procedimentos de condução postos e como modo de se conduzir em relação aos outros: "a contraconduta como forma de

resistência a essa *governamentalidade* [neoliberal] deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 400).

Vale lembrar que o próprio Foucault (1977) já anunciava a mão-dupla que se estabelece em uma relação de poder: "lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (FOUCAULT, 1979, p.90). Diante disso, seria possível afirmar que não se trata de se construir algo novo, mas de visibilizar e potencializar práticas que já existem e resistem à revelia dos processos de sujeição neoliberal.

No contexto latino-americano, a colonialidade faz parte do projeto civilizatório da modernidade como forma de poder. A matriz colonial se baseia na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero). Ao se espacializar, essa forma de poder produz subalternidade e oblitera conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles que são dominados (MIGNOLO, 2004. ESCOBAR 2005, 2016). A cidade formal é pensada a partir do colonizador, o que, por sua vez, possibilita a reprodução e a manutenção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social e essas relações de poder se transformam em espaço. O paradigma do outro, pensamento proposto por

Mignolo, abre a discussão para o entendimento dos territórios não formais da cidade sob a perspectiva da criação, da possibilidade e da diversidade em contraponto ao espaço moderno aos moldes do colonizador.

Nesse ponto é revelador entender, junto a Stengenr (2002), que o capitalismo nos enfraquece, pois mata os possíveis e também a política, quando nos tolhe o pensamento com a profusão de desejos já prontos e desqualifica o outro como possível construtor do próprio desejo, dialogando, dessa maneira, com o conceito apresentado por Dardot e Laval a respeito da racionalidade neoliberal. Procurar e reafirmar essas outras existências no território é, pois, um ato político de resistência, seja ela confrontativa ou não. Para o autor decolonial argentino Walter Mignolo, a colonialidade moderna não se inscreveu em um espaço vazio de significação, mas, sim, em territórios onde pessoas e natureza se relacionavam e conformavam padrões cognitivos próprios. Por isso, "mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, pois não se reage, simplesmente, à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo." (MIGNOLO, 2004).

Com relação ao Brasil, é possível identificar uma r-existência cotidiana, potente e subversiva em várias situações. Nas ocupações urbanas autoconstruídas, por exemplo, essas r-existencias atuam como oposição a uma organi-

zação fundiária excludente ao transformar um terreno ou edifício que não cumpria sua função social, em um outro, repleto de significações de ordem prática e subjetiva. Essas outras práticas se espacializam mesmo sem uma confrontação direta e são resistentes pela sua existência e constituem territórios e territorialidades.

Dentro dessa perspectiva, as ocupações podem ser entendidas como estratégias territoriais, práticas socioespaciais de resistências/r-existência decoloniais de grupos sociais, ainda que seja uma territorialização precária ou uma forma de escapar da precarização territorial (HAESBAERT, 2009). Importante ressaltar que muitas dessas ações são protagonizadas por mulheres, negras e periféricas, que possuem uma forte presença na organização comunitária das ocupações, mobilizando afetos ligados ao cuidado e ao compartilhamento nas práticas do seu cotidiano.

No intuito de se fomentar o debate, será apresentada a proposta do projeto do Parque das Ocupações, desenvolvida no Programa de Extensão Natureza Política[5] da UFMG em parceria com o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)[6], e em associação com

5. Programa de Extensão da Escola de Arquitetura da UFMG. Mais informações ver site: http://naturezapolitica.indisciplinar.com/

6. Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas. Mais informações ver site: https://www.mlbbrasil.org/our_team

duas pesquisas: Jardins Possíveis [7] e Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas[8] . O ponto de convergência do programa e das pesquisas se deu no mapeamento e no reconhecimento de existências e resistências de práticas, que hibridizam natureza e cultura, em um território percebido exclusivamente por meio do conflito legalidade *versus* ilegalidade ou, ainda, luta por moradia versus área de preservação ambiental. Reconhecer essas existências, para além do conflito, como pistas importantes para a construção de outras condutas e, consequentemente, para a construção de diretrizes urbanísticas, implicou em subversões de ordem metodológica e epistemológica, na busca determinada por uma postura não colonial sobre elas.

1 Contracondutas acadêmicas

Diante da necessidade de se construir contracondutas acadêmicas e de reconhecer condutas resistentes e existentes, faz-se urgente propor mudanças teórico-metodológicas na própria universidade. O ponto de referência

7. Jardins Possíveis é uma pesquisa de doutoramento, conduzida por Luciana Souza Bragança, financiada pela PRPQ, que busca entender a relação multiespécies na cidade a partir dos jardins. Mais informações: https://jardinspossiveis.wordpress.com/.

8. A pesquisa "Resíduos sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas" é financiada pelo CNPq, por meio do edital 2016/1.

para essa discussão são projetos de pesquisa e de extensão inseridos no campo da produção do espaço em ocupações urbanas autoconstruídas, que buscam se apoiar em pressupostos colaborativos e não autoritários.

A primeira questão proposta aqui se refere à noção de planejamento e projeto associada à solução de problemas. Vale lembrar que, no caso de intervenções urbanas, normalmente o trabalho se inicia com a elaboração de um "Relatório de Diagnóstico", ou seja, com a identificação dos problemas e das demandas no território, os quais são, via de regra, vinculados a critérios e referências pré-definidos. Entretanto, é sabido que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais e que a evidenciação de determinados dados em detrimento de outros está sempre associada a valores e interesses que a antecedem. Seria, portanto, pertinente iniciar qualquer processo de intervenção urbanística e arquitetônica a partir da problematização e com a evidenciação das soluções já em curso. Assim, a partir desse mapeamento ampliado, dos acordos entre os envolvidos já territorializados, da equipe técnica e moradores, as estratégias necessárias para as intervenções pretendidas podem ser construídas na junção do saber acadêmico e do saber construído na vivência no território.

Outro ponto importante, ao qual se deve atentar, é sobre a formação dos grupos sociais envolvidos, que não ne-

cessariamente são grupos coesos, unidos por interesses comuns e com uma forte identidade. Na prática, os interesses não são coletivos todo o tempo e as identidades são várias e difusas, afinal, nenhum grupo de vizinhança é uma comunidade a *priori*, esse é um processo em constante movimento e transformação (BARTHES, 2003). No caso das ocupações, o sentimento de comunidade é, muitas vezes, acionado a partir da construção coletiva de algum equipamento urbano, que pode funcionar como convocação para um grupo de pessoas se unirem em torno de um objetivo comum, em busca de um sentimento de grupalidade e/ou de pertencimento, mesmo que transitório e em transformação. Entretanto, essa grupalidade é continuamente confrontada com o sentimento real de incerteza da posse da terra e de uma possível e iminente expulsão do território ocupado.

Apesar da importância do uso político do termo "comunidade", é relevante que se tenha um entendimento da real dinâmica dos grupos sociais e não apenas dos grupos socialmente mais pobres, a partir de processos de associações provisórios, seguidos por rupturas e novas composições, em um processo contínuo e não-linear. As marcas deixadas pelas questões de classe são fundamentais para se entender as relações existentes nos territórios pobres, mas elas não esgotam o seu entendimento. Há diferenças de gênero, raça, religião, sexualidade, idade, entre outras que devem ser mapeadas e consideradas. O

mapeamento de situações r-existententes vem justamente no sentido de considerar central as pré-existências no território, tomando o mapa como um instrumento político e uma ferramenta representativa que coloca narrativas em evidência, sejam elas hegemônicas, marginais, resistentes ou inventadas, é preciso cartografar e reconhecer narrativas construídas cotidianamente por mais invisibilizadas que elas estejam.

Com relação ao conceito de participação, tão caro aos processos baseados em importantes conceitos sociológicos, muitas vezes ele está baseado na ideia de algo que se concede, idealizado e decidido anteriormente por outra instância e, por isso, passível de controle. Para se pensar em outros modos de *fazer junto*, vale lembrar do conceito desenvolvido por Roland Barthes (2003) sobre *viver junto*, associado a uma "aporia de uma partilha da distância", que não se estabelece na homogeneidade, mas "permite várias modalidades de encontro, que se desregula e se engendra na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios" (IDEM, p.13).

Por fim, no que tange a relação do projeto arquitetônico com sua execução e gestão, por serem recorrentemente entendidos como etapas distintas e sequenciais, é preciso buscar a aproximação de duas temporalidades distintas, a do projeto relacionada com um tempo futuro e a da execução, que, no caso das ocupações autoconstruí-

das, muitas vezes coincide com o tempo da urgência e da necessidade. Destaca-se que essa disjunção temporal está relacionada aos preceitos capitalistas, cujo modo de produção das técnicas está baseado em um tempo linear, que busca o controle da produtividade e a eficiência. O tempo das práticas coletivas não é funcional, nem puramente linear e cronológico, e sim do *ato em processo*, ou seja, de um planejamento flexível e aberto, atravessado constantemente pelos imprevistos e urgências. O que importa em processos que visam construções coletivas não é exclusivamente se chegar a um produto, mas agregar pessoas em torno de uma ação, em busca de interesses comuns, movidas pela vibração de se construir algo coletivamente.

2 Quem ocupa, cuida e compartilha

No contexto do neoliberalismo das grandes cidades brasileiras, vale destacar duas pautas importantes para uma cidade mais justa: a luta pelo direito à moradia e a luta pela preservação ambiental. Entretanto, para muitos, tais questões são divergentes e de difícil conciliação, visto que, quando os elementos naturais não-humanos não são suprimidos da cidade pela lógica formal de urbanização, eles são "protegidos" e concentrados em territórios de pouco acesso ou de usufruto restrito. Entende-se aqui que o real opositor dessas pautas é o capital imobiliário que, sistematicamente, cria justificativas e estratégias

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

para fomentar divergências e políticas que excluem e ignoram o outro, seja ele: a natureza, a cultura e, principalmente, a moradia para os pobres inserida na cidade (COSTA, PEIXOTO, 2007). Tal ação se fundamenta e se justifica principalmente no processo de separação dicotômica entre pessoas e natureza e na invenção da natureza empreendida na modernidade e na colonialidade. Reconhecer a alteridade, ou seja, a existência e agência (LATOUR, 2012) de outras culturas, de não-humanos, rompe com essa dicotomia e com essa divergência estratégica e tece possíveis convergências relevantes.

No nosso mundo ocidental, o processo de sedimentação da ideia de uma natureza objetiva e exterior ao humano e a ideia de humano não-natural e fora da natureza ocorreu e se aprofundou principalmente com a industrialização. Esse dualismo se mostra primordial para afirmar a preponderância dos humanos sobre os não-humanos, estes englobados pelo conceito moderno de natureza reforçado pelo colonialismo, para a exploração dos bens naturais. Hissa coloca que a "humanidade do humano é, também, a trágica consciência da invenção moderna da exterioridade da natureza e da exclusão social" (HISSA 2008, p.261). As ações de exclusão se reforçam mutuamente e colocam em campos opostos os elementos não-humanos e os humanos. Tal situação, como explicitado acima,

enfraquece resistências, tanto ambientais como de moradia, pois promove disputas no campo dos aliados por uma cidade mais justa para todos. Pensar o planejamento e o projeto a partir das r-existências mapeadas no território consideradas conjuntamente, sejam elas de moradia ou ambientais, abre a possibilidade de hibridação das pautas.

Foi buscando contrapor a esse princípio moderno que se iniciou a construção do projeto do "Parque das Ocupações", na região do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais (Fig. 1), em 2015. Considerou-se sua abrangência, desde esse momento, como sendo sobre toda a área de preservação ambiental e sobre todas as ocupações urbanas que estão inseridas no vale. O foco inicial foram as Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, ambas organizadas pelo MLB.

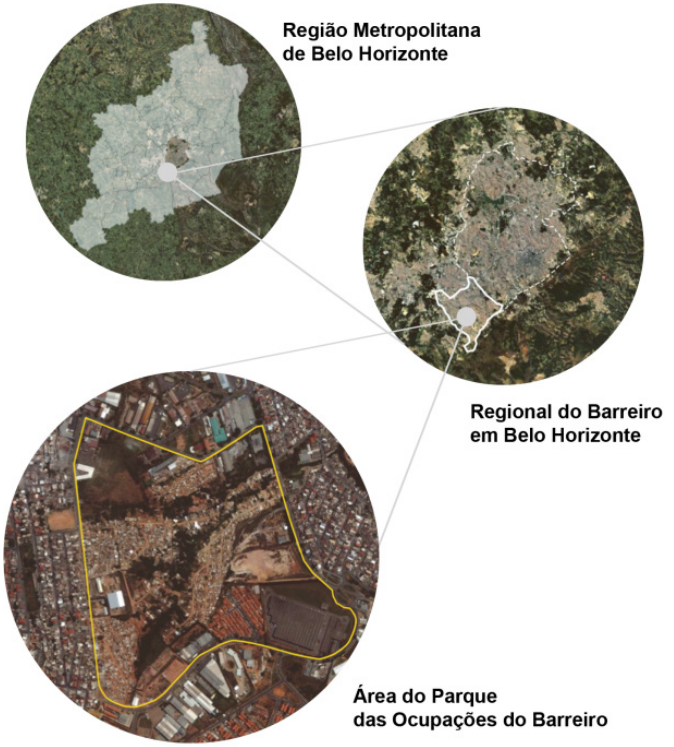


Figura 1 | Localização da área de estudo (parque das ocupações)
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EA-UFMG

Importante ressaltar que a narrativa de um parque como um devir possível para o Vale das Ocupações foi sendo construída a partir de práticas cotidianas já existentes no território, enfatizando aquelas que eram marcadas pelo cuidado e de apreço pelas plantas, animais, água, como também pela troca e pela compartilhamento, identificável, por exemplo, na coleta e reciclagem de resíduos. Outro ponto importante é que as ocupações do Vale estão em processo de negociação junto ao poder público para regularização fundiária. O objetivo mais amplo é a construção de diretrizes urbanísticas e paisagísticas, a partir de práticas e condutas que são r-existências locais e aproximam moradia e meio ambiente.

A metodologia adotada pelo "Natureza Política" subverte de alguma maneira o percurso adotado nas práticas acadêmicas convencionais, nas quais os parâmetros de qualidade urbanística são definidos a *priori* para posterior verificação em campo, subsidiando assim as intervenções no território em questão. Em outra direção, a metodologia adotada aqui entende que os parâmetros devam ser construídos na aproximação de saberes e, por isso, incorpora duas etapas. Primeiramente, por meio de cartografias coletivas, busca-se visibilizar tanto os conflitos quanto às soluções já inventadas. Em seguida, é feita a aproximação das invenções cartografadas no território com os conceitos da academia, tais como resistência, ecologia, sustentabilidade, etc. não para confrontá-los,

mas para buscar possíveis convergências. Tal aproximação é feita com muito critério e rigor, afirmando a existência de outras epistemologias no processo de produção do espaço. Para completar esse processo, a segunda etapa se dá a partir de ações extensionistas que incorporem as r-existências ressignificadas, efetivando intervenções no território que agreguem as possibilidades espaciais locais, além de outras advindas da academia.

Importante ressaltar que esse processo é desenvolvido na articulação entre duas pesquisas e um programa de extensão, o que amplia a pesquisa de campo, na medida em que o território investigado não funciona apenas como local de coleta de dados, mas como espaço vivo de incursões e construção de parcerias. A relação entre pesquisador e pesquisado é também deslocada, ora em direção a troca de saberes e conhecimentos, ora em busca de agenciamentos com o poder público e com atores da iniciativa privada localizada no entorno.

2.1 Quem ocupa também é natureza

A pesquisa "Jardins Possíveis" tem o objetivo geral de compreender a relação entre humanos e não-humanos, a partir da perspectiva dos jardins, no sentido de desvelar outras formas de estar na cidade que não as definidas pelo planejamento urbano hegemônico, e de se afastar

do conceito moderno de natureza. O possível é a chave para identificar e descobrir no território a convivência com a natureza de pessoas que se entendem parte dela, reconhecendo e inventando formas de coexistência no nosso mundo urbano. Nessa busca, a hipótese de trabalho é entender esses espaços r-existentes, especificamente os jardins, e contribuir para pensar a cidade integradamente, pois os jardins são elementos de conexão dos diferentes, de humanos e não-humanos, e constroem uma relação para além das trocas capitalistas no cotidiano.

Na pesquisa o termo jardim é utilizado amplamente e engloba quintais domésticos, espaços públicos plantados coletivamente, além dos espaços de plantio de flores e vasos como eram os jardins no início da colonização. Os jardins são a chave analítica escolhida tanto para a ação extensionista do Parque das Ocupações quanto para a pesquisa. Durante o ano de 2018 e 2019, foram levantados 14 jardins particulares na Paulo Freire e 16 na Eliana Silva, além de 2 hortas comunitárias onde também se cultivam flores, 1 em cada ocupação, 2 nascentes, 1 parquinho e 1 campo de futebol da Paulo Freire. Esses jardins são aqueles que, de alguma forma, as pessoas se engajam pessoalmente e constroem uma relação com os não-humanos, não necessariamente por meio de políticas públicas, e que promovem o encontro e o reconhecimento. Por meio de um mapeamento, baseado na observação participante dos jardins e em entrevistas de caráter

etnográfico, iniciou-se o entendimento sobre os elementos não-humanos como plantas, animais, água e solo nesse território, e seu relacionamento com os humanos. Os dados apresentados a seguir são preliminares e se baseiam nas entrevistas realizadas pelos pesquisadores.

Figura 2 | jardins particulares
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EA-UFMG (imagens coletadas durante mapeamento realizado na ocupação Paulo Freire em 16/12/2019)

As pessoas que mantém jardins em suas casas o fazem, principalmente, pela sua origem em cidades pequenas e zonas rurais. Esses moradores trazem as memórias dessa vivência cultural. A maioria cultiva flores, verduras, legumes e frutas e criam animais em suas casas ou em áreas coletivas da ocupação. Tendo em vista o ambiente da cidade, o ato de plantar como extensão de sua resi-

dência evoca um sentimento e uma memória da natureza cotidiana. Além disso, há um sentimento de aproximação e pertencimento que pode ser notado em frases como: "minha vida é natureza" ou "minha amiga aqui [árvore] tá linda".

Ademais, observa-se uma demanda de cultivo para o sustento da família. Há muitos jardins com plantações de ervas para temperos, remédios, misturados a plantas ornamentais, que são cultivados por todos os familiares. Um exemplo disso é um morador de aproximadamente 40 anos, que não só cultiva várias espécies de plantas como também prepara o adubo artesanalmente, com os resíduos orgânicos da própria casa, e mantém uma sucinta criação de abelhas para a polinização do jardim da residência de aproximadamente 18 m². Além disso, ele constrói uma rede de recebimento de resíduos e distribuição de adubo, fomentando as relações com seus vizinhos, com os animais e plantas. A presença masculina é predominante, mas as mulheres representam 48%.

Pode-se observar também que esse cuidado não é restrito ao ambiente doméstico. Após o plantio da arborização das ruas, promovido pelo Natureza Política em 2018, a maior parte das árvores cuidadas e que sobreviveram estão próximas aos lotes dos jardineiros mapeados. Essa constatação permite inferir que o processo de urbanização das ocupações deva incorporar nas suas diretrizes as práticas cartografadas, inclusive, no que se refere às as-

sociações que existem no território. Adotar parâmetros urbanísticos que determinam a separação funcionalista e higienista entre não-humanos e humanos seria anular e eliminar práticas potentes presentes ali.

2.2 Quem ocupa troca

A pesquisa "Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas[9]" é derivada do trabalho de doutoramento de uma das autoras desse artigo, desenvolvido no período entre 2011 e 2015 e que teve sua continuidade por meio do projeto de extensão Artesanias do Comum[10]. Seu objetivo é o de investigar como e em que medida a prática de coleta e reaproveitamento de resíduos advindos da construção civil se relaciona com conceitos relativos à tecnologia social, sustentabilidade ambiental e cultural e economia solidária.

No processo cartográfico sistematizado em 2019, foi possível identificar tanto as precariedades presentes nas ocupações Eliana Silva e Paulo Freire (Fig. 3) quanto as invenções engendradas pelos moradores, a fim de não se fazer tábula rasa com as soluções em curso. No que diz respeito às precariedades, elas estão presentes tanto na escala do território e da rua (falta de pavimentação,

9. Mais informação acessar: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9WRGLR

10. Mais informações, acessar: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Artesanias_do_Comum

erosões causadas pela chuva, instalações de esgoto precárias, etc) quanto na escala da residência (taludes cortados à 90°, muros de arrimo super ou subdimensionados, infiltrações, janelas e portas sem verga e contraverga e alguns elementos estruturais com problemas construtivos, etc.). Para solucionar ou minimizar os efeitos das precariedades, os moradores criam soluções, que podem ser identificadas tanto no uso compartilhado das ruas por carros, motos, bicicletas e pedestres como em engenhosas soluções construtivas realizadas nas casas e nos espaços coletivos.

Em relação ao material coletado, prática comum nas ocupações autoconstruídas, o mapeamento identificou uma variedade grande (portas, janelas, pallets, madeirites, vasos sanitários, pedras de granito, divisórias, etc.), que é encontrada pelos moradores nas ruas e caçambas das redondezas. Aqueles materiais que estão em melhor estado são procedentes de doações de empresas da região. Esses materiais podem tanto ser utilizados para aquela função que foram produzidos e, não raro, podem ser transformados e ressignificados (Fig. 4), por exemplo um guarda-roupa transformado em vedação, latas de tinta em vasos de plantas e pneus que são usados como contenção, etc.

Figura 3 | Precariedades mapeadas no território
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EA-UFMG
(imagens coletadas durante mapeamento realizado na ocupação Paulo Freire em 19/05/2019)

Figura 4 | Inventos mapeados no território
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EA-UFMG
(imagens coletadas durante mapeamento realizado na ocupação Paulo Freire em 01/06/2019)

Quanto aos motivos alegados pelos moradores para essa coleta, foram mencionados o uso imediato e também um futuro, configurando nos lotes quase que uma "poupança" dos materiais coletados. Em ambos os casos, esse uso pode ser para demandas próprias e para doação, venda ou troca com algum vizinho. Ou seja, há nas ocupações pesquisadas uma potente rede de economia local baseada nessa coleta de materiais, cujo pressuposto pode até não ser de cunho ambiental, mas as consequências nessa direção são evidentes.

Essa rede nos remete às reflexões feitas por Polanyi (2000) sobre os princípios de comportamento das economias empíricas, a *reciprocidade* e a *redistribuição*, baseadas na "ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas", com garantia de ordem na produção e na distribuição (Polanyi, 2000, p.67). Um outro princípio abordado por Polanyi é o da *domesticidade*, ou "produção para uso próprio" (Polanyi, 2000, p.70).

Aposta-se que mapear e reconhecer essa rede de troca na sua potência pode contribuir para fortalecê-la, na medida em que o olhar acadêmico pode contribuir para credenciar e legitimar uma conduta econômica que funciona sob pressupostos que não o da acumulação e da competição. Além disso, trata-se de uma prática sustentável não apenas em termos econômicos, mas também

ambientais, mesmo que esse não seja o intuito de quem coleta e recicla. Em outras palavras, o discurso acadêmico nesse mapeamento pode ter a função de revestir simbolicamente práticas cotidianas consideradas banais, mas que são pistas importantes para a construção de contracondutas capazes de se opor à racionalidade neoliberal vigente, inclusive no planejamento urbano.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que a convergência das duas pesquisas pode ser feita por meio de uma cartografia híbrida dos elementos naturais culturais (Fig. 5), assim como de atividades extensionistas.

Figura 5 | Edição de figura padronizada de acordo com o inventário natural-cultural, ressaltando os inventos (vedação externa) e a natureza (muda plantada)
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EA-UFMG
(imagem coletada durante mapeamento realizado na ocupação Paulo Freire em 16/12/2019)

3 A extensão como campo de redes e de outras condutas urbanas

Diante das cartografias realizadas, da visibilização de práticas cotidianas potentes e inventivas, de uma natureza agente, surge para nós, pesquisadores e técnicos, o desafio de construir, junto aos moradores e também para fora das ocupações, estratégias para afirmar os pressupostos da epistemologia local, entendida aqui como um híbrido natural cultural. A proposta desenvolvida no projeto do "Parque das Ocupações", desenvolvida na extensão, incorpora as soluções cartografadas no território, junto às opções construtivas e urbanísticas credenciadas pela academia e pelo saber técnico, num processo de construção mutuamente afetado entre a técnica acadêmica e o território cotidiano.

Ao longo desses anos, por meio de uma rede de parcerias, constituída por atores diversos - moradores das ocupações, coordenação do MLB, poder público por meio de um técnico da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), empresa vizinha do território por meio do seu departamento socioambiental (VINA)[11] e universidade, foi possível efetivar diversas ações de plantio no Parque das Ocupações. Importante lembrar dos preceitos da extensão universitária que, além de afirmar a indissociabi-

11. Mais informações acessar: https://vinaec.com.br/socio-ambiental/

lidade entre ensino, pesquisa e extensão, objetiva "a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade." (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras XXVIII Encontro Nacional 2010).

Diante desse princípio, o papel do educador não é o daquele que transfere conhecimento para o educando, visto ainda como aquele que nada sabe. No encontro entre saberes, há de se promover a curiosidade epistemológica e fazer circular a crítica e a criatividade, como nos propõe Paulo Freire. Assim sendo, no projeto Parque das Ocupações, a arborização das ruas e dos espaços coletivos das ocupações tem como proposta a promoção do que se denominou "contra-invasão do verde", no intuito de subverter com humor e ironia o entendimento do senso comum que as pessoas que ali moram são invasoras, oportunistas e destruidoras do meio ambiente.

O processo da arborização também teve início em 2016, com o início do mapeamento da relação dos moradores com a vegetação, a partir do qual foi possível perceber que, apesar da subtração dessa vegetação nas fronteiras entre o território das moradias autoconstruídas e a área de preservação ambiental, as plantas retornavam às ocupações sob a forma de jardins em lugares diversos. Isso ocorre por vários motivos: desde a necessidade alimentar, passando pela composição da renda familiar, ao prazer proporcionado pelos jardins até alcançar a memó-

ria afetiva associada aos sabores, à beleza e ao cheiros das plantas, além da atração da presença dos animais, principalmente pássaros e borboletas.

Foram, então, desenvolvidas propostas de arborização compostas por árvores da mata nativa para recomposição da mata ciliar e por aquelas identificadas no mapeamento como árvores dos afetos. Foram também incluídas árvores imunes de corte protegidas por lei estadual, chamadas por nós simbolicamente de árvores de resistência, como um "ato de sequestro", cujo refém, a árvore imune ao corte, garantiria também a permanência dos moradores reforçando a possibilidade de resistência conjunta.

Em novembro de 2018, houve uma ação coletiva de arborização das primeiras ruas da ocupação Paulo Freire. A COPASA - em parceria com a ONG Boi Rosado - conseguiu a doação de 80 mudas de diversas espécies: pitanga, pata de vaca, ipês, amora e até um pau Brasil. O departamento socioambiental da VINA doou paliçada, para a drenagem no fundo dos berços cavados, e adubo. À vista de não se tornar apenas uma ação pontual e sem envolvimento dos moradores da ocupação, a equipe do Natureza Política elaborou jogos e uma maquete, no intuito de se fomentar discussões sobre os conflitos potenciais do plantio e de acordar procedimentos e condutas para o cuidado das mudas. O envolvimento dos moradores na atividade preparatória foi intensa, inclusive, com um certo protagonismo das mulheres das ocupações e dos mora-

dores com jardins já identificados.

O plantio, então, foi realizado nas duas primeiras ruas da ocupação Paulo Freire, respeitando os acordos realizados e conciliando as árvores com a futura instalação dos postes de energia. As árvores foram localizadas na linha divisória dos lotes para evitar futuros conflitos com as construções. Vale apontar que a participação dos moradores no plantio foi muito menor que nas atividades preparatórias e que, novamente, prevaleceu a presença das mulheres e das crianças.

Quanto às práticas de reciclagem, no segundo semestre de 2017, a VINA fez uma doação de um ônibus ao MLB. Em reuniões com todos os integrantes da rede, ficou definido que sua transformação deveria acolher atividades importantes para os moradores das ocupações, tais como realização de feiras, sessões de cinema, além, é lógico, da sua função principal, promover maior mobilidade urbana aos moradores das ocupações organizadas pelo MLB. Por meio de mutirão, alguns bancos internos foram retirados para dar lugar a um novo mobiliário, produzido pelos alunos do Design numa disciplina ministrada por uma das autoras do artigo na Escola de Arquitetura. Nesse mutirão, também houve a instalação de um toldo na lateral externa do ônibus que, quando esticado na horizontal, formaria uma tenda agregando atividades sob ele e, quando esticado verticalmente, funcionaria como uma grande tela de projeção de filmes.

É curioso observar que nas atividades em torno do projeto arquitetônico para a definição sobre as transformações do ônibus houve uma maior mobilização das mulheres que organizam feiras e festas, bem como das crianças, que se interessam pelos mapeamentos em função do seu caráter lúdico. Já nas atividades de execução das propostas acordadas, o envolvimento maior foi dos homens, seja por conta da força física ou de uma habilidade específica, como foi o caso do serralheiro responsável pela instalação do toldo.

Por fim, houve a alteração estética da carcaça do ônibus, no intuito de se criar uma identidade visual para o coletivo. Palavras foram pintadas, sob a forma de um *skyline,* nas laterais do ônibus, pelos próprios bolsistas da extensão e da pesquisa, com o apoio dos funcionários da VINA, que também disponibilizou tintas e equipamentos de pintura. Nessa atividade, os moradores do vale das ocupações não participaram, já que na ocasião o MLB havia organizado uma ocupação em um prédio na região central de Belo Horizonte. As definições sobre quais palavras comporiam a identidade do ônibus foram acordadas apenas com a coordenação do movimento, daí, inclusive, surgiu seu nome de batismo: MLBus. Durante o ano de 2018, o ônibus circulou pela cidade, coletando assinaturas para a formação do partido político criado pelo MLB e outros movimentos de luta parceiros, a Unidade Popular pelo socialismo (UP), promovendo bazares e atividades

de formação política e, claro, levando os moradores às reuniões, manifestações, sessões de cinema no centro.

No início de 2019, no intuito de se fazer um balanço geral das atividades desenvolvidas ao longo dos últimos anos, foi promovida uma reunião com a presença de todos os integrantes da rede de parceiros. Nessa reunião, foram apontados vários problemas mecânicos no MLBus ocorridos em 2018, que poderiam ser evitados se tivesse havido uma manutenção sistemática do veículo. Entendendo as dificuldades do movimento para efetivar a manutenção e a gestão do uso do veículo, a VINA fez uma grande revisão mecânica com as devidas reparações que o veículo necessitava e ofereceu um curso de logística para um integrante do MLB e um curso profissionalizante de mecânica para dois moradores das ocupações, visando, assim, à autonomia do movimento para assuntos técnicos relativos ao funcionamento do ônibus. Destaca-se que, paradoxalmente, a autonomia almejada esteve, em diversos momentos, não totalmente dissociada do risco do estabelecimento de uma relação paternalista entre empresa e movimento social. Havia, pois, um consenso que era preciso atentar para esse risco.

Com objetivo de alinhar as parcerias e fazer uma revisão do processo da construção do Parque das Ocupações - uma vez que a dificuldade de mobilização dos moradores para questões coletivas impossibilitava a efetivação de diversas ações de continuidade ao parque -, houve,

no começo de julho de 2019, uma reunião dos atores envolvidos no projeto (movimento social, extensão universitária, empresa e poder público). Assim, acordou-se a criação de quatro grupos de trabalho para incrementar as atividades de campo: GT mobilização, GT urbanização (drenagem e pavimentação), GT arborização, GT reciclagem de resíduos.

A fim de fomentar a sensibilização sobre a pauta ambiental, o GT mobilização organizou em agosto uma sessão de cinema na Paulo Freire, tendo como temática a agroecologia, seguida de uma roda de conversa. Para atrair os moradores, foi feita canjiquinha e pipoca, com o apoio da VINA na compra dos ingredientes. Apesar do frio e da dificuldade de mobilização, a participação dos moradores foi avaliada pela coordenação dos MLB como sendo significativa.

Como primeira atividade do GT arborização, foi realizada também em agosto uma visita à Ocupação Paulo Freire, no intuito de se fazer uma segunda avaliação das mudas plantadas em novembro de 2018. Constatou-se que algumas mudas tinham morrido, outras estavam disputando espaço com entulhos e materiais de obra, mas muitas haviam sobrevivido e crescido bastante no espaço de tempo de aproximadamente 10 meses. Vale destacar que as árvores que cresceram estavam em frente ou próximas às casas cujos moradores mantém jardins, pois eles estavam cuidando da adubação e rega das mudas.

Outra ação importante do GT arborização aconteceu no início de setembro, em uma visita à área de preservação localizada entre as ocupações Eliana Silva e Nelson Mandela, na qual foi identificado um cedro de tamanho e idade considerável e foi localizado um poço de criação de peixes, já, inclusive, indicado por moradores na pesquisa "Jardins Possíveis". Nesse dia, foi também feita a coleta de amostras da água das nascentes, para análise laboratorial, cujo resultado acusou a presença de coliformes fecais, ou seja, inapropriado para consumo ou banho. Pela localização da nascente, concluiu-se que a contaminação era consequente, não apenas do esgoto da Eliana Silva, mas também da ausência de rede ampla da COPASA instalada no bairro vizinho localizado a montante do vale das ocupações.

Na sequência, em setembro, os GT's mobilização e arborização organizaram uma trilha pela área de preservação, que contou com a participação de moradores, integrantes do MLB, funcionários da VINA e equipe do Natureza Política. Foi feito o plantio de 2 mudas de ipê na região das nascentes visitadas, acompanhado por um piquenique, abrindo simbolicamente o início da primavera do parque e marcando o entendimento dos ciclos da natureza. Novamente, a maior parte dos moradores participantes foi de mulheres e crianças.

Com relação às atividades do GT reciclagem de resíduos, no dia da trilha foi proposto aos moradores presentes a realização de uma oficina de reciclagem, a ser oferecida pela designer da VINA e pela equipe do Natureza Política. Naquele dia, houve o interesse de algumas pessoas, na maioria mulheres que já fazem algum tipo de trabalho manual, necessitadas de melhorar a sua renda. Entretanto, ao longo do semestre, essa atividade foi se revelando mais difícil de viabilizar, seja por conta do horário e do local da oficina (aos sábados na sede da empresa), ou do não entendimento entre os proponentes, que discordavam entre si quanto aos métodos e propósitos.

Outra frente de ação coordenada pelo GT reciclagem foi a transformação do *container* da Ocupação Paulo Freire, naquele momento usado apenas como depósito de doações e outros materiais do movimento, para abrigar novos usos, tais como reuniões, biblioteca, etc. A equipe do Natureza Política produziu uma fotomontagem da nova configuração espacial acordada com os moradores da ocupação (Fig. 6) e, na sequência, houve um mutirão para preparo do local - limpeza do mato, acerto do nível do terreno, etc.

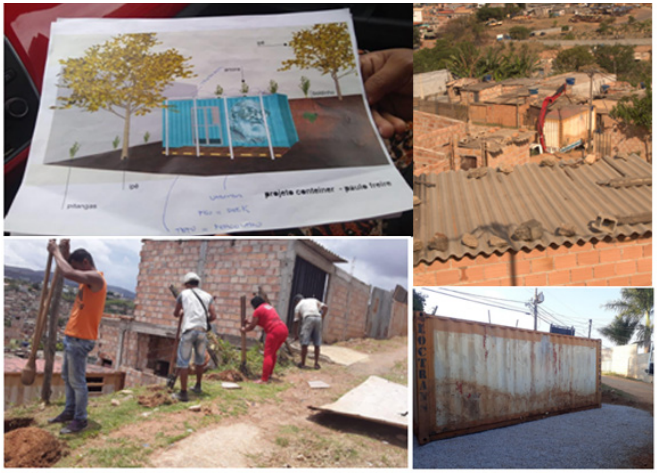


Figura 6 | Fotomontagem, transferência do contêiner na ocupação e mutirão
Fonte: Natureza Política/Indisciplinar/EAUFMG
(processo de transferência do contêiner e plantação das mudas realizada em dezembro de 2019)

Por fim, para finalizar as ações de plantio do semestre, foi acordado que no terreno onde foi instalado o *container,* seriam plantadas mudas de boldinho na encosta a fim de evitar possíveis deslizamento de terra. O boldinho é uma espécie de planta que tem propriedades medicinais e uma conotação religiosa, ligada à matriz africana, iden-

tificada como elemento de poder nas entrevistas. Também foi decidido que seriam plantadas mudas de amora e pitanga ao longo da divisa do terreno para proporcionar sombra, frutas, presença de pássaros e crianças no entorno do *container*. Para tal, houve o preparo da encosta por um funcionário da VINA e um mutirão dos moradores para a abertura dos berços das árvores. Apesar da mobilização para essa atividade ter se iniciado com bastante empenho, a sua finalização não aconteceu, em função da realização de outros eventos já agendados pelo movimento (festas de natal, festa da creche Tia Carminha, etc.) e do início do período de chuvas na cidade. Essas atividades estavam programadas para serem retomadas em março de 2020, mas, em razão da pandemia do novo Coronavírus, ela não aconteceu.

As atividades do GT reciclagem seriam retomadas em abril, em duas frentes: reforma do container e oficina de reciclagem do seu mobiliário. Novamente, em função do isolamento social imposto pelo novo vírus, essas atividades ainda não aconteceram. No que diz respeito ao GT urbanização, a articulação entre os integrantes foi mais difícil e as atividades relacionadas à discussão sobre opções para a drenagem e para a pavimentação não aconteceram. Infelizmente, quando vieram as chuvas de janeiro, que no ano de 2020 foram mais intensas que nos anos anteriores, vieram junto os deslizamentos de terra nas encostas, principalmente na Ocupação Paulo Freire.

Como o poder público não conseguiu atender às demandas de toda a cidade, mais uma vez o MLB recorreu ao apoio da equipe do programa Natureza Política e da VINA, que se efetivou por meio de avaliação técnica e de disponibilização de máquina, operador e material drenante.

Um fato importante que vale relatar se refere às ações realizadas durante a pandemia, empreendidas pelo movimento junto aos moradores das ocupações, sem a participação e o apoio da universidade e da empresa, para a retirada de lixo de pontos críticos do vale, com instalação de lixeiras e de mobiliário urbano e plantio de mudas nativas. Dessa vez, o movimento acionou o poder público para a disponibilização de máquinas e operadores.

Avalia-se que a rede de parcerias para a construção do Parque das Ocupações vem se configurando sob diversos formatos, desde situações nas quais o assistencialismo foi urgente e necessário, como no episódio das chuvas de janeiro, passando por momentos de interação e mobilização significativa, até por ações autônomas, que reforçam a percepção sobre as práticas do cuidado, que são presentes no território desde sempre, mas que foram sendo atualizadas ao longo dos anos, inclusive, na incorporação da pauta ambiental no discurso e na prática do MLB.

Considerações finais

Diante da inquietação de se investigar contraposições aos processos de subjetivação presentes na racionalidade neoliberal, foram mapeadas práticas cotidianas nas ocupações urbanas autoconstruídas do Barreiro, que têm o cuidado, o compartilhamento e a reprodução da vida como centrais. Reconhecer essas práticas como pistas importantes para a construção de outras condutas, implicou em subversões de ordem metodológica e epistemológica, na busca não de uma idealização e de uma romantização dessas práticas, mas de uma postura não-colonial sobre elas, entendendo-as como r-existências potentes na produção daquele território.

Além disso, o reconhecimento de vários atores, inclusive os não-humanos, reforçou propostas urbanísticas para o território a partir dos híbridos mapeados, como a desenvolvida para a arborização, que aproximou as duas pautas, ambiental e por moradia, na identificação de potenciais cuidadores para as árvores plantadas. Ainda, a incorporação da pauta ambiental pelo MLB pode ser percebida como resultado do processo do Parque e aponta para ações futuras integradas e não-colonizadas.

Para efetivar as intervenções realizadas, foi preciso a construção de uma rede de parceiros, composta por moradores e movimento social, academia, poder público e iniciativa privada e também dos não-humanos. En-

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

tretanto, como mencionado no tópico 2, os grupos não são comunidades a *priori* e as convergências não são da ordem do natural e espontâneo, mas construídas coletivamente, diariamente. Descompassos fazem parte dessa construção e eles surgem por diversos motivos. Alguns são superados, mas, todo o tempo, surgem novos e é possível dizer que o maior deles continua sendo aqueles relativos ao agenciamento transversal das expectativas de atores tão diferentes - universidade, comunidade socialmente vulnerável, movimento social de luta, empresa, poder público, agentes não-humanos.

A tentativa é de convergir para a construção de um objetivo comum, sem, contudo, apagar as várias diferenças postas e as singularidades de cada um. Nesse sentido está sendo primordial conhecer, entender e agir com esses diversos atores, a partir das pesquisas e mapeamentos empreendidos, do trabalho da extensão universitária, da promoção de encontros entre os diversos dos projetos e construções realizados.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio dos nossos programas e projetos; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da UFMG; à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFMG. Aos moradores e moradoras das Ocupações Eliana Silva

e Paulo Freire, ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ao departamento socioambiental da VINA e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Referências

BARTHES, Roland. **Como viver juntos**: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; PEIXOTO, Mônica Campolina Diniz. Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Rev. bras. estud. popul**., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 317-336, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982007000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. **Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **De baixo, pela esquerda e com a terra**. 2016. Disponível em:<https://singa2017.wordpress.com/2016/12/01/de-baixo-pela-esquerda-e-com-a-terra/>.

_____ **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? Buenos

Aires: CLACSO, 2005.

FREIRE, P. **A pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fortes, 2008.

_____ **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

HISSA, Cássio. **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiplicidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Fanny Wrabel. – ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

STENGER, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

LUGARES DO SABER KAINGANG: CULTURA E ESPAÇO ESCOLAR[1]

Fernanda Machado Dill[2]
Ayrton Portilho Bueno[3]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p183

Resumo

Este artigo trata da análise dos diversos espaços voltados para a educação indígena Kaingang na Aldeia Kondá. Ao analisar a comunidade, percebe-se que a educação das futuras gerações transcende o espaço escolar formal e transita por outros lugares que possibilitam o protagonismo tanto das crianças quanto de anciãos e professores da comunidade. A partir da observação participante e dos registros de história oral, essas novas formas

1. Este artigo toma por base parte da investigação presente na tese de doutoramento de Fernanda Machado Dill, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientado pela professora Dra. Margarita Nilda Angeli Barretto.

2. Arquiteta e Urbanista pelas Faculdades Barddal de Artes Aplicadas, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina / PósARQ-UFSC. E-mail: fernanda.dill@gmail.com

3. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina / PósARQ-UFSC E-mail: ayrtonbueno@hotmail.com

de aprender e de ensinar são discutidas e relacionadas frente à cultura e à legislação vigente sobre a educação escolar indígena.

Palavras-chave: Arquitetura escolar. Educação indígena. Aldeia Kondá. Cultura Kaingang.

PLACES OF KAINGANG KNOWING: CULTURE AND SCHOOL SPACE

Abstract

This article deals with the analysis of the diverse spaces dedicated to Kaingang indigenous education in Aldeia Kondá. When analyzing the community, it can be seen that the education of future generations transcends the formal school space and transits through other places that make it possible for the children, community elders and teachers to play a leading role. Based on participant observation and oral history records, these new ways of learning and teaching are discussed and related to the culture and current legislation on indigenous school education.

Keywords: School architecture. Indigenous Education. Kondá village. Kaingang culture.

LUGARES DE CONOCIMIENTO DE KAINGANG: CULTURA Y ESPACIO ESCOLAR

Resumen

Este artículo aborda el análisis de los diversos espacios dedicados a la educación indígena Kaingang en Aldeia Kondá. Mediante el análisis de la comunidad se da cuenta de que la educación de las generaciones futuras trasciende el entorno escolar formal y se mueve por otros lugares que permiten el papel de los niños y los ancianos de la comunidad y los maestros. Sobre la base de la observación participante y los registros de historia oral, estas nuevas formas de aprendizaje y enseñanza se discuten y se relacionan con la cultura y la legislación actual sobre educación escolar indígena.

Palabras-claves: Arquitectura escolar. Educación indígena. Pueblo de Kondá. Cultura Kaingang.

Introdução

O povo Kaingang, em contexto similar ao de outros povos indígenas que habitam o território brasileiro, sofreu ao longo de décadas com contínuas ações do Estado que objetivavam sua assimilação pela sociedade nacional e o abandono da cultura tradicional. No entanto, no interior das próprias comunidades, iniciou-se um processo de luta e resistência para garantir a continuidade cultural e o direito de manter seu modo de viver específico.

Nesse contexto, a educação indígena emerge como principal instrumento voltado à afirmação de práticas culturais tradicionais, sobretudo no que diz respeito ao aprendizado da língua materna, das relações com a natureza e da fabricação do artesanato. No entanto, os espaços escolares disponíveis nem sempre são adequados para as atividades de ensino pretendidas. Nas comunidades Kaingang do estado de Santa Catarina, observam-se diversas configurações espaciais das escolas, alguns espaços sem aderência à cultura [4] dificultam o aprendizado de práticas tradicionais e não geram sentimento de pertencimento e identificação entre escola e comunidade, limitando as potencialidades da relação ensino-aprendizagem no meio indígena. Outros resultados são observados em espaços escolares cujos processos projetuais contemplaram eta-

4. Pode-se citar o exemplo das Escolas das Terras indígenas Toldo Pinhal, Toldo Imbú e Toldo Chimbangue.

pas participativas, resultando em lugares intimamente ligados às necessidades práticas e valores simbólicos das comunidades indígenas[5] .

Como possibilidade de articular esses contextos extremos, identifica-se a comunidade da Aldeia Kondá, que teve seus espaços educacionais transformados e adaptados ao longo do tempo, equilibrando lugares específicos para a educação escolar e outros que transcendem as fronteiras da escola e têm a produção do saber voltada à continuidade cultural.

Este artigo se propõe a descrever e discutir os espaços formais e informais utilizados na educação da Aldeia Kondá, considerando que, ao abordar o Povo Kaingang em suas especificidades culturais, as atividades curriculares desenvolvidas no espaço escolar suprem parcialmente as inúmeras facetas que compõem a educação indígena, construída coletivamente com o objetivo principal da valorização do saber tradicional e afirmação das especificidades culturais.

Para construir essas reflexões, foram adotadas estratégias metodológicas que compreendem a pesquisa bibliográfica/teórica a respeito da cultura Kaingang e da regulamentação voltada à educação escolar indígena, visitas

5. Escola indígena Cacique Vankre da Terra indígena Xapecó.

exploratórias, relatos de história oral e observação participante.

Metodologia

Para a definição das estratégias metodológicas adotadas na pesquisa, buscou-se uma abordagem multidisciplinar, pois história, antropologia, geografia e arquitetura e urbanismo têm encontrado caminhos diferentes para responder aos problemas de pesquisa nos estudos de grupos culturalmente específicos.

As visitas exploratórias representaram a primeira aproximação com a comunidade de estudo e foram registradas por meio de desenhos, anotações e fotografias (REINGHANTZ *et al*, 2008). Base da pesquisa exploratória, as visitas têm como característica, segundo Theodorson e Theodorson (1970), o caráter preliminar na intenção de tornar o pesquisador familiar com o grupo de estudo. Foram realizadas visitas de caráter exploratório, com foco na identificação dos lugares voltados para a educação e atividades de ensino na comunidade.

Os relatos de história oral consistem em uma prática de apreensão de narrativas destinadas a recolher testemunhos e promover análises de processos sociais do presente. A História Oral contribui na construção de uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da trajetória do grupo social que se pretende estudar, além

de ser um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica (LOZANO, 2002). A perspectiva de dar igual valor à fonte escrita e à fonte oral e o anseio de ouvir o que os indígenas falam de si mesmos, de sua comunidade, da forma de educar as crianças e do lugar onde vivem, constituem o cerne do interesse pelo uso da história oral, especialmente no que tange o objeto de estudo, haja vista a representatividade da tradição oral entre os Kaingang, tornando a história oral fundamental para a compreensão do seu modo de viver.

Por fim, a observação participante é utilizada por acreditar que a apreensão de um contexto social específico só pode ser concretizada se o observador puder imergir e se mesclar ao grupo social investigado, de modo a reduzir as resistências e o distanciamento entre pesquisador e o grupo. Segundo Mann, é uma "[...] tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando o observador um membro do grupo de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles" (MANN, 1970, p. 96). Só então, pode-se compreender a relação estabelecida no cotidiano, entre os espaços, nas atividades de ensino e os significados atribuídos pelo grupo. A utilização do olhar da etnografia possibilita a obtenção de informações que não estão inicialmente no escopo das técnicas de investigação, mas que representam o olhar do pesquisador, do outro, de quem está apenas temporariamente dentro da comuni-

dade.

Essa investigação é construída no diálogo entre etnografia e história oral, admitindo etapas exploratórias, de aproximação e imersão junto à comunidade com o olhar voltado para os espaços produzidos para abrigar práticas culturais, educacionais e demais relações humanas.

Educação escolar indígena

A presença de escolas em comunidades indígenas inicia-se por meio de atividades missionárias, que atendiam a uma política de desagregação e dominação. Antes desse processo impositivo, a educação indígena consistia nos ensinamentos passados de geração para geração cotidianamente, com o objetivo de garantir a sobrevivência e continuidade cultural do grupo. As atividades, majoritariamente lideradas por anciãos e anciãs, ocorriam na sombra de árvores, em torno do fogo de chão e nos longos percursos realizados para a coleta e caça. O mundo habitado tornava-se uma vasta sala de aula, assim, mais do que espaços de permanência, os lugares de passagem eram fundamentais para os processos de aprendizagem intergeracional.

A partir do contato com os não indígenas, as formas tradicionais de educação foram invisibilizadas e destituídas no processo de inserção do ensino escolarizado (ROSA, 2009), que tinha como objetivo a formação de mão de

obra voltada principalmente ao manejo da terra, tornando os aldeamentos mais produtivos e economicamente lucrativos. Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, as ações se voltaram à 'proteção' dos indígenas durante sua integração à sociedade nacional (TASSINARI, 2008).

Esse modelo deu continuidade ao processo civilizatório e, por consequência, tornou as populações indígenas dependentes das ações governamentais. Na década de 1960, o novo modelo proposto pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) indicou um avanço no pensamento sobre educação e infância indígenas. Mesmo com a continuidade de políticas de assimilação cultural, nas escolas identifica-se o ensino bilíngue e a presença de monitores indígenas, aspectos que respondem aos esforços e lutas por direitos relacionados à educação diferenciada e valorização cultural.

A partir de 1970 surgiram as primeiras orientações para a educação escolar indígena, resultado dos movimentos de luta pela demarcação das terras tradicionais, pelo reconhecimento das diferenças étnicas e pela continuidade cultural. Essa temática passou a ser discutida nas comunidades e viabilizou a criação de leis específicas para a educação escolar indígena. O movimento, que se fortaleceu em plena ditadura militar, foi formado por represen-

tantes dos povos indígenas e participou da Assembleia Constituinte, contribuindo no processo de aprovação da Constituição de 1988.

Os direitos conquistados com a Constituição de 1988 (CF/88), como o Decreto nº26, de 4 de fevereiro de 1991 (BRASIL, 1991) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 (BRASIL, 1996), dão início a uma nova etapa na educação indígena no Brasil, que valoriza a diversidade étnica ao reconhecer especificidades culturais identitárias.

O protagonismo das comunidades indígenas aliado a setores historicamente comprometidos com a causa fez com que, a partir desse momento, alguns direitos fossem estabelecidos por lei: o respeito às especificidades culturais, à organização social, seus costumes, línguas, crenças, tradições e principalmente o direito à educação específica e diferenciada, reconhecendo e uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena (RCNEI, 1998) estabelece que a educação escolar indígena deve ser comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. Comunitária, porque deve ser conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isso se refere tanto ao currículo quanto aos modos de admi-

nistrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada. Intercultural, porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover comunicação entre experiências socioculturais e históricas diferentes, considerando equidade entre culturas, estimulando o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, contribuindo no combate as relações de desigualdade construídas historicamente.

Deve ser bilíngue, pois entende-se que as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, ou seja, todos os aspectos que envolvem a continuidade sociocultural das sociedades indígenas são, na maioria dos casos, manifestados através da oralidade e do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos indígenas que são hoje monolíngues em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identitários, constituindo, assim, um quadro de bilinguismo simbólico importante. Por fim, deve ser específica e diferenciada, pois precisa ser concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares do povo indígena ao qual a comunidade pertence, viabilizando autonomia da escola indígena em rela-

ção a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena.

Entende-se que entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios. Consideram, em sua visão de sociedade, relações que transcendem as humanas, admitindo seres e forças da natureza com as quais estabelecem igualmente relações de cooperação e intercâmbio para adquirir e assegurar a estabilidade e equilíbrio da comunidade. Tais sociedades, originalmente de tradição oral, são menos marcadas por desigualdade internas e mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram, o que não impede a constatação de diversas assimetrias e disputas internas como será abordado a seguir.

A formação de crianças e jovens é um processo articulado, responsabilidade da comunidade como um todo e contempla diversos processos de aprendizado, dos quais apenas uma parcela se constrói na escola, por isso a importância da diversidade de espaços de construção do conhecimento em contextos comunitários locais. Os princípios da educação escolar indígena incluem ainda a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas (RCNEI,

1998).

Com o intuito contribuir para viabilizar a educação escolar indígena, a FUNAI elaborou um documento de orientação para a construção de escolas em aldeias indígenas, pois se entende que os lugares responsáveis por abrigar essas atividades educacionais precisam estar de acordo com a lógica cultural da comunidade que pretendem atender. O documento orienta que, após um povo demonstrar interesse pela implantação de uma escola em seu território, os procedimentos se iniciarão com uma reunião entre a comunidade, a FUNAI local e a instituição que será responsável pela construção e operacionalização da escola (FUNAI, 2018).

Dessa forma, deve ser realizada uma consulta livre, prévia e informada à comunidade, conforme estabelecido na Convenção n°169/OIT, com discussões sobre o projeto a ser realizado: se há a adequação dos moldes arquitetônicos à cultura local (tendo em vista que a legislação correspondente permite a realização de projetos que atendam as especificidades culturais e as condições ambientais da comunidade), a definição do local da obra na comunidade, quais e quantas turmas serão atendidas, etc. Novamente, considera-se a importância de o plano da edificação buscar, de alguma forma, atender ao projeto pedagógico da educação diferenciada.

A cultura Kaingang

Essa pesquisa entende a cultura como um sistema complexo aprendido, no qual qualquer disposição genética ou geográfica é superada pelas práticas vivenciadas e observadas cotidianamente. Assim, torna-se um potencial instrumento de identificação coletiva e por isso deve ser ensinada e aprendida no interior das comunidades, fazendo dos espaços educacionais, possíveis potencializadores da cultura. As especificidades culturais que caracterizam o Povo Kaingang constituem um amplo universo. Por isso, nesse artigo serão priorizados os aspectos da cultura tradicional que possuem relação com os lugares destinados à educação na contemporaneidade.

Os Kaingang, assim como outros grupos Jê, são estruturados a partir de uma organização social dualista, patrilinear, exogâmica e matrilocal (TOMMASINO; FERNANDES, 2001). Ou seja, compostos por dois grupos de linhagens de parentesco transmitidas pelo pai aos descendentes, nos quais as alianças matrimoniais sempre se dão entre indivíduos pertencentes às metades opostas e, após o casamento, o noivo vai morar com os pais da noiva.

As metades criadoras da sociedade recebem os nomes dos heróis mitológicos Kamé e Kairu. No mito de origem coletado por Telêmaco Borba (1908), encontra-se uma versão da cosmologia dualista Kaingang: nesse mito Kamé e

Kairu produzem não apenas as divisões entre humanos, mas também a divisão entre os demais seres e elementos da natureza conforme ilustra a Figura 1:

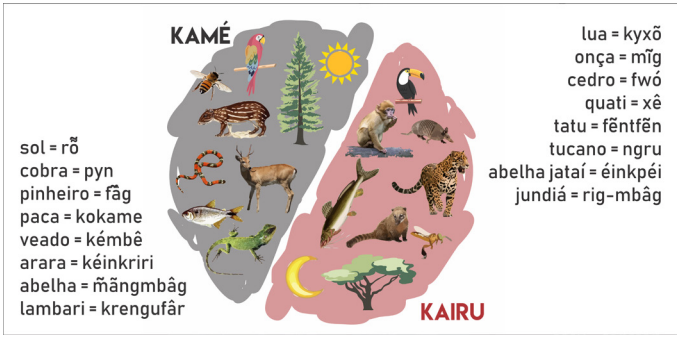


Figura 1 | Divisão dos seres da natureza Kamé e Kairu
Fonte: DILL, 2019

Segundo a tradição Kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante (BORBA, 1908). Essa divisão está embasada na noção de complementaridade entre as metades, valorizando a beleza existente na articulação entre as diferenças e os opostos.

Seguindo a mesma lógica da complementariedade e do equilíbrio alicerçado na diferença, se estabelecem as relações entre gêneros e gerações nas comunidades. Apesar de os homens assumirem grande parte das posições de liderança perante o mundo não indígena, na observação

das relações internas percebe-se que as mulheres participam diretamente das tomadas de decisão e têm assumido, principalmente nos últimos anos, protagonismo nas atividades voltadas à educação e na interface com a sociedade não indígena do entorno.

Ao abordar a questão geracional, percebe-se que as pessoas com mais idade, independente do gênero, detém *status* de respeito, representatividade e liderança interna da aldeia. Elas são as principais responsáveis pela forma como os diferentes tipos de capital [6] são percebidos e reconhecidos como legítimos pelo grupo[7] .

Cabe destacar que a sociedade Kaingang é marcada por contínuos processos de conflito interno, evidenciando a assimetria das relações sociais. No entanto, quando indagados sobre essas questões, os indígenas colocam que o conflito, as disputas e a não concordância faz parte da cultura, uma vez que, por meio dessas situações, lados opostos têm voz e representatividade, viabilizando, portanto, que todos os membros da comunidade participem das decisões.

Em termos de organização parental, o grupo familiar representa a unidade social mínima Kaingang, formado por

6. Entende-se aqui capital como poderes sociais fundamentais (BOURDIEU, 1987).

7. Toma-se aqui o conceito de capital simbólico de Bourdieu (1987, p.4) e representa o prestígio atribuído aos outros capitais tomando-os legítimos perante o grupo.

uma família nuclear (pais e filhos) de acordo com a lógica da matrilocalidade. Esses grupos familiares fazem parte de unidades sociais maiores, chamados grupos domésticos, formados, idealmente, por um casal de anciãos, seus filhos e filhas solteiras, suas filhas casadas, seus genros e netos. Tal grupo doméstico não ocupa, necessariamente, uma mesma habitação, porém, um mesmo território (TOMMASINO e FERNANDES, 2001).

Os grupos familiares ainda hoje orientam grande parte da configuração espacial da aldeia (Figura 2) e são formados por conjuntos de três a dez residências em torno da moradia de uma anciã.

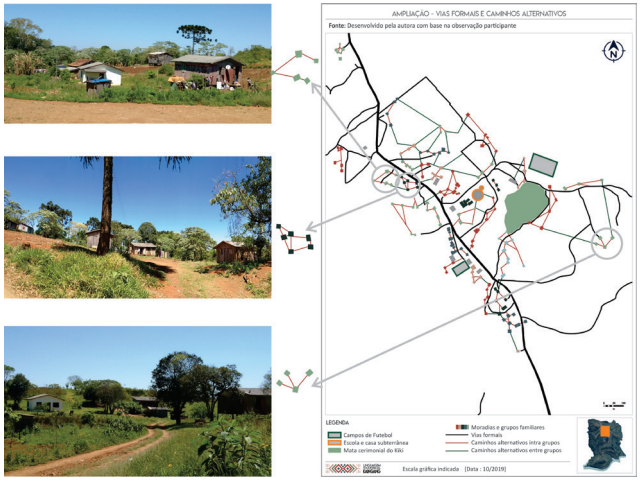


Figura 02 | Caminhos alternativos Aldeia Kondá
Fonte: DILL, 2019

Atualmente as casas se posicionam de forma a conectarem o núcleo familiar e não priorizando a orientação da fachada principal para a via de veículos, como se observa na cidade não indígena. Para consolidar essa conexão, as pessoas criam caminhos alternativos ao longo de toda a aldeia estabelecendo as ligações intragrupo (linhas vermelhas) e entre grupos familiares (linhas verdes) como mostra a Figura 2.

Complementarmente ao posicionamento das moradias, as informações a respeito dos assentamentos humanos constituídos pelos grupos Kaingang antes do contato com os não indígenas são resultado de pesquisas arqueológicas que vêm se desenvolvendo desde o século XIX. As organizações majoritariamente localizadas próximas dos cursos de água doce vão desde habitações a céu aberto, passando por abrigos subterrâneos e semissubterrâneos até a construção de abrigos artificiais sobre o solo, no entanto, seguem a lógica de organização espacial acima descrita até a atualidade. Nesse artigo, é priorizada a apresentação dos abrigos semissubterrâneos como prática tradicional em função da identificação dessas estruturas na comunidade da Aldeia Kondá e sua representatividade enquanto espaço educacional.

Segundo a descrição das estruturas elaborada por D´Angelis e Veiga (2003) sobre a cova circular que delimitava a estrutura subterrânea, erguia-se uma cobertura de folhas

sustentada em uma armação de madeira, em parte fixada na base da casa, assim como em parte fixada nas bordas laterais da cova, inclusive com o auxílio de pedras (Figuras 3 e 4).

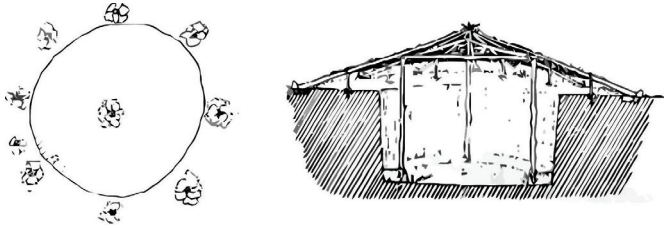


Figura 3 | Suportes de vigamento do telhado e Casa subterrânea grande
Fonte: Adaptado de D´ANGELIS; VEIGA, 2003. P. 07 e 08

Figura 4 | Casas subterrâneas Kaingang
Fonte: (MULTIPLICA, 2016)

A predominância dos Kaingang em terrenos acidentados e em regiões de clima frio e com ventos intensos justificava a adoção dessas estruturas subterrâneas, na medida em que se aproveitavam das preexistências to-

pográficas para a construção das casas (Figura 4A) e do conforto térmico proporcionado pelas paredes de terra. Quanto à quantidade de casas nos agrupamentos, as pesquisas destacam que, na maioria dos casos, os conjuntos eram compostos por grupos de até vinte estruturas e apenas em um número pouco significativo de sítios arqueológicos encontrou-se casas subterrâneas isoladas (REIS,2007). Reforça-se, assim, a teoria anteriormente apresentada dos grupos familiares como estrutura social fundamental Kaingang ainda antes do contato e que se mantém na atualidade.

Levy-Strauss (2015) aponta que a configuração espacial das aldeias nem sempre reflete a noção de estrutura de organização social como um espelho, de maneira que uma reflita a outra por completo, mas quando há correlação entre elas, como ocorre no caso dos Kaingang, torna-se possível tal ligação. Percebe-se que os agrupamentos de casas constituem pequenas centralidades em torno das moradias das anciãs na comunidade, formando um círculo de proteção e valorização da sabedoria dessas pessoas. Nesse sentido, o capital que orienta as relações de poder na comunidade está mais relacionado com o saber tradicional (capital simbólico e cultural) do que com o capital financeiro, com as diferenças entre gêneros e outras relações de assimetria que possam existir.

Outro aspecto cultural relevante, também ligado ao saber

anciãos e derivado da dualidade Kamé e Kairu, é o Ritual do Kiki, uma festa para os mortos recentes, organizada pelos consanguíneos do morto em sua homenagem, que integra durante o ritual as metades tribais. Esse culto é apontado como a base e a expressão mais forte da cultura espiritual dos Kaingang e a manutenção desse ritual é fundamental para a manutenção da cultura desse povo (SILVA, 2011).

Esse princípio de complementaridade observado nos rituais, na estrutura social e nas ocupações territoriais Kaingang é comunicado também por meio de sistema de representações visuais presente no grafismo e replicado em outras manifestações materiais como no artesanato, importante símbolo de afirmação cultural. Pelo menos duas categorias podem ser analisadas para a identificação das metades clânicas na cestaria: a forma do artefato e o grafismo nela impresso. A partir dessas referências, a Figura 5 ilustra um estudo realizado em alguns exemplares de artesanatos Kaingang:

Figura 5 | Cestaria Kaingang - grafismo e forma
Fonte: DILL, 2019

O sistema de representações visuais expresso pela cultura material Kaingang marca o pertencimento de seus integrantes às metades tribais e acentua a necessidade da articulação entre essas partes complementares para o funcionamento adequado dessa sociedade indígena. Cabe ainda o destaque que o grafismo impresso no artesanato sobrepõe à forma no que diz respeito à identificação das metades, pois inúmeras vezes a função prática do artefato define seu formato, sendo então utilizado tanto por Kamés quanto por Kairus. Por outro lado, o grafismo, independente da forma do objeto, pode identificar a marca a qual pertence o indivíduo.

Os estudos em torno das características sociais e os relatos sobre a ocupação espacial indígena, bem como a identificação do grafismo e da língua como fatores de diferenciação cultural, apresentam as especificidades

do Povo Kaingang e fundamentam a análise em torno da educação indígena na Aldeia Kondá.

Aldeia Kondá e os lugares do saber

A população que constitui a Reserva Indígena Aldeia Kondá pertence ao Povo Kaingang e habita a área desde 1999, quando ela foi destinada à sua ocupação, uma vez que seu território tradicional não poderia ser devolvido, pois constitui atualmente o centro do município de Chapecó-SC.

Na comunidade foram identificados seis lugares focados no ensino das crianças, conforme ilustra a Figura 6. A Escola e estruturas complementares, a Casa Subterrânea, a Mata Cerimonial e a casa de um dos anciãos, que se localizam próximos entre si, constituindo uma centralidade na Aldeia com foco na educação. Ainda, localizado distante desse ponto, está o Rio Uruguai, outro espaço do saber Kaingang.

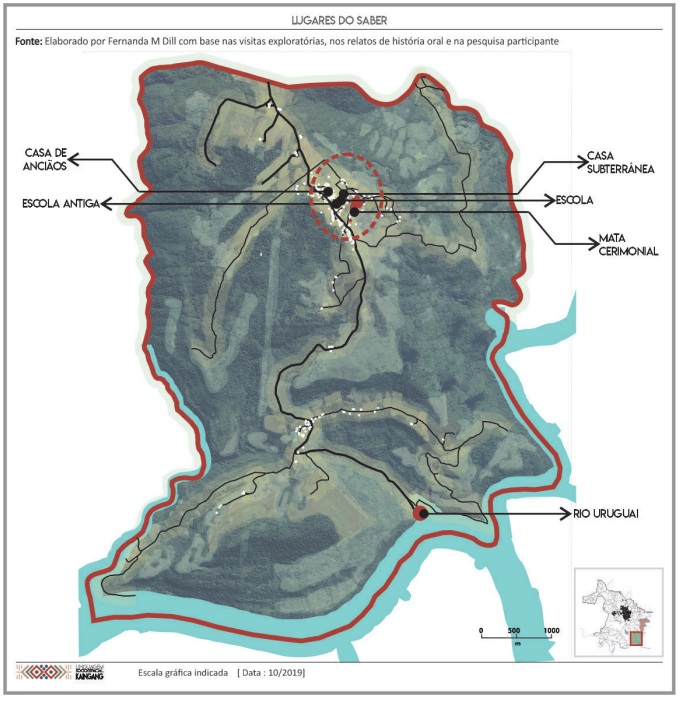


Figura 6 | Lugares do saber – Aldeia Kondá
Fonte: Elaboração própria

A Escola Indígena *Sape ty kó*, inaugurada em 2016, foi construída em alvenaria, no formato de um dodecaedro (Figura 7) e segue o padrão da escola EIEB Cacique Vanhkre que, inaugurada na Terra Indígena Chapecó no ano 2000, configura o padrão adotado pelo governo do estado de Santa Catarina e foi concebida com a participação da sua comunidade. Tal processo de participação não se repetiu no projeto da escola na Aldeia Kondá, fato esse que gerou revolta nos estudantes e professores e retardou a apropriação dos usuários nesse espaço. Por essa razão, mesmo com pouco tempo de uso, a comunidade discute e sugere uma reforma para a ampliação na estrutura central, que além de aumentar a área da escola, trará a identidade da aldeia para a edificação, remetendo o *Sape ty kó* (Chapéu de cipó) que dá nome à escola.

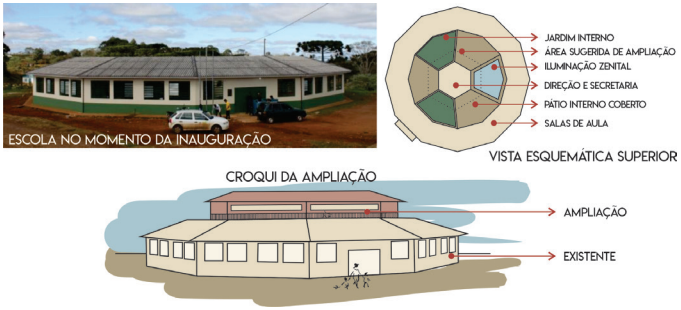


Figura 7 | Escola Sape ty kó - inauguração e ampliação sugerida
Fonte: DILL 2019

Passados três anos da sua inauguração, a comunidade promoveu uma série de adaptações e personalizações, construindo o sentimento de pertencimento em relação ao espaço escolar. O conjunto de fotografias da Figura 8 releva os traços de identificação observados:

Figura 8 | Interior da Escola Sape Ty Kó
Fonte: DILL 2019

A pequena horta de ervas medicinais cercada com bambu (Figura 8 A) foi construída no pátio interno com a cooperação entre professores, alunos e anciãos da comunidade. Além de trazer a vegetação para o interior da escola, aproximando as crianças da natureza, por meio dessa prática são ensinadas técnicas de cultivo e conhecimentos relacionados ao uso das ervas medicinais. Também, os bancos construídos com troncos de árvores foram pintados com o grafismo correspondente às metades tribais Kamé e Kairu (Figura 8 B) e, nesse processo, as crian-

ças se identificam como pertencentes a uma ou outra metade, aprendem sobre a complementariedade que rege a vida Kaingang e reafirmam suas marcas frente à comunidade escolar. *O Sape ty kó* [8] exposto na parede da escola (Figura 8 C) representa o artesanato produzido na comunidade e valoriza as especificidades desta frente às demais sociedades Kaingang da região.

No pátio externo à escola, foram construídas, por professores e anciãos, estruturas circulares, feitas com madeira e cobertas com folhas de palmeira trançadas (Figura 8 D). Esses lugares servem como salas de aula ao ar livre e também como suporte para as atividades realizadas durante a semana cultural (Figura 8 E), dentre as quais se destacam o preparo das comidas tradicionais no fogo de chão e a comercialização do artesanato, ações ligadas ao caráter intercultural da educação, uma vez que elabora a interação entre indígenas e não indígenas que vêm participar do evento.

O conhecimento tradicional e a valorização da memória espacial dos anciãos pela comunidade motivaram a construção de uma estrutura semissubterrânea ao lado da escola. O espaço (Figura 9) também tem sido utilizado como sala de aula, além de ser visitado por crianças e

8. O simbolismo em torno do artefato está ligado à história do nome do município de Chapecó, contada pelos anciãos e passada de geração para geração. Nela fica evidente a relação entre os Kaingang e o território onde localiza-se cidade, sua terra tradicional, justificando o valor simbólico dessa representação.

adultos não indígenas que desejam conhecer a comunidade, estimulando a presença dos anciãos nas atividades escolares e culturais.

Figura 9 | Casa subterrânea
Fonte: Acervo pessoal

A partir do momento que é construído um espaço de acolhimento para contar e ouvir histórias, valorizando o saber fazer tradicional, esse lugar torna-se um convite para que ocorram tanto práticas intergeracionais tradicionais quanto interculturais. A casa envolve dimensões que vão além de sua materialidade, congregando significados

de valorização de técnicas construtivas tradicionais, dos lugares de encontro e da sabedoria dos idosos na cultura Kaingang.

Ao pensar a valorização dos ensinamentos dos anciãos e o resgate da memória coletiva, identifica-se outro lugar de educação indígena, a Mata Cerimonial do Kiki (Figura 10). Trata-se de um espaço de vegetação nativa, onde foi realizado o último Ritual do Kiki, em 2014, e que permanece sendo um espaço simbólico valorizado pela comunidade, uma vez que constitui uma sala de aula em meio a natureza, onde se realizam atividades culturais como brincadeiras, fabricação de armadilhas de caça, batizados e exposições

Figura 10 | Mata cerimonial do Kiki
Fonte: Acervo próprio

Além de valorizar a importância da recuperação e preservação ambiental, fundamental para a educação infantil, a vivência desse espaço aproxima as crianças dos espíritos da mata, símbolos referenciais da Cosmologia Kaingang.

Outro lugar de construção do conhecimento indígena identificado é a casa de uma das anciãs (Figura 11), também localizada nas proximidades da escola. O artesanato representa a principal fonte de renda da comunidade e abrange, além da questão financeira, um aspecto de diferenciação cultural. *"Nas cestas estão nossas metades e nosso jeito de viver"* afirmou um dos anciãos que acompanhava um dos passeios pela aldeia.

Figura 11 | Artesanato da Aldeia Kondá
Fonte: Elaboração própria

O processo produtivo do artesanato, que compreende desde a coleta do material, seu preparo, até o resultado final com o grafismo formado pelo trançado, representa o olhar do povo Kaingang para sua própria cultura e para o mundo que habita. Mais importante que o produto mate-

rial do artesanato, as experiências passadas de geração para geração durante o processo de ensino-aprendizagem do saber fazer tradicional representam outro aspecto fundamental para a compreensão dessa cultura.

Os anciãos, enquanto ensinam as técnicas de cestaria e de produção de outros artefatos, na maior parte das vezes em torno do fogo de chão, compartilham também as memórias dos antepassados, ensinam a língua Kaingang para as crianças e contam histórias e lendas tradicionais. Essas pessoas, com mais idade, ocupam lugar de liderança e respeito nas comunidades, pois os Kaingang acreditam que as experiências por eles vividas, trazem sabedoria para as novas gerações que podem continuar as lutas dos mais velhos e aprender com os ensinamentos que eles têm para compartilhar.

Por fim, os cursos d´água que definem os limites da aldeia constituem outro espaço do saber, a exemplo a exemplo do Rio Uruguai (Figura 12).

Figura 12 | Rio Uruguai – vista de dentro da Aldeia
Fonte: Acervo próprio

A partir dos percursos trilhados até chegar aos cursos d´água [9] e da vivência nos rios, os mais velhos e professores indígenas explicam para as crianças sobre a diversidade da vegetação, mostram os remédios do mato, conversam sobre os animais e a sua importância para o equilíbrio da vida na comunidade, e ensinam estratégias de pesca [10] tradicional, construção de caiaques para travessia dos rios e a influência do movimento das águas para o plantio e a colheita. O movimento da água e os deslocamentos necessários para acessar esses lugares fazem com que o processo de aprendizagem baseado na troca de experiências entre gerações em espaços de passagem permaneça reforçando a importância de lugares não especializados para a construção do saber indígena.

Considerações finais

A partir da identificação e descrição desses lugares, percebe-se que na Aldeia Kondá a educação comunitária tem se caracterizado como um instrumento poderoso para a continuidade e afirmação cultural. Esses processos de

9. Antes de ter acesso à água encanada nas residências, as mulheres indígenas lavavam as roupas nas margens do rio. Nesse momento, conversavam sobre a educação dos filhos e relações familiares, constituindo os rios como ponto de encontro coletivo.

10. Entre elas, destaca-se a pesca com a utilização Pari - estrutura trançada com taquara no formato de um cesto comprido, de forma que quando os peixes entram ali, enganados pelas águas turvas do rio, não conseguem mais sair.

aprendizagem necessitam de diferentes arranjos espaciais para que possam se desenvolver, articulando lugares naturais e construídos, de permanência e de passagem, especializados e adaptados.

Nesse contexto, o espaço escolar ganha destaque, tanto por sua função prática fundamental, o ensino, quanto pela edificação de impacto na paisagem, por seus valores simbólicos e principalmente pelas relações humanas que abraça. A escola, projetada sem a participação da comunidade Kaingang, teve reação negativa por parte dos usuários mais por seu processo de projeto do que pela tipologia adotada. A forma concêntrica, ligada à cosmologia de diversos grupos indígenas, se materializa para os Kaingang e os representa, na medida em simboliza relações não hierárquicas no interior da escola, garante maior visibilidade intergrupal e aumenta a interação entre as diferentes classes de alunos e professores. A construção das estruturas anexas à escola (tanto a casa semissubterrânea quanto as áreas cobertas para o artesanato), replica a base formal circular, referenciando os agrupamentos das casas em torno da moradia anciã e a organização das pessoas em torno do fogo de chão.

Vale destacar que, nessa escola, a maioria dos professores é indígena e reside na comunidade, portanto, as fronteiras entre escola e comunidade são porosas e admitem interações de maneira mais contínua e substancial, contribuindo positivamente na formação das crianças. Essa

proximidade permite trazer a sabedoria tradicional para o espaço escolar, por meio de ações que envolvem os anciãos. Ainda, atividades de contação de histórias em língua Kaingang, preparo de comidas tradicionais e o estímulo aos ensinamentos sobre as ervas medicinais são recorrentes e potencializados na medida em que a própria comunidade constrói espaços específicos para abrigar tais atividades a partir de tecnologia autóctone.

Para além do espaço escolar, as salas de aula a céu aberto, na mata, nas casas dos anciãos, nos percursos e na beira dos rios ampliam as possibilidades do ensinar e do aprender na comunidade. A utilização desses espaços alternativos de transmissão de conhecimento significa a retomada de uma prática tradicional de ensino, uma vez que resgata o papel dos anciãos nos processos de formação das novas gerações e utiliza lugares que transcendem os muros da escola. Ou seja, afirma simbolicamente que a educação indígena, enquanto ensinamento de um modo de viver, extrapola os espaços especializados de ensino e incorpora o território da comunidade como um todo.

Para o povo Kaingang, cuja tradição é alicerçada na oralidade e na relação com elementos da natureza, torna-se mais coerente a construção do saber em espaços livres que contemplem essas questões do que na restrição à internalização espacial da educação proposta pela educação escolar não indígena. Tradicionalmente, os Kaingang

não necessitavam de delimitações espaciais para o ensino e a organização espacial da comunidade era fonte de inspiração e construção permanente de conhecimento. Por outro lado, a edificação escolar, apesar de não suprir na totalidade as demandas, possibilidades e tradições de construção e transmissão de saberes, pode ser pensada de maneira a permitir e encorajar as práticas culturais de seus usuários, valorizando a transposição de suas fronteiras e incentivando ações que integram pessoas e natureza na construção dos futuros culturais pretendidos pela comunidade.

Referências

BORBA, T. **Actualidade indígena**. Coritiba: Typ e Lytog a Vapor impressora Paranaense, 1908.

BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal 01 Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

_____. Decreto n.o 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 fev. 1991.

_____. Decreto n.º 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Educação, Ministério e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3.

D'ANGELIS, W. R., VEIGA, J. Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado. In: **Cadernos do CEOM** n.18, p. 213-242. 2003.

DILL, F. M. **Linguagem Socioespacial**: A Dimensão espacial do modo de viver Kaingang. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2019.

FUNAI. **Orientação geral para implantação de edificações e equipamentos públicos de uso coletivo em terras e aldeias indígenas**. Ministério da Justiça. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2018.

JUNIOR, A. G. **Estudo Etnográfico sobre Alcoolização entre os Índios Kaingang da Terra Indígena Xapecó: das Dimensões Construtivas à Perturbação**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Editora Cosac Naify, 2015.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea. In: AMADO M. de M.; FERREIRA J. (Org) **Usos & abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 15–25.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MULTIPLICA. **Casas subterrâneas do povo Kaingang.** Disponível em:<http://multiplica.org/subterraneas-do-povo-kanghag>. Acesso em: 12 mar. 2016.

REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense**. Erechim: Sociedade e arqueologia braseileira. 2007

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para o trabalho de campo. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2009.

ROSA, H. A. **A Trajetória Histórica da Escola na Co-**

munidade Guarani de Massiambu, Palhoça/Sc – Um Campo De Possibilidades. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009.

SILVA, L. A. da. A história Kaingang através do Ritual do Kiki. **Santa Catarina em História**. 2011, p.11-23.

TASSINARI, A. M. I. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. **Ilha Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 10, n. 1, ago. 2008 , p. 217-244.

THEODORSON, G. A.; THEODORSON A. G. **A modern dictionary of sociology**. London: Methuen, 1970.

TOMMASINO K.; FERNANDES R. C. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <www.pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acesso em: 30 nov. 2015.

APONTAMENTOS SOBRE O COMUM EM PORTUGAL E NO BRASIL

Beatriz Nascimento Ko Fontenele[1]
Isabella Flach Gomes[2]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p221

Resumo

Novas teorias sobre o *comum* têm sido formuladas com o intuito de se pensar uma alternativa ao binômio público-privado em algumas urbes do mundo. Todavia, parece irresponsável pensar que tal prática política acomete de maneira homogênea o Norte e o Sul global. Frente a isso, este estudo apresenta uma breve introdução acerca das teorias dos *comuns urbanos*, colocadas em prática por meio das *okupas*, e uma comparação entre essas manifestações em Portugal e no Brasil, levando o estudo, ainda, a traçar um paralelo com a teoria decolonial - sem a pretensão de esgotar o assunto do *comum*.

Palavras-chave: Comum. *Okupas*. Portugal-Brasil; Decolonial.

1. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, mestranda em Planeamento e Projecto Urbano pela Universidade do Porto. E-mail: bkfontenele@gmail.com
2. Arquiteta pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Memória e Historiografia pela PUC Minas, mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: isabellaflach@gmail.com

NOTES ON THE COMMON IN PORTUGAL AND BRAZIL

Abstract

New theories about the *commons* have been formulated in order to create an alternative to the public-private binomial in some cities around the world. However, it would be irresponsible to think that such political practice homogeneously affects the North and South. In light of this, this study presents a brief introduction about the *urban commons,* put into practice through the *okupas*, and a comparison between these manifestations in Portugal and in Brazil, leading the study to draw a parallel with the decolonial theory - with no intentions to cease the subject of the *commons*.

Keywords: Commons. *Okupas*. Portugal-Brazil. Decolonial.

NOTAS SOBRE LO COMÚN EN PORTUGAL Y BRASIL

Resumen

Se han formulado nuevas teorías sobre lo *común* para pensar en una alternativa al binomio público-privado en algunas ciudades del mundo. Sin embargo, sería irresponsable pensar que dicha práctica política afecta de manera homogénea al Norte y al Sur globales. En vista de esto, este estudio presenta una breve introducción sobre las teorías de los *comunes urbanos*, puestas en práctica por medio de las *okupas* y una comparación entre estas manifestaciones en Portugal y Brasil, lo que lleva al estudio a establecer un paralelismo con la teoría decolonial, sin pretender agotar el tema de lo *común*.

Palabras-claves: Común. *Okupas*. Portugal-Brasil. Descolonial.

Introdução

Uma palavra pode apreender vários significados com o passar do tempo, desaparecer ou ser resgatada, às vezes até com outros sentidos. O uso do vocábulo *comum* compreende uma parte da história mundial, uma vez que remonta às terras comunais da Idade Média. Com uma conotação diferente da anterior, o *comum* atual ainda persiste, tanto na teoria quanto na prática, como uma palavra-conceito que pode ser entendida como peça importante do vocabulário. Partindo inicialmente de uma abordagem ligada a recursos compartilhados até uma concepção como realidade prática, o termo passou a retratar a transição de uma visão econômica ortodoxa para uma perspectiva revolucionária atual, quando modelos de gestão alternativos ao binômio público/privado fazem-se urgentes, tomando distância do socialismo de Estado e do capitalismo de mercado, de forma a abrir, por conseguinte, uma terceira via de lógica política. De saída, é importante ressaltar que não é pressuposto deste texto apresentar uma ontologia do *comum* e, sim, contextualizá-lo brevemente pelas reformulações de sentido, para então pensar o *comum* atual e suas diferentes formas de manifestação em Portugal e no Brasil.

A ideia do *comum* como se conhece hoje começou a ser formulada em meados da década de 1960 e até a contemporaneidade passou por ressignificações de diversos autores (HARDIN, 1968; OSTROM, 1990; HARDT e

NEGRI, 2009; DARDOT e LAVAL, 2017). O entendimento acerca do termo foi alterado desde o início de sua formulação, ao passo que evoluíram as dinâmicas neoliberais e os arranjos de mercado nas sociedades contemporâneas foram fortalecidos. Essas ressignificações embasaram análises de experiências práticas, cujo palco era e é a cidade - ou *as cidades* - e, portanto, de caráter dinâmico e heterogêneo, como reflexo de tensões sociais, culturais, econômicas e políticas inerentes aos processos de transformação urbana em diferentes partes do globo.

Para tanto, a primeira seção do artigo busca apresentar um breve percurso do *comum*, relativo aos diferentes sentidos atribuídos à palavra pelos principais pensadores europeus. Já na segunda parte, o texto volta-se para o *comum urbano*, investigando as ocupações e as *okupas* - as primeiras, que reivindicam o direito à moradia digna e a segunda, de caráter anárquico, que luta pelo fim das relações de posse e da propriedade privada - como manifestações coerentes com o sentido do termo. Apesar de serem distintas, tanto as ocupações quanto as *okupas* baseiam-se em fundamentos do *comum,* significando que tais práticas políticas e relações sociais estão para além do capital, como ocorre em cozinhas comuns, creches, hortas comunitárias e nas próprias ocupações de terras.

Sendo o exercício de investigação um processo, este texto percorre um caminho exploratório que se inicia com uma revisão bibliográfica de autores europeus relevantes

para a temática dos *comuns urbanos*. Entretanto, parece errado imaginar que essa prática política tenha atingido de maneira homogênea as periferias e as metrópoles mundiais. Assim, uma análise comparativa entre o movimento *okupa* no Brasil e em Portugal, "colônia" e "metrópole", foi proposta, sendo essas elucubrações possíveis pelo fato de uma das autoras morar em terras lusitanas. A complexidade de agentes, forças e incoerências identificadas em ambos os contextos, devido às diferenças históricas, trazem à luz a necessidade de cautela quanto à aplicabilidade do próprio termo.

Diante disso, o texto apresenta a perspectiva portuguesa (LEITÃO, 2016; MOURA, 2017; LÓPEZ, 2017) - ciente da carência de estudos sobre o movimento - e a brasileira (MAYER, 2015; TONUCCI FILHO, 2017; CAMPOS e LÓPEZ, 2020) quanto às ocupações e *okupas*, com o intuito de entender como o fator da colonização influenciou as diferentes abordagens desses *comuns urbanos*. Ao trazer à tona a realidade brasileira, torna-se inevitável a inserção da abordagem decolonial, a fim de explorar também os próprios limites do pensamento *comum*.

Este texto não possui a pretensão de esgotar o assunto, mas pensar as formulações do *comum* até o presente, enfrentar incoerências e experimentar caminhos de pensamento. Novas condutas devem ser incorporadas no cotidiano das pessoas de modo a suprir os efeitos negativos do sistema capitalista e a transformar a realidade,

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

para que os sujeitos possam vislumbrar outros futuros possíveis e espaços mais democráticos para a prosperidade da vida.

Os comuns, um breve percurso

O interesse em estudar o *comum* surge em um cenário de ressignificação desse conceito. Na Idade Média europeia, o termo referia-se às parcelas de terras que eram entregues aos camponeses com o intuito de conter possíveis insurgências. Federici (2017) explica que essas terras sofreram com os cercamentos e o desmonte das experiências comuns de maneira similar às terras das colônias na transição para o sistema colonial-capitalista. Nessa virada, outros processos foram adicionados, tais como "as políticas mercantilistas, o colonialismo, o tráfico de escravos, o metalismo e o protecionismo, a legislação disciplinadora do trabalho nas fábricas, a montagem da dívida pública, e a expansão do crédito e das finanças internacionais" (TONUCCI FILHO, 2017, p. 48-49).

No século XX, uma retomada significativa do termo *comum* ocorreu no calor dos levantes populares da década de 1960, quando Hardin (1968), no artigo "*The tragedy of the commons*", postulou que o livre acesso a recursos finitos por meio de práticas de gestão dos bens comuns, sem controle público ou privado, tenderia a uma natural superexploração e consequente extinção dos recursos, uma vez que os indivíduos competiriam entre si em prol

de suas próprias vantagens. Apesar de originalmente se referir a recursos naturais, a transposição de tal "tragédia" ao cotidiano indicou que formas de competição e extinção poderiam emergir em uma experiência de microescala do comum, oferecendo fundamento, ainda hoje, para a defesa da propriedade privada e para discriminações por parte da direita mundial.

Apesar do teor negativo da obra supracitada, é importante considerar que as relações de gestão dos *comuns* na microescala persistiram com o passar do tempo. O interesse em estudá-las como bases teóricas data dos anos 1990, principalmente quando Ostrom (1990) revisitou a obra de Hardin, afirmando que a tragédia dos comuns só ocorreria caso não houvesse cooperação entre os envolvidos ou se a comunicação fosse proibida ou irrelevante. A autora ganhadora do prêmio Nobel de economia construiu sua tese a partir de estudos matemáticos que transformaram prática em teoria, avaliando que os melhores cenários seriam obtidos por meio da divisão igualitária dos bens *comuns*, em cooperação, auto-organização e autogovernança.

A abordagem mais atual dos *comuns* surge como resultado da intensa busca por modelos alternativos às duas únicas possibilidades de gestão identificadas na realidade contemporânea neoliberal, a pública e a privada (DE ANGELIS, 2016). Hardt e Negri (2009, p. ix - tradução nossa) utilizam o termo pela primeira vez como uma "alternativa

política igualmente perniciosa entre o capitalismo e o socialismo" à forma de gerenciamento vigente dos recursos naturais e humanos das cidades, baseada no conceito de comunidade.

Hardt e Negri (2009) foram os primeiros a se referirem aos *comuns* não como experiências práticas, mas, sim, como um princípio político, o *comum* – no singular. De acordo com os autores, o *comum* contemporâneo embasa experiências de produção e reprodução que sejam autônomas, democráticas e autogeridas a caminho de um futuro não capitalista, sem recurso ao comunismo burocrático de Estado (HARDT e NEGRI, 2009). Segundo Dardot e Laval (2017), entretanto, para além de ser uma ferramenta questionadora do papel do Estado como defensor da população contra o mercado, uma vez que a máquina estatal segue construindo um protagonismo neoliberal, o *comum* firma-se, ainda, como um princípio de ação que deve emergir de movimentos sociais de resistência à neoliberação das sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, o termo passa a tratar muito mais do gerenciamento comunitário de um bem do que propriamente o bem em si, tornando o *comum* um sinônimo para atividades compartilhadas de corresponsabilidade, reciprocidade, solidariedade e democracia. Promove, portanto, um terceiro caminho (prático e político) entre o capitalismo de mercado e o comunismo burocrático de Estado, do patrimônio comum, contrário aos processos

de cercamento e da propriedade privada (DARDOT e LAVAL, 2017).

Enquanto o público inscreve o que é próprio de *todos* os sujeitos (algo como uma propriedade privada coletiva, assim, não podendo ser contraposta à propriedade privada), o *comum* é desprovido desse sentido de propriedade, ou seja, quando o Estado é detentor da coisa pública, possui o poder da exclusão, já que não se trata de um bem comum. Adverso às amarras do binômio público e privado, o *comum* se destaca, quando além de uma prática (o fazer-comum), como um recurso de gestão coletiva, de acesso igualitário, em interdependência com a comunidade, escreve Tonucci Filho (2017).

Na prática *comum* há um esforço político de transformar todas as áreas públicas em comuns, reintegrando à sociedade sua capacidade de intervir no espaço, sem uma apropriação ligada à posse ou propriedade. Tonucci Filho (2017, p. 36) afirma que "os sujeitos de uma comunidade (*communitas*) são definidos não por terem uma propriedade ou uma possessão em comum, mas por compartilharem obrigações recíprocas, unidas que estão por um débito, um ônus mútuo", qualificando práticas e ações. Em resumo, o *comum* representa os recursos e bens "que são produzidos e apropriados coletivamente por uma dada comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, fora do âmbito do Estado e do mercado e dos seus respectivos regimes de

propriedade: público e privado" (TONUCCI FILHO, 2017, p.37-38).

Em concordância, Dardot e Laval (2017) defendem que o termo *comum* não representa um retorno à ideia comunista eterna (e ao comunismo de Estado), mas uma nova forma de se contestar o capitalismo e de pensar sua superação. Apesar de utilizarem parte do livro para entender como o *comum* aparecia nas diferentes formas de comunismo, para os autores, o Estado foi responsável por destruir a experiência socialista ao tornar-se proprietário dos meios de produção e da administração pública, significando, além disso, que a suposta execução do comum pelo Estado, na verdade, repercutiu na destruição do comum pelo monopólio estatal.

Baseando-se em Dardot e Laval [3], Tonucci Filho (2017) levanta um ponto importante, o de que a hibridização do Estado-mercado seria responsável por cessar a oposição frontal do público ao privado, mesclando os dois. Fora disso, o *comum* incide como uma prática de gestão de recursos compartilhados por um coletivo, deixando de lado o intervencionismo, o monopólio estatal e a valorização de um ideário de propriedade privada. Em um compilado de prospecções [4] , Tonucci Filho (2017) afirma que o pro-

3. Tonucci consultou o texto "Propriedade, apropriação social e instituição do comum", de Pierre Dardot e Christian Laval, publicado em *Tempo social* (2015).

4. Para tal conjunto de ideias, Tonucci consultou o Manifesto Comunista (2010 [1848]), escrito por Marx e Engels e *The idea of communism* (2010), editados por Douzina e Zizek.

jeto comunista se valeu do *comum* como possibilidade de superação capitalista, sem o intermédio do Estado experimentado no socialismo e sem a propriedade privada da sociedade burguesa, segundo o qual a comunidade se organizava a partir de princípios da autogestão e autogoverno.

A despeito da circunstância da precariedade neoliberal, o artigo "*Feminism and the Politics of the Commons in an Era of Primitive Accumulation*" (2010), de Silvia Federici, apresenta um estudo das práticas do *comum* que contraria a sensação de que a lógica do capital estaria completamente introjetada em todas as partes do mundo. Como exemplos, ela aponta as hortas comunitárias urbanas e o processo de "rururbanização", iniciativas de comunidades de imigrantes em sua maioria; a utilização de terrenos baldios por mulheres africanas para a produção de mandioca e de outros produtos da terra nos anos 1990; a replantação de árvores em áreas degradadas, conservação das águas e bloqueio do extrativismo mineral por parte de mulheres latino americanas, filipinas e indianas, em uma luta pela preservação do meio ambiente.

Esse entendimento do *comum,* entretanto, envolve um "(...) vasto conjunto de conhecimentos, afetos e relações sociais que são externos ao capital, mas que o capital se

apropria" (HARDT; NEGRI *apud* ENRIGHT; ROSSI, 2018, p. 37 - tradução nossa)[5] . Essa apropriação pode ocorrer tanto pela prática esvaziada do sentido do comum, quanto pela cooptação do sentido oco, como em frases de efeito e palavras-chave. Seria, como Aschoff (2015) afirma, uma nova geração de narrativas que propõem a solução de problemas da sociedade através da mesma lógica da acumulação e exploração. Algumas dessas manifestações perdem a função ideológica original dos *comuns*, sendo cooptadas pelas instituições do capital e vendidas por meio de narrativas de solução dos problemas vigentes através exatamente da própria lógica de acumulação capitalista. Essa contradição, encontrada nos denominados *new prophets of capital* (ASCHOFF, 2015), tem se popularizado por meio dos *co-livings e coworkings* em prol de "novas" formas de viver.

O comum urbano: ocupações e *okupas*

Em oposição aos *co-livings* dos *new prophets of capital, as okupas* são exemplos possíveis do *comum* no contexto urbano. Enright e Rossi (2018) afirmaram que uma relação estrita entre os *comuns* e o espaço urbano na Europa foi constituída após a crise de 2008, com a latência do mercado financeirizado e a massiva privatização dos territórios. O que se presencia nas cidades globais

5. No original: *"the vast array of knowledge, affects and social relations that are external to capital but that capital appropriates."*

atualmente é um processo de empreendedorismo e de restrição dos bens coletivos, como carência de educação, de saúde e de abastecimento de água, especialmente no contexto vigente de austeridade.

Durante a fase de Bem-Estar Social de alguns países do Norte global, a ampliação dos direitos dos cidadãos europeus acompanhou uma crescente exploração sofrida pelos trabalhadores periféricos, mais especificamente do Sul. Devido ao alastramento do neoliberalismo, principalmente a partir de 2008, pode-se dizer que houve uma quebra nas barreiras dos Estados-Nação, disseminando a precarização no globo como um todo (CHAUÍ, 2012). Como resultado da ação neoliberal, o espaço público passou por um encolhimento em detrimento do espaço privado, como se nota por meio das privatizações do transporte, da habitação e da retirada de direitos trabalhistas chancelada pelos Estados.

Seguindo a lógica da precarização constante, Butler (2018) sugere que o neoliberalismo instaurou a premissa de que há populações descartáveis. Frente a isso, os corpos reunidos em assembleia [6] recusam-se a receber tal tratamento: "nós não somos descartáveis" (BUTLER, 2018, p. 15). Destaca-se a importância que as relações de cooperação exercem nas economias urbanas, visto que

6. Butler (2018) apresenta o raciocínio que, frente a políticas de austeridade e de precariedade, os sujeitos se reúnem em assembleias - em uma conjunção de corpos diversos - e performam a reivindicação de direitos.

uma série de experimentos colaborativos baseados no ideal de comunidade, de gerenciamento comunitário e de copropriedade têm se manifestado, como em cooperativas habitacionais, redes cidadãs e grupos solidários. São práticas políticas e relações sociais que estão para além do capital, como ocorre em cozinhas comuns, creches, hortas comunitárias e nas próprias ocupações de terras. Esses exemplos propõem novas formas de socializar, habitar, trabalhar e se alimentar.

No caso da habitação no espaço urbano, as ocupações e as *okupas* são estratégias de lutas organizadas em que se localizam as práticas comuns. De saída, a escolha da palavra *ocupação* não é trivial: como Lima (2012) explica, diverso ao sentido de invadir, que sugere a dominância de alguns sobre o território ocupado, o termo *ocupar* significa aproveitar algum espaço ao estar presente nele. Tanto as ocupações quando as *okupas* são iniciativas contemporâneas coerentes com os preceitos dos *comuns urbanos* de resistência a práticas neoliberais e de luta pelos direitos à cidade. Já a diferença entre ocupação com "C" e com "K" instala-se no questionamento do modo de viver que é calcado na propriedade privada (LIMA, 2012).

As ocupações urbanas são tomadas como uma conquista de um espaço para vida, uma moradia digna de posse, com infraestrutura e serviços - geralmente é nesse último que o *comum* se enquadra, nas hortas, creches e cozinhas comunitárias. Por outro lado, as *okupas* são

movimentos político-sociais que, para além de serem uma demanda por habitação, são uma alternativa à forma institucionalizada de viver (CAMINHA, 2018), alinhadas à corrente anarquista, que instauram outras formas de morar e gerenciar coletivamente os bens. Como escreve Rudy (2011), o movimento *okupa*[7] nasceu da tradução do *squatter* da Europa, em meio à contracultura, em Nova Iorque e Londres, inicialmente representados por hippies, ex-presidiários, desempregados e anarquistas. As *okupas*, portanto, eram e ainda são baseadas no ideal de comunidade, de gerenciamento comunitário e de copropriedade e exemplificam a prática radical do *comum* pelo desejo do autogoverno e do questionamento à propriedade privada.

Chauí (2012) explica que, diferentemente de um fim liberal, cujo cerne seria o regime da lei e a garantia das liberdades individuais, a democracia é caracterizada pela criação de direitos. E por direitos, tem-se algo válido para todos os indivíduos, ou seja, é uma condição diferente da carência, da necessidade e do interesse. A filósofa esclarece: enquanto a falta de moradia se enquadra como uma carência, ela retrata algo mais profundo, que seria a recusa do direito à vida digna. Assim, carências, necessidades e interesses diversos manifestam direitos pelos

7. A tradução do termo, utilizado principalmente na Espanha e em Portugal, enfatiza a necessidade de cautela quanto à sua generalização e aplicabilidade dentro do próprio continente europeu.

quais os sujeitos lutam. Até mesmo conceitos abstratos, como a igualdade, quando encontram a declaração de seus direitos, abrem o campo para a criação de um alargamento dessas palavras. Avançando nesse pensamento, a declaração do direito ao espaço da vida amplia o próprio conceito de espaço - uma moradia que se funda na propriedade privada passa a abarcar outras formas de morar, por exemplo, no caso das *okupas*.

No tocante à experiência urbana e entendidos pela circunscrição colonial, Brasil e Portugal apresentam muitas distinções. A distância Brasil-Portugal está inscrita inclusive no trato com a palavra *baldio* - a tradução lusitana remete ao sentido de *commons* do inglês (TONUCCI FILHO, 2017), enquanto que para o entendimento brasileiro, *baldio* significa agreste, infrutífero. Porém, a diferença de tratamento quanto às ocupações e *okupas* nos dois países se estende para além de uma questão de significado de palavras, sendo ativa na maneira como as práticas ocorrem em ambos países.

Ocupações e okupas em Portugal, um breve apanhado

Os movimentos sociais de forma geral marcaram de maneira expressiva a realidade portuguesa entre os anos 1960 e 1980, devido, mais especificamente, ao golpe de Estado e ao processo revolucionário que o sucedeu,

culminando na aprovação da Constituição da República Portuguesa, em abril de 1976 (GASPAR, 1990). O "movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra" (AUGUSTO 2013 *apud* SANTOS 1984, s.p.) envolveu uma composição de classe complexa formada pelo operariado rural e urbano e pela pequena burguesia assalariada, cujo poder reivindicativo focava, dentre diversas áreas da vida social, a habitação urbana e os novos modos de vida (AUGUSTO, 2013).

O contexto de desenvolvimento industrial e democratização tardios em que o país estava inserido e a consequente migração do campo para a cidade em paralelo à emigração de um milhão e meio de pessoas, sobretudo para a Europa Central, moldou o cenário de ocupações de casas devolutas em Portugal. Como Varela e Alcântara (2016) explicam, outro fator de agravamento foi o aumento da renda do solo pela captura privada de mais-valia associada à transformação do solo em urbanizável, elevando o preço das habitações.

A entrada do país na União Europeia e a consequente mudança de foco das questões internas para problemas comuns ao continente, resultantes sobretudo da globalização (AUGUSTO 2013 *apud* SANTOS 1984), deu cabo ao debate político em torno das *okupações*, incorporado às conversas sobre a necessidade de habitação, fator que norteava as ocupações urbanas dos anos 1970 (MOURA, 2017). Essa transição, entretanto, pode ser considerada

atrasada devido à democratização tardia em Portugal, o que levou seus jovens a importarem modelos de outros países europeus, como Inglaterra, Alemanha e Holanda (LÓPEZ, 2017) - localidades que já apresentavam experiências de *okupações* - como já citado, os *squattings*.

Autores como Varela e Alcântara (2016) e Baía (2002) distinguem as ocupações (apesar de inseridas em um contexto anárquico de subversão geral) das *okupações* dos anos 1990, considerando que aquelas estavam relacionadas à luta popular pelo direito à habitação, devido ao aumento da renda do solo, à ausência de alternativas à propriedade privada e de facilidades para o arrendamento. Já as *okupas* se valiam - e ainda o fazem - de reivindicações por novas relações que não calcadas na posse e na propriedade privada. De acordo com López (2018), os espaços autônomos das *okupas* atuam como pontos de apoio às comunidades e, ao contrário das ocupações, servem majoritariamente a um perfil dominante de classe, etnicidade e gênero, refletindo o estereótipo do europeu jovem, branco, politicamente articulado, ativista, artista e militante (LÓPEZ, 2017 *apud* KADIR, 2014), o que faz com que o caráter político dessa prática social seja, por vezes, questionado (LÓPEZ, 2017).

As *okupas* sofrem influência dos movimentos cíclicos e das diferentes fases das políticas urbanas e do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o contexto de crise financeira global, de disseminação do neoliberalismo e

das políticas de austeridade, em meados de 2008, transformou essas insurgências urbanas, anteriormente invisíveis, em indicadores de recessão econômica, especialmente em Portugal e na Espanha (MAYER, 2016).

No levantamento apresentado por Moura (2017) entre 1993, quando surge a Fundação da Casa Reciclada no Porto, e 2017 foram registradas aproximadamente 150 *okupas* em Portugal. Entretanto, a garantia de direito à propriedade privada, inscrita no artigo 62 da Constituição da República Portuguesa (1976), empoderou as ordens de despejo em um período em que era "praticamente legal ocupar casas devolutas" (MOURA, 2017, s.p.). É importante mencionar, ainda, que o teor negativo atribuído às ocupações no período pós-Constituição Portuguesa e a consequente diminuição de apoio popular ao movimento refletem o alto número de casas abandonadas atualmente frente à quantidade de casas devolutas direcionadas para habitação nos anos 1970 (MOURA, 2017). A própria aprovação do Decreto-Lei 198-A/75, que regularizou a ocupação de edificações devolutas para fins habitacionais, é reflexo dessa diferença, uma vez que admitia que:

> Há que resolver os problemas suscitados pelas ocupações que têm vindo a verificar-se de fogos devolutos. (...) em muitos outros casos, porém, importa reconhecer que, embora por via ilegal que se não poderá tolerar no futuro, se trata de actuações inseridas na satisfação de necessidades urgentes e atendíveis de estratos extremamente desfavorecidos da população (PORTUGAL, 1975).

Nesse sentido, é esperado que as *okupas* que funcionam por meio do arrendamento da propriedade e sob a liderança de associações constituídas geralmente perdurem mais, uma vez que estão mais protegidas do que aquelas que não se valem de meios legais ou que surgem como forma de retaliação a despejos. Aquele perfil marcou o período de 2002-2012, enquanto este, característico de *okupas* efêmeras, também conhecidas por *okupações flash,* marcam os anos posteriores até o presente momento (MOURA, 2017).

Ocupações e okupas no Brasil, um breve apanhado

É impossível pensar o termo *ocupação* sem relacioná-lo com a longa história de exploração e exclusão presente nas cidades brasileiras. No período da República, em um contexto de regulação urbana e fim da escravidão, as primeiras favelas, originadas no final do século XIX (CAMPOS e LÓPEZ, 2020), surgiram como alternativa de construção próxima a serviços e infraestrutura. Outro período conturbado na história do país ocorreu com a ditadura militar, quando os movimentos sociais por terras urbanas foram repreendidos, tornando-se, ao mesmo tempo, mais fortes e influentes.

O processo de redemocratização do Brasil introduziu a condição de "função social da propriedade" nas bases constituintes, oferecendo um reforço aos movimentos

sociais de ocupação (PAOLINELLI e CANETTIERI, 2019), ainda que provisoriamente. Por outro aspecto, as ocupações e a noção de *participação popular* ficaram mais afloradas devido aos trabalhos de base realizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios. Foi no ano 2000 que a moradia passou a ser um direito institucional, uma vez adicionada à Constituição, entrando em vigor a garantia do cumprimento da função social de um imóvel como requisito da posse (CAMPOS e LÓPEZ, 2020).

Como escrevem Campos e López (2020, p. 112 – tradução das autoras) "Até o ano de 2001, todos os instrumentos de políticas urbanas que atendiam à Constituição eram formalmente construídos e regulados sob o Estatuto da Cidade, que tinha como base o mote do direito à cidade"[8]. Apesar da institucionalização e legitimação jurídica de tais aspectos, a eficácia da lei é questionável, visto que diversos imóveis se encontram sem ocupação nos centros urbanos brasileiros. Entre a série de fatores está a especulação imobiliária, impulsionada pelo poder judiciário, que concede a causa aos proprietários na maioria das vezes. Ainda que não, algumas ocupações são alvos de violência estatal ou privada.

Apesar de o Brasil ter vivido uma onda progressista, a

8. No original *"By 2001, all the urban policy instruments called for in the constitution were formally brought together and regulated under the Estatuto da Cidade, having as one of its bases the right to the city."*

tomada de medidas de austeridade em favor da expansão econômica global, a violência policial contra movimentos sociais e contra sujeitos subalternos e os problemas de infraestrutura do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) são alguns apontamentos-chave que confirmam a não-provisão plena dos direitos à cidade por parte daqueles governos (CAMPOS e LÓPEZ, 2020). De forma agravante, presencia-se, ainda, a partir de 2016, uma redução sistemática dos direitos adquiridos. A queda da democracia brasileira, a qual vinha crescendo a pequenos passos, começou com um rápido processo de desmantelamento das instituições que a auxiliavam, de congelamento de gastos sociais, de crescimento das privatizações e demais fatores que, mais uma vez, fortaleciam o status neoliberal do país-empresa. Assim, o questionamento da manutenção de um sistema calcado na propriedade privada tomou conta das *okupas* no Brasil, uma vez que foi a partir da constatação da precarização da vida dos sujeitos frente ao lucro decorrente do projeto neoliberal que se criaram as alianças de enfrentamento.

No Brasil, o movimento das *okupas* iniciou-se em Santa Catarina, também na década de 1990, com a influência direta dos *anarco-punks* (RUDY, 2011). Porém, com a virada do milênio, as circunstâncias política, social e econômica instigaram o surgimento de novas *okupas*, sendo o tensionamento da precarização mais extremo no ano de 2013. Para Paolinelli e Canettieri (2019, p. 832) "Influen-

ciados pelas jornadas de julho de 2013 e pelas mobilizações contra os megaeventos, os grupos organizados ligados às ocupações urbanas complexificaram seu repertório de organização e ação política", em um processo descrito como a hibridização das lutas urbanas, alterando o relacionamento dos movimentos sociais com as instituições públicas e privadas. Curioso perceber que a crise de 2008, catalisadora dos movimentos das *okupas* na Europa, chegou no Brasil cinco anos depois com políticas de austeridade repassadas à população.

Quanto aos termos legais, o artigo 1276 do Código Civil aponta que propriedades ociosas devem ser revertidas ao poder público, garantindo a expropriação do imóvel e a Constituição Brasileira, no artigo 170, caput e incisos II e III, assegura o direito de propriedade àqueles que fizerem valer a função social em vias de garantir uma existência digna (LIMA, 2012). Todavia, como o argumento libertário das *okupas* se constrói a partir de um projeto que não está atrelado à propriedade privada, a luta pela posse do imóvel ocupado é uma questão crucial. Ainda assim, em sentido mais amplo, a tomada da edificação por uma *okupa* está para além da moradia; trata-se de um espaço para atividades culturais, para políticas públicas e demais ações que se configuram para além do Estado.

Como conclusão dessa parte, pode-se perceber que a precarização dos modos de viver é generalizada, acometendo Norte e Sul globais, mas os artifícios de combate

ao neoliberalismo também emergem. Assim, tanto países do Norte quanto do Sul refletem a respeito e inauguram novos espaços de vida a partir dos instrumentos adquiridos com o passar do tempo. Desse modo, seria possível pensar a teoria decolonial e o resgate do comunal relacionados às questões do *comum* e das *okupas* no Brasil?

A perspectiva decolonial, outra vertente de ação?

Diversas contribuições sobre o *comum* no contexto decolonial brasileiro foram desenvolvidas por parte de docentes e discentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialmente das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Geografia. Cruz (2017) apresenta a aproximação entre o *comum* e o decolonial pelo viés da tradução e aponta o abismo linguístico, uma vez que não existe uma tradição consolidada no Brasil acerca da prática política dissertada nesse texto. Para tanto, a autora traça um caminho experimental de construção desse vocabulário, com as palavras *fazer-comum, recursos comuns e comuneiro*.

Por outra perspectiva, Tonucci Filho e Costa (2017) aplicam a visão sobre o *fazer-comum* na cidade ao elaborarem o pensamento de que essas práticas políticas do Sul Global ocorrem em um local de incertezas, mas onde as relações de compartilhamento e solidariedade se sobrepõem

à precariedade da vida. Adicionam também o fato de que o processo de cercamento nas colônias ocorreu com a captação forçada das terras e recursos que antes eram usados de forma comunal.

Logo, a partir dos apontamentos mencionados, indaga-se: como relacionar a prática política do *comum* e das *okupas* com a teoria decolonial, uma vez que a discussão ascendeu dos países colonizadores? Mayer (2015) apontou um caminho quando escreveu a seguinte reflexão:

> Pensando as resistências históricas do povo brasileiro, poderiam elas também serem resgatadas pelo prisma do comum? Seria o grito 'essa terra tem dono!', do guerreiro guarani Sepé Tiaraju contra o saqueio das terras indígenas pelos colonizadores europeus, a heróica resistência dos (as) conselheiristas da cidade de Canudos contra o poder central da nascente República ou a resistência por mais de um século do imbatível quilombo dos Palmares, lutas que podem ser historicamente apreendidas sob o registro do comum? (MAYER, 2015, p. 119).

Com o intuito de averiguar inicialmente tal questão, as produções de Mignolo (2009) e Souza (2002) foram consultadas. O primeiro autor alerta para diferenças cruciais entre o *comum* e o *comunal* e enfatiza que desconsiderar tais pontos poderia levar a uma perpetuação de formas de violência e de colonialidade. Mignolo (2009) estimula a reflexão sobre o ajuste do mundo por volta de 1500:

> As primeiras civilizações a sofrerem as consequências da formação e expansão da civilização do Oeste foram

> as Inca, Asteca e Maia. Uma das consequências foi o desmantelamento do sistema comunal de organização social que algumas nações na Bolívia e Equador hoje lutam para reconstruir e reconfigurar. Pela perspectiva europeia, o comunal pode parecer como o socialismo e o comunismo. Mas não é. Socialismo e comunismo nasceram na Europa como resposta ao liberalismo e o capitalismo. Mas o sistema comunal não (MIGNOLO, 2009, p. 30).

Pode-se sugerir, diante dessa perspectiva, que o *comum*, precedente ao capitalismo, ressurge atualmente como prática política de enfrentamento ao neoliberalismo, enquanto o comunal combate o ocidentalismo. Assim, o *comunal*, como integrante do pensamento decolonial, não deveria ser diretamente vinculado ao *comum*, pois ambos surgem de pilares distintos.

Patzi Paco (2004 *apud* MIGNOLO, 2009) explica que o termo *comunal* refere-se a direitos coletivos de uso e administração de recursos, ao mesmo tempo que se refere a direitos de grupos, famílias e indivíduos de gerirem e dividirem os benefícios do que é produzido comumente. A distinção entre empregado/patrão acaba, bem como a noção de propriedade privada. Esse é um projeto que resgata memórias e vivências das comunidades andinas e que se enquadra como uma alternativa ao sistema ocidental-neoliberal, decolonizando o Estado, a educação, a linguagem, a economia e a sociedade. Ou seja, esse é um projeto que resgata do ocidentalismo a imaginação própria de um futuro não-capitalista, cujos pilares são de-

coloniais.

Reflexões sobre as insurgências urbanas instigaram um paralelo com a teoria decolonial, inserindo o ocidentalismo como problemática prévia aos modos do liberalismo (MIGNOLO, 2009). Esse fato permitiu compreender os efeitos da colonização nos países colonizadores, sob a perspectiva das ações dos *comuns urbanos*, e nos países colonizados, a partir do *comunal* indígena de tradição latino-americana (SOUZA, 2002; MIGNOLO, 2009).

A partir disso, o artigo busca responder: como nós, sul-americanos, devemos nos aproximar de políticas da luta anticapitalista que surgem dentro do berço do ocidentalismo? Para as autoras, a prática *comum*, anticapitalista e anti-neoliberal é essencial, uma vez que a sociedade se encontra inserida nessa circunstância. O importante a ser destacado, ainda, são as diferenças de tratamento que são atribuídas às práticas políticas, validando, portanto, a prática *comum* ressignificada do contexto europeu a partir de outras leis, de outras construções culturais e de outros tratos econômicos, uma vez que o cotidiano da população brasileira é imbuído nas relações com fundos capitalistas e coloniais.

Conclusão

É extremamente importante que esteja clara a distinção entre os objetivos dos movimentos aqui estudados: o *comum* nasce como um enfrentamento ao cercamento de terras na Idade Média, sendo, portanto, uma prática europeia contra o crescimento de um sistema econômico que nasceu na mesma circunstância. Já a atualização do termo refere-se a práticas que vão contra o neoliberalismo e como uma alternativa à "moeda" da relação público/privado, como é o caso das *okupas*, questionadoras da propriedade privada, seja ela por parte do Estado ou do mercado. Por outra perspectiva, o *comunal* denomina uma série de práticas que iam e vão contra o ocidentalismo, dizem respeito aos povos tradicionais que lutavam e lutam contra a hegemonia do modo de vida imposto pelo ocidente, sendo relativo à defesa e à conservação de uma outra episteme.

Ainda assim, o que se pode perceber é uma precarização global gerada pelo neoliberalismo, mesmo que sejam evidentes as diferenças entre os países colonizadores e colonizados. As ações truculentas contra as manifestações de luta por moradia ocorrem historicamente no Brasil, seja pela violência direta ou por demais negligências. O balanço dos movimentos sociais urbanos da década de 2010, feito por Paolinelli e Canettieri (2019), mostra que o desenvolvimento dessas lutas se formou num processo de hibridização, em que os movimentos sociais foram ar-

ticulando outros arranjos com a sociedade e instituições, a fim de sobreviverem. No caso de Portugal, o aumento das desigualdades se tornou mais perceptível com a crise de 2008 e a entrada massiva de imigrantes provenientes de zonas de conflito. O que se percebe nesse contexto é uma mudança no caráter dos movimentos sociais de luta coletiva pela reivindicação de direitos sociais, políticos e civis, em meados de 1970, para a busca pela manutenção e exercício destes, mais recentemente ligados à crise socioeconômica, à exploração neoliberal e à classe política.

Talvez a maior semelhança entre os movimentos do Sul e do Norte esteja no fator central do combate à precariedade da vida dos sujeitos, uma vez que são imbuídos a construírem práticas do comum, diferentemente do usual de um dia a dia esvaziado de sentido coletivo. Representam modos distintos de viver, experimentar as cidades e, ao misturarem teoria e prática, passam de sujeitos anestesiados a sujeitos desejantes, configurando de fato o espaço para a vida, em um cotidiano baseado em autogestão, cooperação uso comunitário.

Referências

ASCHOFF, Nicole. **The New Prophets of Capital**. London: Verso, 2015.

AUGUSTO, Fábio. Movimentos Sociais em Portugal: o an-

tes e o depois. **Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias.** Lisboa, v. 1, p. 5-27, 2013.

BAÍA, João. Bairro da Relvinha: memórias de resistência. Ler História. A transição democrática portuguesa. **Dossier: Interdisciplinaridade em acção**. Experiências de pesquisa em contextos rurais. Lisboa, v. 63, p. 179-197, 2012.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMINHA, Júlia. O comum como ação coletiva no espaço cotidiano. **História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2018.

CAMPOS, Clarissa; LÓPEZ, Miguel. Squatting activism in Brazil and Spain: Articulous between the right to housing and the right to the city. In: GRASHOFF, Udo. **Comparative Approaches to Informal Housing Around the Globe.** London: UCL Press, 2020.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

CRUZ, Mariana. O novo vocabulário do Comum: ensaio para uma leitura pós-colonial. **ANAIS do XVII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa**

em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, v. 17, n. 1, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

ENRIGHT, Theresa; ROSSI, Ugo. *Ambivalence of the Urban Commons. In: WARD, Kevin. et al*. **The Routledge Handbook on Spaces of Urban Politics**. London: Routledge, 2018.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Feminism and the Politics of the Commons in an Era of Primitive Accumulation. In: VAN METER, Kevin; HUGHES, Craig; PEACE, Stevie*. **Uses of a Whirlwind: Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States**. Chico: AK Press, 2010.

FERNANDES, Marcos. Syöpäville, okupa rural e aldeia musical. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n° 2, p. 115-121, 2012.

GASPAR, Carlos. O processo constitucional e a estabilidade do regime. **Análise Social**. Lisboa, vol. xxv, p. 9-29, 1990.

HARDIN, Garrett. *The tragedy of the commons*. **Science**, London, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dez. 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

LEITÃO, Diogo. **Movimento Okupa**: uma perspectiva de exclusão social. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2016.

LIMA, Andressa. "**Okupar, insistir e resistir**": uma etnografia das práticas de ocupação urbana – Fortaleza/Ceará. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

LÓPEZ, Miguel. *Introduction: The politics of Squatting, Time Frames and Socio-Spatial Contexts*. In: LÓPEZ, Miguel (ed.). **The Urban Politics of Urban Squatters' Movements**. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

LÓPEZ, Miguel. *Squatters and migrants in Madrid: Interactions, contexts and cycles*. **Urban Studies**, California, v. 54, n. 11, p. 2472-2489, 2017.

MAYER, Joviano. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MAYER, Margit. *Neoliberal urbanism and uprisings across Europe*. In: MAYER, Margit; THÖRN, Catharina; THÖRN,

Håkan. **Urban Uprisings**: *Challenging Neoliberal Urbanism in Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

MIGNOLO, Walter. *The communal and the Decolonial.* **Turbulence**, London, n. 5, p. 29-31, 2009.

MOURA, Zita. Okupas: uma história que se escreve a cada dia. In: **Jornal Mapa**. 2017. Disponível em: <http://www.jornalmapa.pt/2017/11/07/okupas-uma-historia-escreve-cada-dia/>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: t*he evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 831-854, 2019.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Lisboa: Presidência da República, [1976]. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/201701181101/128025/diploma/indice>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

PORTUGAL. **Decreto-lei nº 198-A, de 14 de abril de 1975**. Estabelece normas de regularização da ocupação de fogos devolutos levada a efeito para fins habitacionais em prédios pertencentes a entidades públicas ou privadas.

Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/111142/decreto-lei-198-A-75-de-14-de-abril>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

RUDY, Cleber. Urbana subversão: a prática squatter no Brasil. **O olho da História**, Salvador, n. 17, s.p. 2011.

SOUZA, José. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dez. 2002

TONUCCI FILHO, João. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

TONUCCI FILHO, João; COSTA, Heloisa. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana? **ANAIS do XVII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo, v. 17, n. 1, 2017.

VARELA, Raquel; ALCÂNTARA, Joana. Conflitos sociais na Revolução Portuguesa (1974-1975). **III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict**. Barcelona, p. 1109-1127, 2016.

CARTOGRAFIA SOCIAL DA ILHA DE COTIJUBA – BELÉM/PA[1]

Ana Cláudia Duarte Cardoso[2]
Letícia Ribeiro Vicente[3]
Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira[4]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p255

Resumo

O caso da ilha de Cotijuba, município de Belém (PA), é apresentado no texto a partir da visão de movimentos sociais locais sobre as potencialidades e fragilidades da ilha, apontadas em cartografia social, entrevistas e vivências. Observa-se que ações de iniciativa popular apoiam o modo de vida local em contexto de isolamento e controle público da terra, mas têm limitações

1. Este artigo toma por base as investigações dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Letícia Ribeiro Vicente e Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da professora PhD. Ana Cláudia Duarte Cardoso.

2. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Doutora em Arquitetura pela Oxford Brookes University. Professora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Email: aclaudiacardoso@gmail.com

3. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Email: leticiavicente26@gmail.com

4. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Email: rafaelabulhoes.oli@gmail.com

que só poderão ser devidamente superadas com políticas públicas adequadas e perspectiva de longo prazo, que reconheçam as múltiplas faces e funções da ilha, sem reduzi-la à condição de periferia metropolitana.

Palavras-chave: Ilha de Cotijuba. Cartografia social. Movimentos sociais. Amazônia.

SOCIAL CARTOGRAPHY OF COTIJUBA ISLAND – BELÉM/PA

Abstract

The case of the Cotijuba Island, municipality of Belém (PA), is presented in the text from the view of local social movements about the potentialities and weaknesses of the island, pointed out in social cartography, interviews and experiences. It is observed that popular initiative action supports the local way of life in the context of isolation and public control of the land, but has limitations that can only be properly overcome with adequate public policies and long-term perspective, which recognize the multiple faces and functions of the island, without reducing it to the condition of metropolitan periphery.

Keywords: Cotijuba Island. Social Cartography. Social Movement. Amazon.

CARTOGRAFÍA SOCIAL DE LA ISLA DE COTIJUBA – BELÉM/PA

Resumen

El caso de la isla de Cotijuba, municipio de Belém (PA), se presenta en el texto desde la vista de los movimientos sociales locales sobre las potencialidades y debilidades de la isla, señaladas en cartografía social, entrevistas y experiencias. Se observa que las acciones populares de iniciativa apoyan el modo de vida local en el contexto del aislamiento y el control público de la tierra, pero tiene limitaciones que sólo pueden superarse adecuadamente con políticas públicas adecuadas y perspectivas a largo plazo, que múltiples caras y funciones de la isla, sin reducirla a la condición de periferia metropolitana.

Palabras-claves: Isla cotijuba. Cartografía social. Movimientos sociales. Amazon.

Introdução

Este trabalho adota como estudo de caso a ilha de Cotijuba, localizada no município de Belém (PA), para investigar as visões daquele território construídas pelos movimentos sociais que se constituíram na ilha ao longo da segunda metade do século XX, e têm atuado de forma não hierarquizada e solidária, desde a sua condição de ilhéus, isolados e "invisíveis" para a população continental, além de pouco compreendidos pelas estruturas administrativas da Prefeitura Municipal de Belém.

Belém é uma metrópole de 404 anos, polo metropolitano e capital do estado, mas configura-se como um território mosaico, que segue padrões típicos das metrópoles brasileiras (verticalização, concentração de serviços, exclusão social, degradação ambiental) na sua porção continental, enquanto expressa características amazônicas de urbanização incompleta nas ilhas, que consistem em 65,14% do seu território, e cuja população é pelo menos parcialmente sustentada pelo manejo histórico da biodiversidade local (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2018. BELÉM, 2012).

São trinta e nove ilhas, das quais dezessete são habitadas (SILVA, 2010) e três contam com parcelas urbanizadas reconhecidas pelo Plano Diretor Municipal (BELÉM, 2008) como áreas urbanas, com características e regulação se-

melhantes às aplicadas à parte continental (Mosqueiro, Caratateura e Cotijuba). As ilhas contêm as áreas rurais do município e a maior concentração de vegetação preservada, permitindo a manutenção das estratégias de subsistência e geração de renda do camponês amazônico, baseadas no extrativismo de coleta, nas comunidades do meio insular. O portfólio de atividades da população camponesa da região combina uma série de atividades que se complementam e permitem a composição de renda em qualquer época do ano; assim, o extrativismo de coleta (pesca artesanal, coleta de frutos, produção de óleos) e a agricultura familiar [5] coexistem com empregos formais e atividades informais nos setores de comércio e serviços em áreas urbana. Tal estratégia vem sendo reeditada nas ilhas mais urbanizadas que oferecem as possibilidades de acesso às práticas rurais e aos empregos urbanos (como professor, agente de saúde, técnico de saneamento) no mesmo território.

Essa estratégia de composição de recursos (produção de alimentos para sustento e troca, uso de insumos re-

5. A agricultura familiar, diferente da agricultura industrial/patronal, é caracterizada pela gestão familiar da produção; na qual os responsáveis por ela estão ligados entre si por laços de parentescos e a mão de obra é fornecida pelos membros da família (ABRAMOVAY, 1997). Hébette (2004) explica a lógica da família camponesa da região, destacando que alguns membros são mantidos na área rural e outros enviados para a cidade, tendo em vista o trabalho assalariado e remessa de dinheiro para a família em momentos em que a produção rural é comprometida por imprevistos ou fatalidades.

tirados da floresta e assalariamento de alguns membros da família) é fator para a construção de autonomia, que compensa o difícil acesso dessas famílias às políticas públicas, devido à fraca presença do setor público em seus territórios. O fato de o camponês não trabalhar pautado por uma lógica de acumulação (COSTA, 2012) coloca-o fora da racionalidade econômica formal, que norteia visões de desenvolvimento pautadas pelo consumo ilimitado, por práticas homogeneizantes, pelo individualismo e pela exploração do outro e da natureza (LANG, 2017).

No caso de Cotijuba, a carência de acesso às políticas públicas orientou a resistência da população, que foi organizada em movimentos sociais ao longo das diversas formas de colonização impostas à ilha, seja como destino para usos indesejáveis (presídio), seja como espaço para colonização agrícola e negação da população e do modo de vida pré-existentes, ou como espaço a ser explorado pelo turismo ou pela urbanização contemporâneos. Após uma breve apresentação da Ilha de Cotijuba, o artigo contrapõe as possibilidades de desenvolvimento não violentas existentes em símbolos, saberes e processos locais, que vêm sendo geridos pelos movimentos sociais sob uma lógica alinhada às alternativas ao desenvolvimento apresentadas por Lang (2017), às fragilidade dessa construção, para explicitar uma agenda local, que deve ser (re) conhecida tanto pela própria população quanto por agentes públicos e privados.

Ambas as faces dessa realidade foram apontadas coletivamente, a partir da construção de cartografia social, entrevistas e vivências do cotidiano da ilha de Cotijuba, realizadas com o apoio do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e da Cooperativa Agropecuária de Produtores de Belém do Pará (COPABEL) durante pesquisa de campo, conforme exposto no quadro 1. Além dessas fontes, foram consultados trabalhos acadêmicos e dados oficiais disponíveis sobre a ilha.

1ª etapa: maio de 2019	2ª etapa: outubro de 2019
Observação direta; levantamento fotográfico; aproximação com a comunidade; conversa com as líderes do MMIB.	Observação direta; levantamento fotográfico; entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes setores como comércio, hotelaria e agricultura; conversas informais; oficina de cartografia social.

Quadro 1 | Síntese das atividades realizadas nas pesquisas de campo
Fonte: elaboração própria

Dentre os passos metodológicos, destaca-se a oficina de cartografia social, realizada com nove mulheres integrantes do MMIB. A oficina consistiu em duas atividades; na primeira, as participantes descreveram por meio de desenhos ou textos: a) a disposição do seu lote ou área em que vivem; b) quais as edificações e os espaços do entorno e c) o tipo de acesso à rua, com destaque para quintais, locais de moradia, jardim e roçado. As participantes também escreveram ou desenharam o que poderia ser feito para melhorar o seu terreno e/ou entorno dele.

A segunda atividade foi dedicada à cartografia propriamente dita, iniciada com o levantamento das associa-

ções/grupos organizados da ilha e mapeamento das suas áreas de práticas agrícolas e extrativistas (de coleta e pesca), das áreas de comércio, de celebração (festividades e festas), dos locais de reunião e lazer das famílias e das brincadeiras das crianças, dos locais considerados mais bonitos e importantes para preservação, considerados de maior relevância turística, dos locais degradados e das trilhas utilizadas pelos moradores. Essas categorias foram previamente definidas pelas pesquisadoras para iniciar a discussão e possibilitaram a apresentação de novas categorias ou temas relevantes por parte das moradoras, que apontaram temas ligados à prestação de serviços públicos (saneamento, transporte público), provisão de infraestrutura (pavimentação, iluminação pública) e gestão do espaço público adaptado às necessidades de crianças e idosos, entre outros.

A cartografia social é apresentada por Araújo (2014) como um instrumento para dar visibilidade aos aspectos espaciais, sociais e culturais de interesse da comunidade de modo a apoiar a reivindicação de direitos. A metodologia extrapola as descrições quantitativas e inclui a participação comunitária na leitura territorial, articulando as percepções individual e coletiva (NETO; SILVA; COSTA, 2016). Tais mapeamentos têm sido utilizados por toda a América Latina para mediação de conflitos socioambientais, em territórios indígenas, quilombolas e para o entendimento de realidades socioculturais, em geral de comu-

nidades vistas como tradicionais. No Brasil essas práticas cartográficas foram difundidas na década de 1990, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Desde então, o termo cartografia social vem sendo adotado em pesquisas que procuram extrapolar os atributos espaciais, incluindo elementos simbólicos (ritos, lendas, crenças) e outras categorias relacionadas a uma experiência de pertencimento coletivo (GORAYEBE; MEIRELES, 2014).

Breve caracterização da ilha de Cotijuba

A ilha é habitada desde períodos pré-colombianos e, a partir do século XVIII, recebeu diversos equipamentos e formas de ocupação: engenho de arroz (Fazendinha), hospital militar, educandário, presídio, colônia agrícola (RIBEIRO, 2014). Convivem, então, secularmente, formas de apropriação exógenas (com instalação de equipamentos ligados a interesses governamentais e colonização japonesa implementada durante a II Guerra Mundial), populações que manejam a biodiversidade (extrativismo de coleta e agricultura) e forte dependência do rio (único meio de acesso à ilha). A população atual da ilha também é resultante de um processo de migração da parte continental de Belém, de outros estados e municípios (SILVA, 2010) em busca de terrenos baratos.

Esse histórico resultou em uma ocupação híbrida, também condicionada pela sua geomorfologia, em que os territórios de várzea e mata de terra firme são considerados rurais, e a área das praias (de grande beleza cênica) e de ocupação mais consolidada da porção sul da ilha são consideradas urbanas, conforme o Plano Diretor do município (ver figura 1). Cotijuba é a terceira ilha mais extensa e mais populosa de Belém. Apresenta área de 1.580.71 ha e dista 22 Km (em linha reta) em relação ao centro da cidade (BELÉM, 2012). Em 2000 a ilha tinha 2133 habitantes (GUERRA, 2007) e, no censo do IBGE (2010), foram contabilizados 3365 moradores. Uma das coordenadoras do MMIB (A. M., 47 anos), informou que existem cerca de 5000 moradores atualmente, o que significa que em 20 anos a população mais que dobrou.

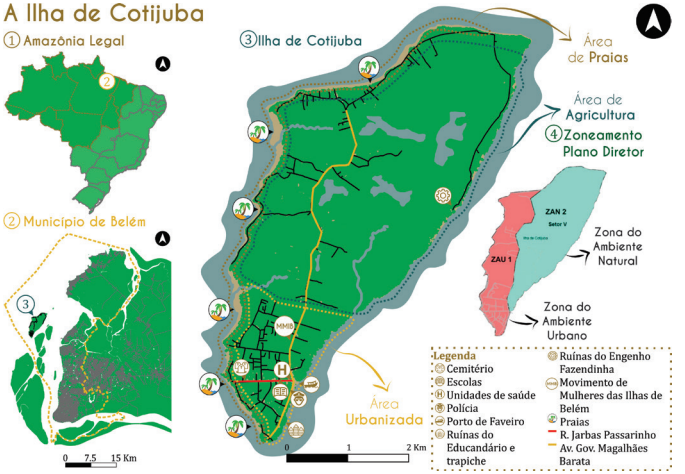


Figura1 | Mapa de localização do município de Belém e da Ilha de Cotijuba no município; zoneamento da Ilha de acordo com o Plano Diretor de 2008
Fonte: BELÉM (2008; 2013), GoogleEarth (2019) (Elaboração própria)

A mobilidade entre ilha e continente é feita somente por barco. Do trapiche de Icoaraci (distrito de Belém) até o trapiche Antônio Tavernard (na ilha), a viagem demora aproximadamente 45 minutos. Cotijuba é a única ilha (não ligada por ponte) que possui acesso por transporte público regular; desse modo, o trajeto pode ser realizado pelo barco da prefeitura, que durante os dias de semana

e em horários definidos, cobra o preço da passagem de ônibus municipal (R$3,60), ou por barcos da Cooperativa de Barqueiros de Cotijuba (COOPERBIC), que atualmente cobram seis reais pelo trajeto em ambos os sentidos. Por um lado o valor dessas tarifas restringe a mobilidade dos ilhéus, cuja renda média não é informada via dados censitários, por outro, a inexistência de serviços bancários na ilha, de serviços especializados de saúde, assim como o vínculo de trabalho de parte da população, que apenas dorme na ilha, obrigam a uma pendularidade cara para o seu perfil socioeconômico.

Cotijuba possui alguns equipamentos públicos que a diferenciam das outras ilhas do município. Existem três escolas municipais (das quais duas são anexos de escolas do continente) e uma estadual (de ensino médio) (SEMEC, 2018) para atendimento dos jovens. Há uma unidade municipal de saúde e uma equipe do programa estratégia saúde da família (SESMA, 2018) instalados na ilha. Contudo, os deslocamentos internos da ilha são feitos a pé, de bicicleta, de moto e pelo bondinho (compartimento de passageiros ligado a um trator). Segundo a lei Nº 7.768/95 (BELÉM, 1995), que estabelece normas quanto à circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba, é proibida a circulação desses veículos, salvo para fins públicos ligados à saúde, segurança ou escoamento agrícola. Em 2015, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), permitiu o processo de regulariza-

ção dos mototaxistas na ilha, popularizando ainda mais o modal, que já era utilizado pelos moradores informalmente (SEMOB, 2015).

Desde 2003 a ilha possui abastecimento de energia elétrica (AGÊNCIA PARÁ, 2017), o que aumentou a intensidade do comércio e do turismo local, pela possibilidade de conservação de mercadorias perecíveis (peixe, carne, frios, leite, etc.), estimulando a criação de pousadas (MELO, 2010). Desde então, o turismo (pousadas, transporte, restaurantes) e a agricultura familiar se destacam como atividades econômicas no contexto local; a produção familiar alimenta a própria ilha, vendida na feira local e parcialmente exportada para outras feiras, como a do Ver-o-Peso.

Sobre o saneamento básico, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Belém (BELÉM, 2014) aponta que a ilha de Cotijuba possui um sistema de abastecimento de poços rasos (2 poços de 30m de profundidade), localizado na Av. Jarbas Passarinho, conhecida como unidade do Farol. Durante a pesquisa de campo em Cotijuba, constatou-se que o abastecimento formal de água é realizado apenas na parte sul da ilha, sendo que nas demais localidades os moradores possuem poços. Não existe rede de esgotamento sanitário e os moradores criam soluções individuais como fossas sépticas. O lixo é coletado regularmente pela prefeitura e a Associação dos Catadores e

Catadoras de Materiais Recicláveis de Cotijuba faz coleta seletiva em alguns pontos da ilha.

Apesar de melhorias de infraestrutura, a ilha ainda não recebe a atenção governamental devida. Muitas soluções e regulações internas são criadas pelos próprios moradores por meio de movimentos coletivos, que buscam dar condições de transporte, produção agroextrativista, turismo, lazer e capacitação profissional.

O movimento social na ilha

A condição de isolamento da ilha em relação ao centro da cidade fez os moradores se unirem em grupos com propósitos específicos, formando associações ou movimentos. Apesar de a ilha já possuir alguma infraestrutura básica (transporte público desde o continente, energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo) ainda há uma forte percepção de omissão do setor público, que é compensada por uma ação de regulação coletiva, tácita, em temas de interesse da vida cotidiana: transporte interno; alternativas de lazer; condições da prática de agroextrativismo; práticas de parcelamento; uso e ocupação do solo, e nas soluções de saneamento. O quadro 2 apresenta os grupos organizados da ilha que foram citados durante as entrevistas e a oficina.

Associações e Cooperativas Relacionadas a/ ao...

Transporte de Passageiros	Produção de alimentos e Coleta/ Extrativismo	Práticas de Cidadania e de preocupação socioambiental
Cooperativa dos barqueiros da ilha de Cotijuba (COOPERBIC)	Cooperativa Mista de Cotijuba- extinta	Associação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Cotijuba
Associação dos Mototaxistas da ilha de Cotijuba	Associação de produtores a ilha de Cotijuba (APIC) - extinta	Associação de Moradores da ilha de Cotijuba e ilhas adjacentes (AMICIA)
Associação dos Charreteiros da ilha de Cotijuba	Grupo de mulheres da Associação de produtores da ilha de Cotijuba	Associação comunitária cultural e Beneficente de Cotijuba
Cooperativa de transportes para a Ilha de de Cotijuba	**Cooperativa agropecuária de produtores de Belém do Pará (COPABEL)**	Associação dos moradores da comunidade da Praia do Vai-Quem- Quer
	Associação dos pescadores artesanais das ilhas de Belém: Cotijuba, Jutuba, Paquetá, Nova Barra (AGRIC)	**Movimento de mulheres das ilhas de Belém (MMIB)**
	Cooperativa dos pescadores e trabalhadores na agropecuária da ilha de Cotijuba (COOPETARI)	

Quadro 2 | Movimentos sociais da Ilha de Cotijuba
Fonte: Elaboração própria

Os movimentos sociais cumprem um papel importante na ilha e contam com autonomia na criação das agendas a serem seguidas. Decidem, por exemplo, como regular e quanto cobrar no transporte interno, o que plantar e para quem vender. O agroextrativismo familiar também constrói soberania alimentar, permitindo a manutenção dos hábitos e identidade gastronômica local, por meio da venda de hortaliças e frutas da ilha na feira local, do excedente da produção das famílias. Essa prática reduz a necessidade de importações do continente e tem ampliado as exportações da ilha, com a destinação de hortaliças e frutos para feiras da Belém continental.

O MMIB (ver quadro 3) foi o movimento mais colaborativo para a realização da pesquisa, abrigou a oficina, identificou os setores da ilha, conforme condições de uso e ocupação da terra, e indicou possíveis entrevistados baseados nos diversos setores da ilha. Além de diversas atividades de capacitação profissional e do fortalecimento do agroextrativismo, atualmente o movimento atua no território por meio de uma rede de turismo de base comunitária que oferece roteiros [6] , em que o MMIB promove a correspondência entre as paradas dos turistas e os serviços oferecidos pela comunidade (A. M., 47 anos).

6 Os roteiros turísticos foram propostos em parceria com as Faculdades de Turismo da Universidade Federal do Pará, da Faculdade Pan Amazônia e da Universidade da Amazônia e com o Ecomuseu da Amazônia, já incorporados por agências de turismo, como a Vivenciar, sediada em Belém, a Vivejar, baseada no Rio de Janeiro, e com a Estação Gabiraba, do Amapá. Um exemplo de roteiro é a visita às ruínas do Educandário, após a chegada à ilha, seguida de um café da manhã (em restaurante de associada do movimento), visita à sede do MMIB para apresentação das ações do movimento, visita à casa de uma família de agricultores, e término na praia, no empreendimento de outra mulher associada.

O MMIB foi criado em 1998 como uma associação sem fins lucrativos a partir do GMAPIC, que integrava a APIC. Na antiga associação as mulheres não eram ouvidas e não tinham o poder de decisão. O movimento surgiu visando ao fortalecimento comunitário, geração de renda, capacitação profissional e inclusão social, com destaque para o protagonismo da mulher.

Em 1999 o movimento obteve o primeiro financiamento externo, a partir da aprovação do projeto Sons da Ilha (aproveitamento de restos de madeira para criação de instrumentos musicais) em parceira com o grupo Comunidade Solidária, que envolveu uma turma de 50 jovens, que contaram com bolsa de estudos por um ano. Essa iniciativa de capacitação preparou mulheres que hoje são membros do movimento, incluindo a própria coordenação. Em 2002 o MMIB foi formalizado e desvinculado da APIC. O movimento conta com sede própria, adquirida por meio de financiamento coletivo (recursos das mulheres participantes), localizada na Av. Magalhães Barata, nº 935. A sede original foi expandida, com anexação de outros lotes até atingir a configuração atual, que permite a sua utilização para diversos tipos de evento de capacitação, socialização, ou festividade de interesse da comunidade, constituindo-se, portanto, em importante equipamento público na ilha, que oferece uma sala de leitura com mais de 300 livros para a população da ilha.

O MMIB não é filiado a partidos políticos nem recebe incentivos governamentais. Desde 2002 possui parceria com a empresa Natura para produção de priprioca (cultivo), e mais recentemente para coleta do fruto tucumã. Apesar da parceria com a empresa, as famílias têm produção diversificada e não dependem exclusivamente dela. A percepção local é de que isso dá autonomia aos moradores, prevenindo a dependência financeira de uma única fonte de renda. Atualmente há outros institutos e empresas parceiras, como o Instituto Peabiru, a Mapinguari Design, o FMAP, o GMB, e a empresa Beraca.

O MMIB fortalece as práticas citadas, além do artesanato de biojoias e de vários projetos que atendem desde os jovens da comunidade, com curso de informática básica, até a terceira idade, como o Projeto Vida & Companhia, que oferece lazer e atividade física para os idosos.

Quadro 3 | Histórico e genealogia do Movimento de Mulheres da Ilha de Cotijuba
Fonte: pesquisa de campo; MMIB (*online*)

Desse modo, o MMIB é o articulador de uma rede de solidariedade que se realiza em espacialidades diversas, fortalecendo os movimentos comunitários. Tornou-se referência dentro da ilha, reconhecida pela população.

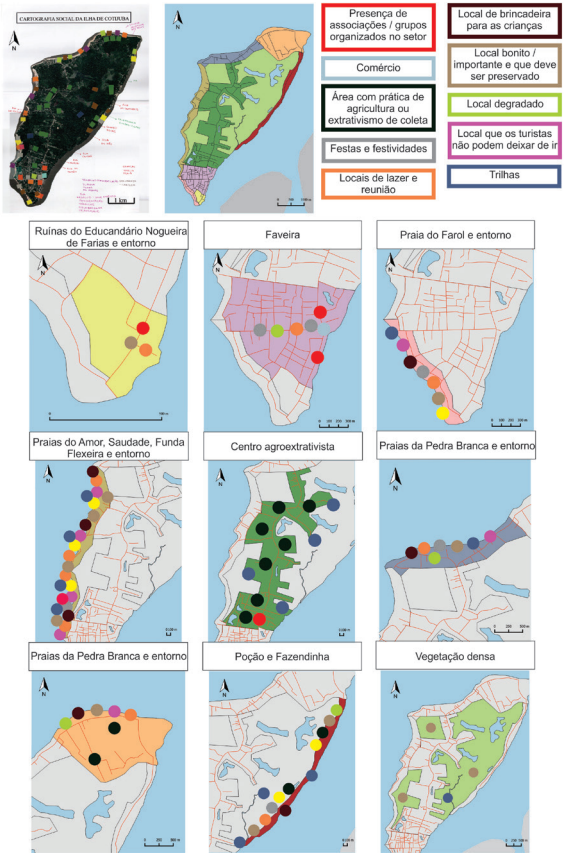
Outro parceiro da pesquisa foi a COPABEL, que reúne aproximadamente 100 famílias de produtores orgânicos, com um portfólio de mais de 30 produtos, que são destinados à ilha e à merenda escolar oferecida em escolas da rede pública, a partir de parceria com a Prefeitura Municipal de Belém (compradora), e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará, provedora de assistência técnica (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2017). Graças a essa iniciativa, 70 mil alunos da rede

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

municipal recebem alimentos orgânicos (hortaliças e frutas - tais como couve, cebolinha, cheiro verde, feijão verde, cariru, chicória, alface, macaxeira, banana e limão). A possibilidade de vender para prefeitura e receber auxílio técnico provocou o retorno de muitas famílias para a atividade agrícola e o ingresso de outras que nunca haviam trabalhado nessa atividade. A produção mensal da cooperativa é superior a 120 toneladas destinada à merenda escolar e às feiras da Região Metropolitana de Belém (AGÊNCIA BELÉM, 2019).

A cartografia da ilha

Os resultados da cartografia produzida na oficina estão consolidados no quadro 4, que resultou na subdivisão da ilha em nove setores, claramente distintos, a partir do histórico de uso e ocupação da ilha, das características da geomorfologia (com destaque para as praias), da intensidade da presença de vegetação. A exemplificação de lugares destacados na cartografia está presente nas fotos do quadro 5. Constatou-se que as praias são a principal referência na paisagem, bem como o principal espaço público e de sociabilidade da ilha. É muito comum o uso da praia como indicação de endereçamento: "moro na praia do Farol", ainda que a pessoa não more efetivamente na beira da praia, mas sim em seu entorno. A abrangência geográfica da área de uma praia não é algo objetivo e varia de acordo com a percepção de cada morador.



Quadro 4 | Consolidação da oficina de cartografia social: setorização da ilha e ocorrência de atividades
Fonte: elaboração própria

Quadro 5 | Fotos da ilha de Cotijuba
Fonte: fotos de Letícia Vicente e Rafaela Oliveira

Existem outras nomenclaturas para regiões específicas, não vinculadas nem às praias nem às ruas, mas às referências históricas - como ocorre com a Fazendinha, ruína que é referência para toda a região do entorno do antigo engenho, ou com o Seringal, área de antigo plantio de seringueiras que é referência para o seu entorno. A Faveira corresponde à parte mais ao sul e urbanizada da ilha e o Poção corresponde à região adjacente à praia da Pedra Branca. O centro da ilha concentra os grandes lotes dedicados às práticas agrícolas, que são circundados por florestas e braços de rios.

As áreas mais urbanizadas foram consideradas degradadas pelas participantes da oficina e a Faveira foi um dos poucos setores não citado como um local importante ou bonito e que mereça ser preservado. Muitas moradoras demonstraram preocupação com a sucessiva subdivisão de lotes, que os tornam cada vez menores e desmata-

dos. Outro ponto associado à degradação é a retirada de areia e pedra, tanto da orla quando do centro da ilha.

A paisagem da Faveira é semelhante àquela existente na periferia da Belém continental, onde há um maior adensamento de edificações. Há menos vegetação e área disponível para práticas de agricultura, extrativismo, criação de animais (as formas típicas de sustento ou complementação de renda). Nessa região o uso de casas de alvenaria é recorrente e o parcelamento é mais definido pelas ruas principais do que pela ocupação de margem de rio; há uma política clara de loteamento e cercamento individualizado, ainda que o controle da terra ocorra na condição de posse, já que o território da ilha é terra pública federal, sob gerência da Secretaria do Patrimônio da União.

Por outro lado, nas partes não urbanizadas da ilha prevalece a prática do agroextrativismo familiar com regime de compartilhamento da terra entre membros de uma mesma família. Nessas áreas as comunidades têm baixas densidades construtivas com baixo impacto sobre a vegetação (mata) e sobre os cursos d'água. Tais comunidades realizam serviços ambientais (preservação) e abastecem as feiras da cidade com produtos oriundos da floresta, contribuindo para a cultura e segurança alimentar. As funções socioambientais ainda são ignoradas pelos mecanismos oficiais de regulação do território municipal e invisibilizadas nos dados oficiais e nas políticas públicas (VICENTE, CARDOSO, 2018). As praias de rio constituem

uma paisagem de grande beleza cênica, que tem sido progressivamente apropriada para fins turísticos, atividade explorada majoritariamente pela própria comunidade, apesar dos anúncios esporádicos na mídia local de projetos de implantação de *resorts* com capital internacional.

Após a caracterização dos setores, os moradores apontaram a carência de espaços públicos de permanência e lazer para as crianças, bem como a necessidade da provisão de saneamento básico, desde a pavimentação até o acesso, tratamento, e despejo de água e esgoto, como os principais problemas enfrentados. Na microescala tornou-se evidente a inexistência de cercamento entre edificações de uma mesma família na área rural, assim como a mudança dessa situação na área urbanizada. A figura 2 ilustra o desenho de uma participante apresentando o arranjo espacial de uma família que tem sua residência, pousada e plantação compartilhando o mesmo terreno próximo à praia; a figura 3 ilustra caso semelhante, mas de menor complexidade. Todas as participantes da oficina destacaram a natureza como ponto fundamental da vida na ilha, seja por meio do cultivo de árvores frutíferas ou de jardins. Esses elementos foram associados à tranquilidade e esta como fator determinante para permanência das participantes na ilha.

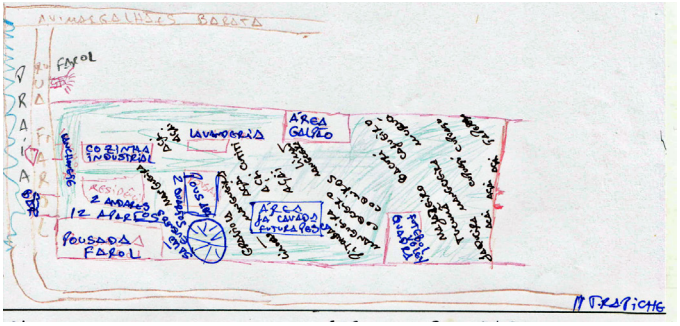


Figura 2 | Desenho de participante da oficina retratando o terreno onde vive
Fonte: pesquisa de campo

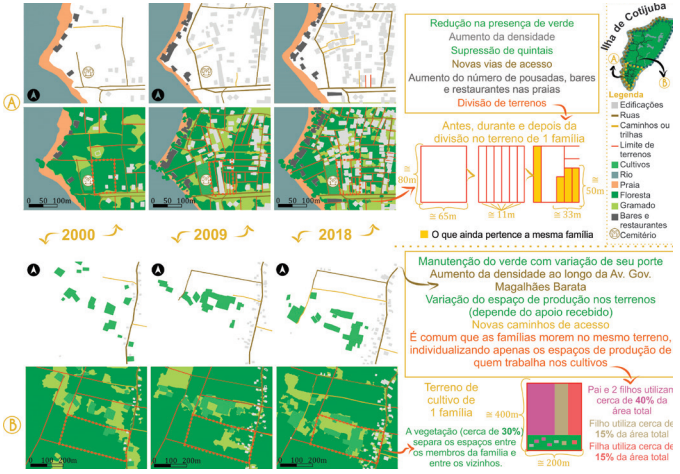
Figura 3 | Desenho de participante da oficina retratando o terreno onde vive
Fonte: pesquisa de campo

As participantes da oficina relataram que a variedade e quantidade de vegetação muda conforme o tamanho dos terrenos. Nos terrenos maiores existe maior variedade de vegetação, com hortas para subsistência ou para venda; nos menores há pomares (açaizeiro e cupuaçuzeiro foram os mais citados) e próximo às praias é comum que parte do terreno seja destinada a construção de pousadas e/ou restaurantes. As plantas ornamentais são comuns na frente e ao redor das casas, colorindo as ruas.

Na oficina as participantes apresentaram suas demandas para a ilha: local para fazer artesanato, local para criação de aves, área de lazer para crianças, posto de saúde, academia ao ar livre, área de reserva ambiental, regulação para evitar o adensamento e descaracterização da ilha, saneamento básico, rua bloquetada (pavimentada), iluminação pública e lixeira nas praias, o que indica o quanto a degradação, o processo de conversão de uso e perda de vegetação são relevantes. Além desses itens houve destaque para a área de cultivo de plantas medicinais para produção de remédios naturais - o item mais desejado das participantes da oficina, destacando a relevância da cultura e da ancestralidade do povo paraense, que busca tais produtos na feira do Ver-o-Peso.

Os arranjos especiais da ilha de Cotijuba

A recorrência de menções ao processo de subdivisão da terra pelas participantes da oficina motivou a investigação da evolução do parcelamento em duas frações de território, na parte sul e urbanizada na ilha ("A") e na área florestada ao norte ("B"), conforme exposto no quadro 6, elaborado a partir das pesquisas de campo e da comparação de imagens de satélite de 2000, 2009 e 2018, disponíveis na plataforma GoogleEarth. A área "A" destaca uma quadra que sofreu aumento da densidade construtiva, subdivisão dos lotes para venda e introdução de novos agentes no espaço (migrantes), indicando ocorrência de especulação imobiliária (GOMES, 2001), na medida em que a lógica de apropriação da terra seguida no continente (prevalência do valor de troca sobre o valor de uso) vem sendo importada pelos ilhéus e pelos novos habitantes. A área "B" destaca um terreno de produção agrícola localizado na parte central da ilha, pertencente a uma família integrante da COPABEL, onde ocorre redução na vegetação de grande porte.



Quadro 6 | Formas de ocupação na ilha de Cotijuba
Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

Na prática está em curso uma urbanização similar à da periferia da Belém continental. Esse fenômeno é ilustrado pelo caso de subdivisão de lote familiar, localizado em uma quadra típica da área "A", de um terreno de 65m x 80m em seis terrenos (um para cada filho) de 11m x 80m. Os filhos que não moram mais em Cotijuba venderam suas parcelas para forasteiros e os novos donos romperam com a tipologia habitacional, eliminaram os quintais produtivos e construíram muros para delimitação dos lotes, que antes era feita por meio de vegetação. Com a redução do terreno inicial, os filhos remanescentes, que

trabalhavam em um pequeno roçado para obtenção de renda extra, deixaram de produzir e se sentiram impelidos a vender os fundos dos terrenos, onde ainda existia vegetação de grande porte, abrindo mão do seu modo de vida, em troca de renda fundiária. A família em questão ainda possui cerca de um terço do terreno original, sendo que o terreno de um dos membros da família já está sem conexão com a parcela remanescente que aglutina as frações dos demais membros.

A figura 4 mostra um "instantâneo", um retrato da situação em curso na parte remanescente, na parcela do terreno ainda pertencente à mesma família. Existe um quintal comum para duas casas onde há criação de galinhas, área para estender roupa e espaço destinado à organização de sacos de carvão, que são vendidos em uma pequena barraca em frente a uma das casas. Há uma parcela do terreno coberta de vegetação nativa, por pertencer a um dos filhos que não mora na ilha.

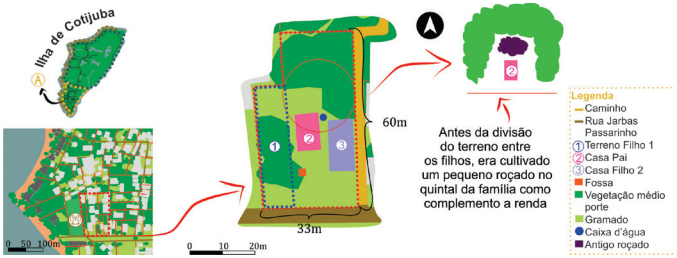


Figura 4 | Terreno de uma família na área sul da ilha
Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

Enquanto na área "B" (na região central da ilha), a figura 5 ilustra e ocupação de um lote familiar (com uma edificação para cada núcleo familiar constituinte) de 400m x 200m, com os múltiplos espaços necessários para produção/geração de renda e moradia. O terreno da família manteve a área vegetada, mas modificou o porte da vegetação. A decisão de alterar a composição da vegetação do lote foi tomada pela família sem consideração aos parâmetros da legislação ambiental, indicando a fundamentação dessa prática entre o que é conhecido por meio da experiência/cultura e a necessidade da família. Apesar da construção de casas para cada núcleo familiar, não houve divisão do terreno, com manutenção do compartilhamento da área de produção pela família extensa, ainda que cada núcleo familiar menor possua sua área de cultivo específica para tirar seu sustento. Essa prática reduz o impacto da produção sobre os recursos naturais disponíveis.

Nessa parte da ilha, o espaço dos quintais é bastante diversificado e conta com depósitos para ferramentas e para produtos recém-chegados da horta. No quintal mais próximo, as famílias costumam plantar árvores frutíferas para consumo próprio, como cupuaçu e açaí, além de espécies de interesse medicinal comumente utilizadas para tratar doenças mais simples. No caso ilustrado, a produção de mandioca da família é levada a uma pequena casa de farinha para preparo, para abastecimento de todos os membros da família sem destino de excedente

para vendas. Isso mostra que, apesar da produção de cada núcleo familiar ser separada, há uma relação de troca e colaboração entre a família ampliada.

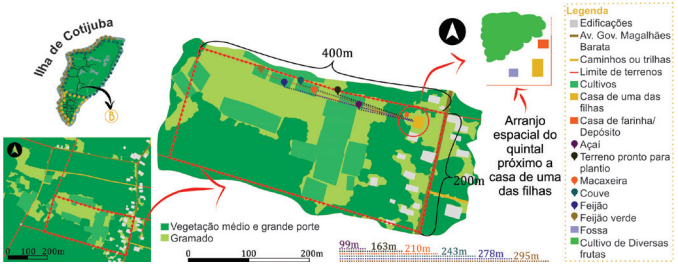


Figura 5 | Terreno de uma família na área central da ilha
Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

A família estudada na área "B" informou que o principal sustento sempre veio do cultivo de hortaliças e de sua comercialização na feira da Faveira e nas feiras de Icoaraci, mas, devido à falta de incentivo e apoio, chegaram a abandonar a produção e trabalhar no mercado informal de transporte por algum tempo. A partir da parceria da COPABEL com a Prefeitura de Belém, a produção da família voltou a crescer.

Conclusão

Apesar do isolamento e restrição de acesso (unicamente pelo rio) da ilha, após a chegada da energia elétrica, na década de 2000, tem havido progressivo aumento populacional e adensamento construtivo. Isso pode ser ex-

plicado pela facilidade de transferência de posse (em se tratando de terra pública), que torna as negociações mais acessíveis para os grupos populares, uma vez que um lote com dimensões maiores do que as encontradas na periferia da Belém continental pode ser adquirido por cerca de dois mil reais. Desse modo, a ilha tornou-se uma alternativa para construção de casas permanentes (ocupação de baixa renda), para atividades ligadas a um turismo comunitário e popular (pousadas, roteiros turísticos, restaurantes, casas de veraneio) em concorrência às atividades de manejo da terra (realização do agroextrativismo familiar).

A organização da comunidade tem sido o único instrumento para modular o ritmo de transformação das condições de uso e ocupação do solo na ilha, por meio do compartilhamento de saberes e da soberania para tomada de decisão solidária. A atuação do setor público historicamente priorizou a provisão de infraestrutura, o que é claramente insuficiente para o pleno atendimento das necessidades da população, que tende a ter visão de curto e médio prazo dos processos e necessita de suporte técnico para entender as condições de inserção da ilha no contexto metropolitano. A geomorfologia da ilha é frágil e a vegetação é necessária para controle da erosão do solo, umidade e irradiância solar, qualidade e velocidade de ventos (TSILINI *et al*, 2015), indicando que há serviços ecossistêmicos a serem contabilizados nos processos de

transformação de interesse metropolitano, face à necessidade de conservação da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas nas cidades (GRAFIUS; CORSTANJE; HARRIS, 2018); assim como potencial de inclusão social e respeito à identidade cultural, considerando a contribuição dos ilhéus à produção de alimentos e redução da pobreza por meio da agricultura urbana (AQUINO; ASSIS, 2007).

Essas questões justificam uma ação específica para as ilhas e, para a Ilha de Cotijuba em particular, para que a riqueza de suas múltiplas dimensões não se restrinja à disputa pela terra, como mera periferia da Belém continental, sem atenção ao seu potencial para produção e reprodução de um modo de vida de base agroextrativista, além dos potenciais ambiental e paisagístico. A ação oficial necessária, e estratégica, para esse contexto, é oposta à direção apontada pela atual gestão federal, que anunciou a intenção de privatização dos imóveis da União[7] , e sua destinação a empreendimentos turísticos de grande porte, possibilidade que causaria uma mudança radical em todos os processos virtuosos identificados nessa pesquisa.

7. Ver notícia veiculada pelo site *The Intercept* Brasil (COSTA, 2019) sobre o planejamento da concessão de terras públicas para usos privados. Foram listadas 222 propriedades em 17 estados, entre ilhas, imóveis, assentamentos, unidades de conservação. Em Belém, entre outras propriedades, aparecem na lista a ilha do Combu e a ilha de Cotijuba

Espera-se que a sistematização da percepção da comunidade sobre os arranjos espaciais praticados em Cotijuba, acessada por meio da cartografia social e de entrevistas, ofereça subsídios para políticas públicas e realimente a organização comunitária. O quadro 7 apresenta itens de uma agenda com recomendações de ações possíveis para as famílias e para os setores público e privado, com foco na gestão do espaço construído da ilha, para que ela não perca suas principais potencialidades (sociais, ambientais, paisagísticas, econômicas).

Famílias	• Respeitar os afastamentos dentro do lote mantendo espaços vegetados, como o jardim e o quintal; • Evitar a subdivisão dos lotes adotando tipologias habitacionais coletivas ou uso compartilhado da terra entre uma mesma família; • Manter a ocupação horizontal com limite de gabarito; • Manter a várzea com construções de baixa densidade, considerando-a como área natural de drenagem.
Setor público	• Desenvolver um código de posturas local; • Criar áreas/ equipamentos públicos para a população voltados aos diversos públicos (crianças, idosos); • Diferenciar o preço de transporte público para moradores da ilha; • Restaurar, dar uso e destacar a relevância histórica das ruínas do Educandário Nogueira de Farias e das ruínas da Fazendinha (antigo engenho); • Preservar as Áreas de Proteção Permanente com baixas densidades populacionais e construtivas; • Complementar a infraestrutura como: rede de saneamento básico (priorizando soluções de infraestrutura verde), pavimentação (com pisos permeáveis), iluminação pública, arborização pública; • Implantar banco e/ou casa lotérica para pagamentos; • Fortalecer o artesanato, o agroextrativismo familiar com produção orgânica e o turismo comunitário e ecológico; • Restringir a entrada do setor privado de grande capital; • Recuperar áreas ambientalmente degradadas (como em erosão); • Criar áreas de preservação, analisando quais polígonos podem ser de uso sustentável e quais de preservação integral.
Setor privado	• Diferenciar o preço do transporte interno para os moradores; • Incentivar/prover espaços com usos culturais; • Priorizar o turismo de base comunitária; • Reconhecer e manter as trilhas de conexão internas aos terrenos; • Não explorar os recursos naturais em larga escala – tais como areia e pedra; • Não realizar o bloqueio visual ou de acesso físico à orla (por privatização/ cercamento); • Agregar valor aos produtos extraídos ou produzidos na ilha.

Quadro 7 | Agenda para políticas públicas e comunitárias
Fonte: elaboração própria

Por último, ressalta-se a riqueza de visões e possibilidades existentes no universo de uma ilha inserida em um contexto metropolitano amazônico, onde a proximidade da metrópole constitui mercados interessantes. No entanto, esses mercados não devem se tornar predadores, na medida em que não são capazes de oferecer oportunidades e condições de vida equivalentes àquelas que têm sido possíveis pelo trabalho solidário e muitas vezes "soberano", pela ausência de outras instâncias de decisão e apoio, dos camponeses amazônicos que povoam as ilhas da região.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 73- 78, abr/jun, 1997.

AGÊNCIA BELÉM. **Agricultura familiar gera renda e garante qualidade na merenda escolar**. AGÊNCIA BELÉM, 2019. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/204679/agricultura-familiar-gera-renda-e-garante-qualidade-na-merenda-escolar>. Acesso em: 20 fev. 2020.

AGÊNCIA PARÁ. **Mosqueiro e Cotijuba: roteiros turísticos que unem beleza e história**. AGENCIA PARÁ, 2017. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noti-

cia/1661/>. Acesso em: 10 out. 2019.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

ARAÚJO, E. Cartografia social e populações vulneráveis. **Rede Nacional de Mobilização Social**, 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf.>. Acesso em: 10 out. 2019.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/1_01_Caracterizacao-do-Territorio.pdf.>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BELÉM. **Lei nº 7768 de 02 de outubro de 1995**. Estabelece normas quanto a circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba e dá outras providências. Belém: Diário Oficial do Município de Belém, 1995.

BELÉM. **Lei nº 8655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Diário Oficial do Município de Belém, 2008.

BELÉM. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário De**

Belém – Pará. V. 1. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2014.

CARDOSO, A.C.; LIMA, J.J.; FERNANDES, D. Belém: quatro décadas da região metropolitana de Belém, uma variante do processo de metropolização brasileiro. In: RIBEIRO, L.C.; RIBEIRO, M. **Metrópoles brasileiras**: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

COSTA, B. **Aluga-se o Brasil**. *The Intercept* Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/15/bolsonaro-alugar-areas-publicas- turismo/?fbclid=IwAR2budd8p3jP8mrnJhTyJpAazQgmiDJs1G2ARnewpaXvyiR3aOT_FZMJJ50>. Acesso em: 10 out. 2019.

COSTA, F. A. Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico. In: MALCHER, M.; MARQUES, J.; PAULA, L. **História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia**. São Paulo: Acquerello, 2012.

GOMES, E. L. dos S. **Ilha de Cotijuba e experiência de ecoturismo comunitário no estuário amazônico**. 2001. Monografia. (Especialização, Núcleo de altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos.

Rede Mobilizadores, 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>. Acesso em: 10 out. 2019.

GRAFIUS, D.R.; CORSTANJE, R.; HARRIS, J. A. Linking ecosystem services, urban form and green space configuration using multivariate landscape metric analysis. **Landscape Ecology**, v. 33, p. 557-573, 2018.

GUERRA, G. **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da Ilha de Cotijuba**. Belém: Unama, 2007.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

LANG, M. Introdução. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MELO, O. **O lugar e Comunidade na ilha de Cotijubapa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MMIB [online]. **Quem sou eu**. Disponível em: <http://movimentodemulheres-mmib.blogspot.com/>. Acesso em: 20 out. 2019.

NETO, F. O.; SILVA, E. V.; COSTA, N. Cartografia Social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos

metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016.

RIBEIRO, B. **A natureza nas lógicas de ocupação da Ilha de Cotijuba, Belém (PA)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Produtos de cooperativa agrícola de Cotijuba reforçam a merenda escolar**. SEPLAN, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/produtos-de-cooperativa-agr%C3%ADcola-de-cotijuba-refor%C3%A7am-merenda-escolar>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SEMEC. Secretaria Municipal de Educação [Belém]: **Escolas municipais**. SEMEC, 2018. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semec/site/?page_id=79>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SEMOB. **Semob começa a regularizar serviço de mototáxi em Cotijuba**. SEMOB, 2015. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semob/site/?p=3003>. Acesso em 20 jan. 2020.

SESMA. **Secretaria Municipal de Saúde [Belém]**. SESMA, 2018. Disponível em:<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=12>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, S. **Belém e o ambiente insular**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2010.

TSILINI, V. *et al*. *Urban gardens as a solution to energy poverty and urban heat island*. **Sustainable Cities and Society**, v. 14, n.1, p. 323-333, 2015.

VICENTE, L; CARDSO, A.C. **Rastreando manifestações do Urbano Natural na Belém Insular**. Belém: PROPESP/UFPA, 2018.

REMOÇÕES E REAÇÕES: AÇÕES DE EXCEÇÃO E PRÁTICAS DO COMUM NA PERIFERIA DE BRASÍLIA

Laila Beatriz da Rocha Loddi[1]
Carlos Henrique Magalhães de Lima[2]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p294

Resumo

Neste artigo abordam-se modos de produção do espaço conduzidos por organizações populares em duas localidades de Brasília atravessadas pela prática urbanística das remoções. Uma análise longitudinal investigará a erradicação de invasões que resultou em Ceilândia. Já na análise de conjuntura, investiga-se a constante possibilidade de remoção enfrentada por moradores da Cidade Estrutural. Teoricamente, mobiliza-se parte da literatura recente a respeito do comum para propor uma reflexão sobre essa produção de espaço, apontando possíveis enfrentamentos das desigualdades socioespaciais no presente.

1. Arquiteta e Urbanista pela UFSC, mestre em Arte e Cultura Visual pela UFG, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Professora da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: laila.loddi@ueg.br.

2. Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Brasília-UnB, Doutor em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade de Brasília. E-mail: carloshenrique@unb.br.

Palavras-chave: Remoções. Resistências. Comum. Produção do espaço. Brasília.

REMOVALS AND REACTIONS: URBANISM OF EXCEPTION AND COMMON PRACTICES ON THE PERIPHERY OF BRASÍLIA

Abstract

This article discusses ways of producing space conducted by popular organizations in two locations in Brasília, crossed by the urbanistic practice of removals. A longitudinal analysis will investigate the invasion eradication that resulted in Ceilândia. In the conjuncture analysis, the constant possibility of removal faced by residents of Cidade Estrutural is investigated. Theoretically, is mobilize part of the recent literature about the commons to propose a reflection on this production of space, pointing out possible confrontations of socio-spatial inequalities in the present.

Keywords: Removals. Resistances. Commons. Space production. Brasília.

REMOCIONES Y REACCIONES: URBANISMO DE EXCEPCIÓN Y PRÁCTICAS DE PRÓCOMUN EN LA PERIFERIA DE BRASILIA

Resumen

Este artículo discute formas de producir espacio conducido por organizaciones populares en dos lugares en Brasília, atravesados por la práctica urbanística de las remociones. Un análisis longitudinal investigará la erradicación de la invasión que resultó en Ceilândia. En el análisis de la coyuntura, se investiga la posibilidad constante de remoción que enfrentan los residentes de Cidade Estrutural. Teóricamente, movilizarse parte de la literatura reciente sobre lo prócomún para proponer una reflexión sobre esta producción de espacio, señalando posibles confrontaciones de desigualdades socio-espaciales en el presente.

Palabras-claves: Remociones. Resistencias. Prócomun. Producción espacial. Brasilia.

Introdução

Este trabalho surge pelo interesse em práticas culturais, artísticas e espaciais contra hegemonias elaboradas nas periferias das cidades – denominadas aqui reações. Populações minoritárias reagem diante de situações de violência ou indeterminação, muitas das quais produzidas na perspectiva de um urbanismo supressivo que pouco ou nada considera demandas e experiências de populações locais. Em "8 reações para o depois" (2019), a noção de reação aparece na análise de casos de violação de direitos humanos no Rio de Janeiro – movimentado pelos megaeventos de 2014 e 2016 –, nos quais as reações "surgem como forças que, em disputa, afetam e desestabilizam o território, derivadas de ocorrências antigas e insurgentes" (ALTBERG; MENEGUETTI; KOSLOWSKI [Coord.] 2019, p.2). Dentre as violações urbanísticas, identificam-se operações sobre populações pobres, de remoção, desestabilização de lugares, apagamento de memórias, agressões e outros conflitos realizados pelo Estado associado a empresas e instituições. A existência destas comunidades parece dificultar as metas do almejado projeto de cidade que pouco assimila das experiências de vida identificadas em uma base social heterogênea e complexa.

Pensamento e prática do urbanismo influenciam decisivamente no agenciamento dos lugares, na distribuição das populações, nos fluxos de pessoas e de capitais, quase

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

sempre em sintonia com os campos caracterizados pela teoria política como hegemônicos. As situações apresentadas aqui configuram práticas urbanísticas e nos levam a extrair consequências teóricas e experimentais para sua crítica. Tais casos revelam ações de exceção, mas também nos permitem levantar reações produzidas por aqueles que são negativamente afetados pelos processos. Assimilando a ideia de que tal tensão não se resume ao confronto entre subordinação e controle, propõe-se uma leitura que parte do polo minoritário em direção ao vértice determinante. Foi elaborada uma abordagem teórico-empírica na tentativa de compreender fenômenos que atravessam duas situações separadas por certo lapso temporal, ambas em Brasília. Em 1970, o governo local conduziu a chamada Campanha de Erradicação de Invasões, cujo intuito era evitar a incrustação de favelas no entorno imediato do Plano Piloto da cidade. Hoje, vive-se na Cidade Estrutural a constante insegurança jurídico-urbanística que tem no horizonte a possibilidade de remoção.

Por um lado, a prática urbanística será aqui associada aos dispositivos, mecanismos de controle. O mecanismo é uma meada, um conjunto multilinear

> composto por linhas de natureza diferente [em que] as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem etc. Mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se

> aproximam ora se afastam uma das outras (DELEUZE, 1996, p.65).

Por outro lado, procura-se uma abertura às potencialidades constituídas nas urdiduras das formas de resistências articuladas nesses territórios pela população local, apostando que as linhas de fuga podem levar à construção de um comum assentado em práticas e discursos de coletivos autodefinidos. Territórios esses como os "territórios para a vida" que Raquel Rolnik (2019) observa: organizados a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos:

> Planejamento conflitual, planejamento abolicionista e planejamento insurgente têm sido denominações utilizadas hoje na teoria do planejamento para designar práticas contra-hegemônicas que, beneficiando-se da natureza contraditória do capitalismo neoliberal, contribuem para liberar as forças de transgressão e imaginação presentes nos territórios para a vida, sejam esses os assentamentos autoconstruídos, as ocupações efêmeras ou de longa duração. São práticas fluidas, que se movem através dos espaços institucionais de participação, mas que também adotam formas de organização/decisão definidas, em seus próprios termos, por seus participantes e protagonistas (ROLNIK, 2019, p.39).

Em suma, objetiva-se contrapor situações e reações para produzir uma leitura a respeito do urbanismo como dispositivo de controle, procurando observar autoexpressões espaciais que podem oferecer compreensões alternati-

vas da sociedade, em direção aos esforços que se somam em favor de cidades mais justas e viáveis.

Remoção: prática urbanística e dispositivo disciplinar – o caso de Ceilândia

A história de Ceilândia é bastante conhecida por historiadores da cidade e do urbanismo. Até o final da década de 1960, muitos dos trabalhadores que migraram para a construção de Brasília já haviam sido removidos dos acampamentos operários de caráter provisório no Plano Piloto. A fixação de famílias de migrantes no entorno do Plano Piloto cresceu na mesma medida em que o Plano se firmava como centro de empregos e serviços. Já nesse período, "consolidou-se uma política de remoção de favelas ou ocupações irregulares para o assentamento de populações mais pobres em subúrbios-dormitório, as chamadas cidades-satélites" (DERNTL, 2018). Taguatinga (1958), Sobradinho (1959), Cidade Livre (Núcleo Bandeirante, 1961), Guará (1967) foram criadas para receber essas famílias. Ainda assim, os assentamentos próximos ao Plano Piloto se multiplicavam.

O complexo da Vila IAPI (próximo ao Hospital do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), na região da Cidade Livre, posteriormente denominado Núcleo Bandeirante, era um dos mais populosos. Segundo divulgado pela imprensa da época, o então presidente Mé-

dici teria manifestado desagrado com as 'numerosas e incomodativas invasões' em seu trajeto para o Palácio do Planalto e deste para o sítio em Riacho Fundo (PAVIANI, 1991). Antes dele, o próprio Lucio Costa já havia advertido sobre a necessidade de um modelo de ocupação do território que impedisse a "enquistação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural" (COSTA, 2007 [1962]). Atendendo à queixa presidencial e tentando coibir a proliferação de favelas prevista por Costa, o governador do Distrito Federal, coronel Hélio Prates da Silveira, lança em 1970 a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Aldo Paviani relata as condições em que foram realizadas as transferências:

> [A CEI] entre os anos de 1971 e 1972 cadastrou todos os barracos existentes nas vilas periféricas ao Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia. Em razão do aparato montado, a transferência se deu sem que os percalços (poeira, lama, falta de água e trabalho) constituíssem motivo de revolta dos transferidos. O 'comportamento adequado' dos favelados foi também atribuído à promessa de legalização dos terrenos a baixo custo e pronta instalação de equipamentos como escolas, água encanada e eletricidade, facilidades que não eram encontradas nos acampamentos e favelas da periferia do Núcleo Bandeirante. (PAVIANI, 1991, p.129).

Moradores da Vila IAPI, Morro do Urubu, Morro do Querosene, assentamentos de Bernardo Saião, Curral das Éguas e Placas das Mercês foram removidos para um lo-

cal mais distante e sem qualquer infraestrutura. À época, um relatório do governo reconhecia qualidades urbanísticas e comunitárias da Vila IAPI, mas, ainda assim, justificava sua remoção baseado em laudos que atribuíam à ocupação a contaminação de córregos próximos (GOUVÊA, 1995, p. 67).

Figura 1 | Vila IAPI, Núcleo Bandeirante, 1969
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Identifica-se nessa situação parte de um fenômeno urbano experimentado e fundado na construção de Brasília, que vem sendo amplamente pesquisado em diferentes campos pelo viés da concepção e urbanização da cidade. No entanto, intentou-se compreender a Campanha de Erradicação de Invasões como "dispositivo disciplinar" ca-

muflado sob discurso civilizatório, modernizador e desenvolvimentista. O aparato discursivo empregado ao longo da CEI revela um processo de cunho colonialista fortemente marcado pelo domínio e controle das formas de espacialização de populações subalternizadas. O termo "dispositivo" aparece com ênfase nos textos de Foucault (2000) e Agamben (2005). O primeiro emprega do termo para demarcar sobretudo "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas." (FOUCAULT, 2000, p. 244). Em síntese, dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos, estejam enunciados ou não. Agamben, por sua vez, propõe um deslocamento semântico do conceito, em um quadro contemporâneo de acirramento das questões refletidas por Foucault. Segundo Agamben (2005, p.13), dispositivo é

> [...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o

> mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar.

Por meio "de uma série de *práticas* e de *discursos*, de saberes e de exercícios, [os dispositivos visam] a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento." (AGAMBEN, 2005, p.14, *ênfase nossa*).

O aspecto da linguagem é ressaltado por Spivak (2010) em sua reflexão sobre a condição subalterna no capitalismo global. Se a própria linguagem é um dispositivo, com que voz/consciência poderia o próprio sujeito subalterno falar? Sujeito esse pertencente "às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK, 2010, p.12). Isto é, na formação programada da desigualdade operada por violência epistêmica impõe-se o poder de falar em nome do subalterno – prática recorrente em diversas fases da história do colonialismo – cuja fala estaria capturada nas estruturas do poder hegemônico. A abordagem de Spivak contribui para aguçar questionamentos sobre a CEI enquanto estratégia colonizadora e ideológica afirmada por meio da linguagem.

Em se tratando de locais de residência/permanência/existência de populações pobres, está em disputa uma questão de linguagem: a narrativa da precariedade se sobrepõe às alternativas criadas pela população para resolver sua necessidade de morar, criando tipificações e legalismos que tratam sempre como precário e anormal o que de fato poderia ser descrito como 'possível na cidade neoliberal'. A pobreza, assim, é relacionada apenas à falta e à deficiência, naturalizando e ocultando parte dos significados desse vocabulário recorrente. Assentamentos chamados "invasões", "precários", "inadequados", "subnormais", "ilegais" – entre outras nomenclaturas técnicas largamente utilizadas – evidenciam distanciamentos, preconceitos e estigmas, além de esconder estratégias de apropriação de territórios com finalidades especulativas. A habitação autoproduzida nas periferias e favelas pode ser compreendida como esforço da população de baixa renda em cidades injustas e desiguais. No jogo de linguagem da ilegalidade não há reconhecimento da legitimidade das práticas existentes, tampouco valorização da leitura a respeito do território elaborada pelos próprios moradores. O vocabulário da criminalização naturaliza situações de violência, como a remoção das chamadas invasões do Plano Piloto nos anos 1960.

Oliveira (2014) apresenta um trabalho etnográfico comparativo entre dois casos raramente aproximados: ações do Estado sobre populações indígenas e sobre favelas

cariocas. O autor afirma que na gestão tutelar desses territórios há a construção de um "*outro*" por meio de categorias e processos de classificação social, normatização e imposição de práticas[3]. No caso das favelas, o termo pacificação confere às ações da polícia militar do RJ e das forças armadas as mesmas qualidades cívicas e de intenção humanitária atribuídas às atividades indigenistas do governo brasileiro no período dos heróis sertanistas como Marechal Rondon. Segundo Oliveira, isso se dá com intuito de pacificar, civilizar; trazer os selvagens, pagãos, imorais, à luz da civilidade; ainda que sejam outros os interesses de apropriação desses territórios. Quem há de contestar o discurso da pacificação, da erradicação de invasões ou do desenvolvimento?

Na condução de projetos em áreas ocupadas por populações de baixa renda, o Estado tem se associado ao capital privado, com objetivos especulativos e resultando em segregação socioespacial. Não se propõe solucionar o problema; apenas administrá-lo, contorná-lo, redefinindo os lugares da violência e da precariedade por um tipo de agenciamento urbano parcial e incompleto. As obras beneficiam pontos estratégicos do território: aqueles que apresentam relevância imediata. Esse modelo urbano é

3. Conforme observam Batista (2011), Brito (2013), Menegat (2013), Teixeira (2012), Barreira e Botelho (2013), a "pacificação urbana" em algumas favelas cariocas teve o intuito de contornar e administrar o crescimento da violência no Rio de Janeiro das últimas décadas, que ultrapassou as barreiras das favelas e tornou-se ameaça à coesão social e política da cidade.

voltado a uma minoria de consumidores, para forjar uma imagem de cidade sem conflitos, atraente, desenvolvida e segura para investimentos (BARREIRA, 2013).

Para Escobar (2008), 'desenvolvimento' é uma ideologia atrelada ao poder e um conceito que vem sendo incorporado indiscutivelmente ao discurso técnico, justificando a implantação de megaprojetos e o investimento em grandes obras. O autor levanta críticas ao paradigma desenvolvimentista e aponta sua inadequação, propondo a urgência da fundação de novos paradigmas pautados pelo conhecimento local. A partir dessa redefinição, considera-se que modelos de desenvolvimento não conseguem responder às demandas locais, onde grupos resistem e escolhem continuar com um envolvimento com o seu lugar, reafirmando práticas próprias de produção. Em oposição ao paradigma desenvolvimentista que legitima a criminalização desses corpos, há uma série de práticas locais, culturais e artísticas atravessadas pelo léxico da resistência em busca de afirmação e expressão de sua subjetividade.

Propõe-se, então, identificar os fluxos das formas coletivas auto-organizadas que surgem nos territórios alvo do controle como potencialmente capazes de produzir novos espaços urbanos ao tematizarem aquilo que lhes foi destituído. O que se expressa nos enunciados encontrados em Ceilândia desfaz a aura cosmopolita e modernizadora

do projeto urbano de Brasília, denunciando, em retrospectiva, como o controle do Estado dos discursos e práticas do urbanismo produziu imagens que não encontram correspondência na atual dinâmica da cidade.

Reação: práticas insurgentes na produção de comum urbano

Desde 2007, o Programa Jovem de Expressão conduz ações em Ceilândia voltadas para formação e fomento do que denominam empreendedorismo social. A gestão do programa é compartilhada com a Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS), organização da sociedade civil de interesse público fundada em 2005. O programa tem como propósito "desenvolver ações socioculturais para a promoção, a inclusão e a justiça social para jovens em situação de risco social" (informações apresentadas no Anuário 2017). O protagonismo jovem propõe variadas ações como atividades de acolhimento e promoção de saúde mental, tecnologias sociais baseadas na terapia comunitária integrada, espaço para falas e escutas potencialmente livres de preconceitos. Além disso, um curso pré-vestibular comunitário com professores voluntários – muitos deles egressos da UnB – prepara para o acesso ao ensino superior; e um Laboratório de Empreendimentos Criativos investe no fortalecimento de economias solidárias por meio da criação de pequenas empresas. Na expressão dos participantes, o programa Jovem de Expres-

são é disparador de várias propostas que ambicionam autonomia, acolhimento, envolvimento e integração local para empoderamento da juventude negra e periférica.

Harvey (2014) defende a ideia de comum como meio de inventar solidariedades locais – como na gestão de bairros – ou um *comum* amplo relacionado às questões ambientais, que impõe o desafio da gestão social para que os benefícios sejam compartilhados por todos. Criar formas de manejo de recursos e de gestão de espaços estaria no horizonte desse arranjo socioespacial. Harvey recorre a Hardt e Negri (2016) quando especula sobre o comum cultural: algo dinâmico que o produto do trabalho e os meios futuros de produção. Um comum que não é apenas a terra compartilhada, pois inclui as nossas línguas e práticas socialmente construídas (HARDT e NEGRI, 2016). Espaços e bens públicos geridos por governos não configuram necessariamente comuns, embora contribuam intensamente para suas qualidades.

Subtraindo a lógica da produção de mais-valia e dos poderes do direito de propriedade, o comum, enquanto questão política, envolve a auto-organização de populações para produzir e se apropriar de bens. Desse modo, o comum não é uma forma específica de ativo ou de processo social, mas uma relação permanentemente maleável entre coletivos autodefinidos e o que produzem por suas práticas de "comunalização". No cerne dessa prática, en-

contra-se como princípio "a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada – para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado" (ibid., p.145).

Tal arranjo de comunalização está presente em práticas coletivas de Ceilândia, que amplificam potências e enunciações dos territórios populares, como a Praça do Cidadão. A praça é um espaço apropriado por coletividades organizadas onde acontecem ações autogestionárias fora de estruturas formais de representação, ou seja, que não estão ligadas ao Estado ou a partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e demais organizações hierárquicas, e que, portanto, colocam em evidência a possibilidade de constituição de um bem comum urbano. No local, iniciativas independentes promovem festas, oficinas, debates, desfiles, batalhas de rap entre outras atividades de produção, circulação e divulgação das culturas jovens periféricas.

Tratam-se de ações que reivindicam o direito à cidade, configurando espaços de ativismo a contrapelo de projetos urbanos excludentes – portanto, opostos ao urbanismo como dispositivo de controle. Performam, assim, práticas de insurgência de cidadania que podem ser compreendidas como o que Faranak Miraftab (2016) denomina "planejamento insurgente". O planejamento insur-

gente – ou conflitivo – compreende práticas contra-hegemônicas e forças de transgressão com poder de liberar a imaginação do planejamento, descolonizando suas condutas e questionando suas prerrogativas. Elaborar novas definições a partir dessa perspectiva envolve reconhecer práticas cidadãs como formas de planejamento.

Figura 2 | Praça do Cidadão, 2018
Fonte: Fotografia de Samuel Estrella

Não se pode perder de vista que, em larga medida, tais ações refletem também a ausência de equipamentos públicos, em especial, aqueles destinados à cultura. Ainda assim, mostram energias reunidas e mobilizadas que

compreendem a cidade como lugar de convergência e compartilhamento, mais do que território a ser controlado e administrado pelo vértice hegemônico. A reação da juventude ativa o espaço público com sentido engajado e propositivo. Ao conduzir suas ações, propõe-se aqui que os grupos tentam romper com as hierarquias e as programações dadas em benefício de um espaço espontâneo e permanentemente reinterpretado, um espaço *comum* aberto às virtualidades não realizadas. Doron (2007) descreve essa ativação dos espaços públicos como algo ainda pouco explorado pelo campo da arquitetura e do urbanismo – ao menos sistematicamente. Para o autor, a potência crítica da comunalização estaria na possibilidade de pensar um lugar sem programação definida que, justamente por essa razão, estaria em transformação constante.

Ao valorizarem as experiências locais, ao proporem formas compartilhadas de pensar o espaço urbano e, com isso, transformá-lo, os jovens em Ceilândia elaboram um modo alternativo de produzir cidade – já que esse saber, o urbanismo, está sujeito a constantes interferências de sentido e significado. Mais que um espaço público, a Praça do Cidadão pode ser compreendida como um lugar *comum*, onde não se elabora apenas o presente e as questões da vizinhança; expande-se as fronteiras imaginativas em direção a uma outra cidade: plena em direitos e garantias.

Cidade Estrutural e segregação socioespacial

A Cidade Estrutural é uma ocupação originada como assentamento espontâneo de catadores de lixo nos arredores do aterro sanitário de Brasília. A ocupação teve início na década de 1970 e cresceu consideravelmente – de forma desordenada – ao longo dos anos 1990, por ação de trabalhadores da coleta e seleção de resíduos sólidos. Seu nome remete à Via Estrutural, rodovia que atravessa a porção oeste do Eixo Monumental e a conurbação formada por Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. A cidade está a 13km do Plano Piloto, inserida na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA)[4] . No primeiro cadastro realizado em 1993, foram identificadas 193 famílias vivendo no local. Atualmente "estima-se que a população da Estrutural seja de aproximadamente 40.000 habitantes, sendo apenas 5% remanescentes de catadores de lixo (informação verbal)" (GUINANCIO, GOMES, 2014; p.102).

A Estrutural é uma cidade heterogênea cujas características são influenciadas por áreas adjacentes. Os núcleos consolidados, situados próximo à rodovia, apresentam disposição regular da malha urbana que resulta em divisão relativamente proporcional entre habitação e demais

4 Criada em 25/01/2006, é definida pela poligonal compreendida pelo limite do Parque Nacional de Brasília, a DF095 (Estrada Parque Ceilândia), o Córrego do Valo e o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA).

atividades. Percorrendo os trechos da cidade, percebe-se o contraste com a Zona Industrial na fronteira a leste, onde lotes e edificações são consideravelmente maiores. Nas bordas do Parque Nacional de Brasília, na porção norte, está o setor Santa Luzia, onde a precariedade é proporcional às ameaças constantes de remoção.

O Movimento Nossa Brasília e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) elaboraram em 2016 a primeira edição do Mapa das Desigualdades. O documento foi inspirado por iniciativas da Rede Nossa São Paulo e da Casa Fluminense, parceiros da Rede Cidades: Por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis. A pesquisa levantou indicadores de desigualdade em diferentes regiões do Distrito Federal. A Cidade Estrutural apresentou os piores índices. A partir daí uma articulação de grupos locais mobilizou diálogos com os moradores sobre os impactos dos baixos indicadores em seus cotidianos. "Encarando Números na Estrutural" figurou como oportunidade para os moradores reconhecerem e afirmarem suas lutas diárias diante da precariedade resultante de pouca ou nenhuma atuação do Estado. O resultado desse material, em forma de crônicas, evidencia as táticas de sobrevivência por trás dos números reveladores da desigualdade onde

> há acima de tudo a energia de pessoas que resistem e insistem em construir suas vidas naquela cidade, por escolha ou por falta de alternativas. Pessoas que chegaram ao Distrito Federal diante das promessas da capital

> da esperança, vindas especialmente do norte e do nordeste, e que encontraram na Estrutural a possibilidade de renda no lixão ou em atividades correlatas (...) O que sim conhecemos é a força e a criatividade daqueles que ali habitam, que fazem da Estrutural não uma mas várias cidades (INESC, 2019).

O chamado 'lixão da Estrutural' foi o maior aterro sanitário de Brasília até 2018, quando foi desativado pelo governo distrital. Ainda que tenha sido uma realização necessária do ponto de vista ambiental, a ação acarretou novos problemas no que diz respeito a aspectos econômicos e sociais. Durante décadas, os moradores da Estrutural enfrentaram ações de despejo e ausência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança, mobilidade, trabalho e renda; e viram ainda mais limitadas suas oportunidades, já que o lixão era sustento para muitas famílias.

Situações como essa demonstram que a crença na igualdade por meio do desenvolvimento capitalista ou a utopia totalizadora e universalista da racionalidade técnica não se efetivou. Como afirma Otília Arantes (1998, p.108), "o desenvolvimento das forças produtivas não significou emancipação humana, ao contrário, as desigualdades não cessam de aumentar". A razão modernizadora permanece influenciando as práticas do urbanismo de caráter ideológico, operando na lógica que comanda a produção de competição e lucro, resultando em segregação socioes-

pacial de toda ordem, encarnada na Cidade Estrutural. Sem duvidar da agenda social da Arquitetura Moderna em sua gênese, Arantes explica que, por fidelidade aos princípios de racionalização absoluta que definem a lógica social da ordem capitalista, o movimento moderno não estava rompendo com o mundo injusto à sua volta, mas ajudando a dar-lhe forma.

Essa questão é relevante para analisar as intervenções urbanísticas e os programas políticos para a Estrutural nos dias de hoje. Suas diferentes estratégias são muitas vezes programadas de modo abrangente e irrestrito, sem considerar particularidades locais. Não se pretende oferecer uma visão comparativa entre os projetos para Ceilândia ou Cidade Estrutural, mas observar as poucas variações na forma de encarar a problemática. Nos anos 1970, as favelas eram consideradas um problema por sua proximidade aos espaços valorizados do Plano Piloto; eram anos de intenso fluxo de migrantes para um polo de atividades econômicas. A Cidade Estrutural, por sua vez, teve seu crescimento na década de 1990, anos de crise do Estado, quando houve redução do investimento público para o problema da habitação. Isso pode explicar em parte a leniência de governos no trato da questão, que não procuraram dar resposta substantiva para equacionar a questão.

Ceilândia e Cidade Estrutural transpõem o problema so-

cial para outro patamar pois o déficit de moradia onera os deslocamentos e desequilibra os polos de produção econômica. Assim, mesmo que se quisesse manter a área central de Brasília e seu desenho icônico livre das influências da conurbação, o problema continua reverberando no espaço metropolitano. Há um campo de percepções figurada nas práticas do urbanismo regidas pela simplificação que codifica de forma muito semelhante a maneira de se intervir no espaço, independentemente de particularidades.

Ceilândia é resultado de um projeto urbano assentado em princípios do ideário urbanístico funcionalista moderno. A Estrutural é um território fragmentado e originalmente construído em torno da atividade econômica no lixão. Ceilândia resulta de dispositivos de agenciamento e acomodação; a Estrutural reflete vagueza e descompromisso no trato com a questão urbana. No lugar de alternativas interessadas em conciliar esse quadro multifacetado, desenha-se perspectivas de intervenção preocupadas sobretudo com remoções. Novamente, as remoções podem ser consideradas como solução urbanística concentrada em solucionar a infraestrutura ou a ocupação de determinada região da cidade, sem enfrentar radicalmente as condições que levaram centenas de famílias a estabelecer ali seus locais de moradia.

Emergência de movimentos culturais na produção do espaço

O projeto "Inventário Cultural Participativo sobre Cultura e Memória na Estrutural-DF", realizado entre 2016 e 2018 pelo Ponto de Memória da Estrutural, identificou, registrou e mapeou iniciativas artístico-culturais da cidade, expressas em diversas linguagens. Esse trabalho resultou em um catálogo de agentes culturais. A desigualdade socioeconômica é proporcional à quantidade de indivíduos e coletivos: são muitos, variados e potentes artistas e produtores de cultura. O MECE - Movimento de Educação e Cultura da Estrutural, atualmente funcionando na Casa dos Movimentos da Estrutural, reúne coletivos e movimentos sociais para o desenvolvimento de metodologias participativas para o inventário. São práticas que incluem rodas de memórias e oficinas de capacitação sobre patrimônio com patrocínio do Fundo de Apoio a Cultura do DF. Em 2011, por meio do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museu IBRAM/MinC, foi inaugurado o Ponto de Memória da Estrutural, resultando em exposições, projetos de extensão da universidade e no planejamento da implantação do Museu Comunitário da Estrutural.

A Cidade Estrutural se revela como lugar onde ativistas lutam pela memória e construção identitária, com forte sentido de valorização da história de resistência da popu-

lação. Taticamente, estimulam o uso e a apropriação de espaços de educação não formais. São inúmeros exemplos de espaços autogeridos, como a Cooperativa Sonho de Liberdade, organização que trabalha com reciclagem de madeira descartada produzindo móveis e objetos, um projeto idealizado por ex-detentos do sistema penitenciário. Foram citados no inventário ainda o Centro Cultural de Economia Solidária; o Movimento de Mulheres; a Casa da Paternidade; a Biblioteca Comunitária Catando Palavras. Ressalta-se aqui o caso da Editora Popular Abadia Catadora.

A Editora foi criada em 2011, estimulada por debates do Ponto de Memória, a fim de incentivar a leitura e a escrita, para que a própria população pudesse produzir livros e contar sua história. Abadia é Maria Abadia Teixeira de Jesus, ex-catadora de materiais recicláveis, ativista e liderança comunitária. Inspirada na editora popular argentina Eloísa Cartonera, teve apoio das embaixadas da Argentina e Espanha e do Curso de Museologia da Universidade de Brasília. A editora é

> estruturada nos moldes de uma cooperativa, funcionando de forma participativa [...] é um canal para textos que estimulem a reflexão e a discussão política, além de apoiar o processo de construção da memória social e coletiva por meio do lançamento de escritores locais (Inventário Cultural da Estrutural, 2019).

Aspecto comum a todas essas ações, está a proposta de tecer uma narrativa própria, de contar a própria história. A força de contar a própria história aparece nos escritos autobiográficos de Maya Angelou, Chimamanda Adichie e Grada Kilomba. A educadora bell hooks salienta o compromisso de práticas pedagógicas engajadas na criação de novas linguagens; a importância da descentralização da autoridade na escrita discursiva e política que sinaliza uma virada epistêmica na produção de conhecimento. São novas racionalidades que indicam o fortalecimento dos movimentos de base antirracistas, feministas, LGBTQI, exigindo outras posturas, outros diálogos e novas formas de acesso aos espaços de poder e decisão como a universidade e a política representativa. Os projetos culturais existentes na periferia das grandes cidades produzem espaço e implicam desativações e reinvenções.

Retomemos o *comum* como princípio político. Como proposto por Dardot e Laval (2017), o comum desativa as conexões Estado-público e o binarismo público-privado, afirmando que há experiências de caráter público que não são estatais, mas elaboradas e ativadas em contraponto à propriedade privada, ao neoliberalismo e seus fenômenos relacionados ao modo de urbanização. Não se tratam de bens comuns, mas de uma força social que anima modelos alternativos e formas de organização. A emergência estratégica do comum conduz a formas originais de ação e discurso, esclarecendo "princípios que podem orien-

tar as lutas, unir as práticas dispersas à forma que uma nova instituição geral das sociedades poderia assumir" (DARDOT e LAVAL, 2017., p.16).Os coletivos ativistas e organizações sociais presentes e atuantes na Estrutural precisam do Estado na medida em que podem utilizar fundos e programas na área da cultura determinantes para o surgimento das ações. Entretanto, a elaboração, gestão e condução das atividades se dá diretamente em comunidade, o que amplia e liberta os nexos da palavra participação – expressão tão repetida, cooptada e esvaziada de sentido. Participação não é uma etapa de ação, mas a própria premissa da sua existência. Como propõem Dardot e Laval (2017, p. 15),

> na realidade, se hoje a questão do comum é tão importante, isso se dá porque ele anula brutalmente as crenças e esperanças progressistas depositadas no Estado. Está claro que se trata não de fazer eco à condenação neoliberal das intervenções sociais, culturais ou educacionais do Estado, mas de resgatá-las de seus limites burocráticos e submetê-las à atividade social e à participação política da maioria.

Quijano (2005) afirma que qualquer democratização possível da sociedade na América Latina deve ocorrer com redistribuição radical do poder. Poder político, econômico e também simbólico, já que a profunda expropriação das populações colonizadas exige que se reintroduza práticas de povos alijados da produção de conhecimento. Seus sistemas de produção de sentido, seus universos sim-

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019

bólicos, seus padrões de expressão e de subjetividade foram expropriados em um longo processo que culminou na "colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material, do imaginário, do universo das relações, em suma, da cultura" (ibid., p.121). Com a elaboração eurocêntrica de modernidade (forjada na codificação civilizado-primitivo; mítico-científico; irracional-racional; tradicional-moderno) pautou-se uma perspectiva binária e dualista de conhecimento, impondo-se mundialmente como hegemônica no mesmo fluxo de expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Dessa forma, Quijano afirma que "é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos" (QUIJANO, 2005., p.123).

Na esteira das reflexões de Quijano, identificam-se as ações na Estrutural como forças insurgentes. São ações que não prescindem do Estado, mas o colocam em posição relativa. Os coletivos urbanos da Estrutural pautam suas ações a partir do conjunto das contradições expressas em um espaço, mas também criam uma nova relação com a materialidade construída amparada por trocas que, no limite, fortalecem o imaginário político. Em nossa interpretação, essas formas insurgentes de ações desenham um campo de forças e articulam a heterogeneidade desses territórios (sobretudo de gênero e raça) contra as

unidades referenciais e normativas do planejamento urbano e do urbanismo. Ao reivindicarem novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos, apontam para alternativas abertas e plurais de produção urbana, pois esta não é resultado apenas da constituição material (os projetos, as normas) mas apresenta dimensões simbólicas, referenciais e imaginárias em que as coisas não estão dadas, mas, como propõe Glissant (2010), estão em permanente relação, quer dizer, sendo mutuamente influenciadas por todos os sujeitos.

Nesse processo, há obstáculos. Como observado por Federici (2010), formuladores de políticas públicas redescobriram recentemente que a gestão coletiva de recursos pode ser mais produtiva e eficiente do que a privatização e a estatização em alguns casos, passando a ser vista como importante para o próprio funcionamento dos mercados. Ainda assim, as estratégias de controle incorporadas na prática do urbanismo nunca atingem hegemonias completas. Inevitavelmente, aqueles que ficam à margem das partilhas vêm produzindo extraordinárias insurgências (urbanas), e a cidade se tornou campo ampliado experiencial da vida política.

Talvez os atores aqui considerados apostem nessa mediação (reação) por serem constantemente confrontados por práticas urbanísticas homogeneizadoras. A partir daí, procuram entender a cidade – presente e futura – como

território comum, em que a participação e o diálogo favorecem o reconhecimento mútuo. Em suma: apontam para um novo horizonte da experiência urbana.

Considerações

Em uma aproximação inicial às práticas coletivas em territórios populares, a ideia de comum surge como figura potente de compreensão desses lugares. O conceito de comum pode ser visto como uma chave de interpretação das práticas contemporâneas de produção, ocupação e apropriação de espaço produzidas por aqueles que muitas vezes estão alijados dos processos decisórios de projeto e intervenção na cidade. Embora seja objeto de investigação de várias correntes de pensamento, o comum tem sido apresentado como uma formulação que se opõe à lógica neoliberal de acumulação da competitividade e individualidade figurada em diversas práticas urbanísticas – como nas situações aqui descritas. Assim, identificar práticas de produção de comum na periferia do Distrito Federal surge como possibilidade de enfrentar os complexos problemas de nossos tempos e inventar novas formas de colaboração e produção no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

As referências trazidas mostram que os interesses de

pesquisa nesse campo se ampliaram recentemente. Também é notável a quantidade de trabalhos junto às ocupações urbanas, movimentos sociais, ativistas e artífices, demonstrando que territórios populares vêm sendo cada vez mais reconhecidos por suas características de cooperação e solidariedade. Longe de se impor como resposta livre de conflitos e contradições, as resistências urbanas tensionam as teorias urbanas. Sem dúvida, há limites na abordagem a respeito do comum como energia política emancipadora. No campo hegemônico do urbanismo, no qual hábitos e formas de pensamento se pautam mais pela convergência do que pelas experiências de comunalização, as políticas do comum são relativamente tangentes e perdem espaço para as dimensões operativas mais imediatas. Ainda assim, pela ausência de relatos totalizadores, as práticas aqui descritas levam a valorizar os lampejos de dissenso em uma trajetória urbana marcada pela desigualdade, exclusão, domínio e controle. No presente, formas de resistência transformam territórios da cultura popular: observar, reconhecer e abrir espaços para que seus próprios atores se façam ouvir pode ser um caminho.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & O que é um dispositivo**. Chapecó: Argos, 2014.

ALTBERG, Ana; MENEGUETTI, Mariana; KOSLOWSKI, Gabriel (Coord.). **8 reações para o depois**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

ARANTES, Otília B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana. In BRITO, F. *et. al*. (orgs.) **Até o último Homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 115-128.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Alemão é muito mais complexo**. 2011. Disponível em:<www.anf.org.br/o-alemao-e--muito-mais-complexo>. Acesso em: 20/02/2020.

BRITO, F. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In BRITO, F. *et. al*. **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 79-114.

COSTA, Lucio. Brasília. in XAVIER, Alberto (org.). **Lucio Costa**: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007, p. 275-276.

DARDOT, Pierre. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Pierre Dardot, Christian Laval; tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. **Arquitextos** 221, Ano 19, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>. Acesso em: 23/11/2019.

DORON, Gil M. Transgressive Urban Space. In FRANCK, Karen; STEVENS, Quentin. **Loose Space**: Possibility and Diversity in Urban Life. Londres: Routledge, 2007, p. 210-228.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEDERICI, Silvia. **O feminismo e as políticas do comum**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

GLISSANT. Édouard. **Poética da Relação**. Lisboa: Sextante, 2011.

GUINANCIO, Cristiane; GOMES, Viridiana Gabriel. Brasília e assentamentos urbanos informais: a Vila Estrutural. In: SABOIA, Luciana; DERNTL, Maria Fernanda (org.) **Brasília 50+50:** cidade, história e projeto. Brasília: Editora UnB, 2014.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília**: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área de habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro : Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Uma cidade em crônicas**: encarando números na Estrutural. Brasília, 2019.

MENEGAT, Marildo. A crítica do valor bate à sua porta. In

BRITO, F. *et. al*. **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.18, n.3, p. 363-377, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Revista Mana** vol.20, Rio de Janeiro 2014.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora da UnB, 1991. p. 115-142.

PEIXOTO, Elane Ribeiro *et al*. O rap de Ceilândia. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: ANPUR, 2017.

PONTO DE MEMÓRIA DA ESTRUTURAL. **Inventário Cultural da Estrutural**. Brasília, 2018. CD-ROM.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.18-43, jul. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. La pacification des favelas de Rio de Janeiro: une "contre-insurrection préventive?". In: Nicolas Pinet (Org.). **Projets politiques et Luttes sociales**: expériences latino-américaines. Paris: l'Harmattan, 2012, p. 53-65.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

INSTRUÇÕES PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do portal eletrônico dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, em http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo, no qual estão as normas, inclusive em inglês e espanhol, para apresentação de trabalhos.

SUBMISSION AND NORMS TO PRESENTATION OF PAPERS

http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo

SUMISIÓN Y DIRECTRICES PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. Serão aceitos para apreciação trabalhos das seguintes modalidades:

   • artigos de revisão relacionados às diversas áreas temáticas de Arquitetura e Urbanismo;
   • artigos de pesquisa, que apresentem novas contribuições para Arquitetura e Urbanismo;
   • artigos associados a dissertações de mestrado e teses de doutorado;
   • artigos relacionados ao ensino de Arquitetura e Urbanismo;
   • projetos de Arquitetura e Urbanismo, discutidos teórica e metodologicamente;
   • entrevistas;
   • resenhas de livros, artigos e filmes de significativa importância para Arquitetura e Urbanismo.

2. Só serão aceitos trabalhos inéditos e ainda não publicados.

3. A critério do Conselho Editorial, poderão ser aceitos trabalhos que não se enquadrem nos itens acima, considerada a sua especial relevância.

4. Os trabalhos deverão atender às seguintes especificações:

   • trabalho digitado em Word, na fonte Arial, corpo 11, entrelinha 1,5, página em formato A4, com margens superior, inferior e direita de 2 cm, e margem esquerda de 3 cm;
   • o trabalho completo (incluindo resumos, notas, ilustrações e referências bibliográficas) deverá ter, no mínimo, 12 e, no máximo, 20 páginas;
   • título e subtítulo objetivos, de, no máximo, 50 caracteres, apresentados de modo trilíngue (português, inglês e espanhol);
   • caso o trabalho seja decorrente de pesquisas, dissertações, teses ou similares, explicitar, em nota de rodapé associada ao título, espaçamento entre linhas simples, como indicado no exemplo a seguir:

   > *Este artigo toma por base investigação em andamento no doutoramento de Maria de Assis, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de João Martins;*

• nome completo do autor ou autores, complementado com as seguintes informações, indicadas em nota de rodapé (uma para cada autor): Formação/instituição, titulação, filiação profissional, como indicado no exemplo a seguir:

Arquiteto pela PUC Minas, mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFMG, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela PUC Minas. Professor do Departamento de Expressão Gráfica da PUC Minas;

• resumo do trabalho, apresentado de modo trilíngue (português, inglês e espanhol), contendo, no máximo, 700 caracteres cada (contados sem espaços);
• palavras-chave indicadoras do conteúdo do trabalho (mínimo de 3 e máximo de 5), apresentadas de modo trilíngue. Sugere-se que ao menos duas das palavras-chave tenham um caráter mais genérico;
• citações e referências bibliográficas devem ser apresentadas segundo o Padrão PUC Minas de Normalização, disponível em http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf;
• as notas devem ser de rodapé;
• as imagens de qualquer natureza (gráficos, figuras, fotos, mapas e outras) devem ser perfeitamente legíveis e apresentadas de duas maneiras:

1. ao longo do texto, em baixa resolução, numeradas, acompanhadas de legendas específicas, com identificação de fonte (as imagens não podem ter problema de direitos autorais);

2. cada uma das imagens inseridas ao longo do trabalho deve ainda ser submetida pelo sistema, conforme consta do "passo 4: envie documento suplementar". Elas devem estar em formato JPG ou TIF, com tamanho real de, no mínimo, 1.000 pixels na horizontal e altura proporcional, de modo a garantir boa qualidade para a reprodução gráfica. As imagens da versão digital poderão ser coloridas, mas, na versão impressa, serão em preto e branco;

• E-mail e telefone (com DDD) inseridos ao final do trabalho, como indicado no exemplo a seguir:

Contato:
Maria de Assis
mariaassis@gmail.com
(31) 9 8888-7777

(Observação: No artigo será publicado apenas o e-mail do autor.);

• deve-se evitar que tabelas e quadros estejam bloqueados para edição.

5. A identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo pela equipe editorial, garantindo, dessa forma, o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares.

6. Condições gerais:

A colaboração de autores e avaliadores não é remunerada.

O artigo estará disponível no site dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* por tempo indeterminado, acessível por *link* direto.